

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

FILIPE FERNANDES DE SOUSA

**ENTRE MARGENS, ÁGUAS E REJEITOS:
O DESASTRE DA SAMARCO E AS AFETAÇÕES NA TERRITORIALIDADE
ILHEIRA NA BACIA DO RIO DOCE**

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2022**

FILIPPE FERNANDES DE SOUSA

**ENTRE MARGENS, ÁGUAS E REJEITOS:
O DESASTRE DA SAMARCO E AS AFETAÇÕES NA TERRITORIALIDADE
ILHEIRA NA BACIA DO RIO DOCE**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

Orientador: Douglas Mansur da Silva

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2022**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S725e
2022

Sousa, Filipe Fernandes de, 1990-

Entre margens, águas e rejeitos: o desastre da Samarco e as afetações na territorialidade ilheira na bacia do rio Doce / Filipe Fernandes de Sousa. – Viçosa, MG, 2022.

1 tese eletrônica (155 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexo.

Inclui apêndices.

Orientador: Douglas Mansur da Silva.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural, 2022.

Referências bibliográficas: f. 142-151.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.655>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Barragens de rejeitos - Rio Doce, Bacia (MG e ES) - Aspectos sociais. 2. Barragens de rejeitos - Rio Doce, Bacia (MG e ES) - Aspectos ambientais. 3. Minas e recursos minerais. 4. Áreas ribeirinhas - Galiléia (MG). I. Silva, Douglas Mansur da, 1975-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. III. Título.

CDD 22. ed. 354.3627


FILIFE FERNANDES DE SOUSA

**ENTRE MARGENS, ÁGUAS E REJEITOS:
O DESASTRE DA SAMARCO E AS AFETAÇÕES NA TERRITORIALIDADE
ILHEIRA NA BACIA DO RIO DOCE**


Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 12 de dezembro de 2022.

Assentimento:

Documento assinado digitalmente
 **FILIFE FERNANDES DE SOUSA**
Data: 26/10/2023 16:52:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Filipe Fernandes de Sousa
Autor

Documento assinado digitalmente
 **DOUGLAS MANSUR DA SILVA**
Data: 27/10/2023 11:24:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Douglas Mansur da Silva
Orientador

Dedico a todas as vítimas dos desastres minerários, em especial, aos ribeirinhos da bacia do rio Doce, que sofrem cotidianamente e de forma profunda as consequências dessas tragédias...

AGRADECIMENTOS

É difícil agradecer a todas as pessoas que contribuíram para que este trabalho fosse concretizado! Porém, faço essa afirmação expressando a mais profunda gratidão, pois, sem essas pessoas, dificilmente eu chegaria ao momento de “entrega” desta pesquisa.

É necessário iniciar agradecendo ao universo, por ter me dado ânimo e força pra seguir e superar todas as etapas. E, perante os desafios, minha família foi lugar importante de acolhimento e incentivo. Francieleide, Valter, Matheus, Wagner, Lívia e Pietro, obrigado por todo amor e afeto!

Agradeço imensamente ao meu orientador, professor Douglas Mansur, por todo apoio dispensado desde a minha chegada. Acompanhou as minhas mudanças, acolhendo as minhas inquietações, sempre mostrando caminhos possíveis que poderiam ser trilhados.

Ao programa de pós-graduação em Extensão Rural, por ter me aceitado e dado condições materiais para exercer minha função de pós-graduando. Agradeço também a toda a equipe do DER que esteve de prontidão para orientar e acolher, especialmente ao Romildo e a Margarida.

Agradeço imensamente aos professores, internos e externos à UFV, que me ajudaram na caminhada em diferentes momentos, especialmente pelas contribuições nos seminários e nas bancas: professores Fernando Firmo, Ana Paula Poll, Luciana Tasse, Andréa Narciso, Natan Ferreira e Marcelo Romarco, meu muito obrigado!

Agradeço a todos os amigos que a vivência acadêmica me proporcionou e que carregarei para a vida: Bruno, Marco, Isa, Angelina, dentre tantos outros, contem comigo sempre! Abro um parêntese especial para aquele que, além de colega de pós, veio a se tornar um grande amigo de vida e colega de trabalho: Fred, obrigado pelas longas conversas e desabafos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, pela concessão da bolsa, fundamental para minha sobrevivência e custeio da pesquisa.

Às diversas pessoas que me ajudaram abrindo portas e indicando caminhos, especialmente Bianca, Rei, Gustavo e toda equipe do CAT.

Por último e de forma muito especial, agradeço aos Lavradores/pescadores/ilheiros/ribeirinhos com quem aprendi sobre rio, ilhas e pesca, com os quais compartilhei angústias, sofrimentos e histórias de vida, nos nossos momentos de prosas, andanças e encontros. Sem essas pessoas esta pesquisa não existiria. A vocês, minha eterna gratidão!

RESUMO

SOUSA, Filipe Fernandes, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2022. **Entre margens, águas e rejeitos: o desastre da Samarco e as afetações na territorialidade ilheira na bacia do rio Doce.** Orientador: Douglas Mansur da Silva.

Em novembro de 2015 ocorreu um dos maiores desastres socioambientais do mundo, quando houve o rompimento da barragem da Samarco na bacia do rio Doce, derramando toneladas de rejeitos de minério no curso do rio e fazendo diversas vítimas ao longo do percurso. Entre essas vítimas se encontram os ilheiros, lavradores/pescadores que tinham nas águas e ilhas do rio Doce a base material para reprodução social, econômica e cultural. Este trabalho analisa os efeitos socioambientais e territoriais ocasionados para os ilheiros após a chegada dos rejeitos em seus domínios. Têm-se como lócus de pesquisa uma população situada no município de Galiléia, região Leste de Minas Gerais. Os resultados evidenciam ruptura abrupta na rotina, na apropriação material do território, no lazer e na manutenção dos laços sociais e afetivos, acompanhados do processo de desterritorialização. Esses processos se desdobram em efeitos socioeconômicos que geram mudanças sociais importantes, a partir da necessidade de se reestabelecer novas atividades que possibilitem a reprodução da vida no território. Além disso, o conjunto de ações instituídas no âmbito da gestão do desastre ocasionou uma série de constrangimentos, especialmente no que tange o reconhecimento desses sujeitos enquanto sujeitos de direitos, em função da própria condição de “informalidade” territorial. Além disso, o processo de enquadramento dessas pessoas se mostra insuficiente para abarcar a complexidade do modo de vida ilheiro. Por outro lado, após o reconhecimento enquanto “*impactados*”, esses sujeitos também passaram a conviver com as consequências do deslocamento social e cultural, especialmente com os conflitos e estigma erigidos no âmbito das interações sociais, fatos que aprofundam o sofrimento social dessas vítimas. Conclui-se que o desastre causou efeitos irreversíveis na vida desses sujeitos, em função da impossibilidade de apropriação material do território, bem como pela entrada forçada no processo burocrático instituído para a gestão do desastre, que se mostra pouco transparente e efetivo. Esses efeitos deixam clarividentes os desafios postos para a política de gestão, haja vista as profundas afetações provocadas na vida dessas pessoas que transcendem a dimensão estritamente material passível de objetivação e mensuração econômica.

Palavras-chave: Neoextrativismo. Mineração. Território.

ABSTRACT

SOUSA, Filipe Fernandes, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, December, 2022. **Among banks, waters and tailings: The Samarco disaster and the effects on island territoriality in the Rio Doce basin.** Advisor: Douglas Mansur da Silva.

In November 2015, one of the biggest socio-environmental disasters in the world occurred, when the Samarco dam in the Rio Doce basin burst, spilling tons of ore tailings into the course of the river and causing several victims along the way. Among these victims are the islanders, farmers/fishermen who had the material base for social, economic and cultural reproduction in the waters and islands of the Rio Doce. The present research analyzes the socio-environmental and territorial effects caused to the islanders after the arrival of the tailings in their domains. The locus of research is a population located in the municipality of Galiléia, eastern region of Minas Gerais. The results show an abrupt rupture in the routine, in the material appropriation of the territory, in leisure and in the maintenance of social and affective bonds, followed by the process of deterritorialization. These processes unfold into socioeconomic effects that generate important social changes, based on the need to reestablish new activities that enable the reproduction of life in the territory. In addition, the set of actions instituted within the scope of disaster management caused a series of constraints, especially regarding the recognition of these subjects as subjects of rights, due to the condition of territorial informality. Furthermore, the process of framing these people proves to be insufficient to encompass the complexity of the islander's way of life. On the other hand, after being recognized as “impacted”, these subjects also began to live with the consequences of social and cultural displacement, especially with the conflicts and stigma created in the context of social interactions, facts that deepen the social suffering of these victims. It can be concluded that the disaster caused irreversible effects on the lives of these subjects, due to the impossibility of material appropriation of the territory, as well as the forced entry into the bureaucratic process instituted for the management of the disaster, which is not very transparent and effective. These effects make clear the challenges posed to the management policy, given the deep effects provoked in the lives of these people that transcend the strictly material dimension liable of objectification and economic measurement.

Keywords: Neo-extractivism. Mining. Territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 - Reunião ocorrida entre o Centro Agroecológico Tamanduá.....	29
Fotografia 2 - Degradação das montanhas e assoreamento do rio, que aceleram	66
Fotografia 3 - Solo de uma ilha, com blocos da camada de rejeito “seca” que.....	96
Fotografia 4 - Pessoas atingidas buscando água encanada de uma fazenda.....	102
Gráfico 1 - Rompimentos de barragens no mundo, 1940 - 2010	44
Gráfico 2 - Produção de minério de ferro no Brasil e no Mundo, 1930 - 2019.....	48
Gráfico 3 - Contribuição da produção brasileira em relação a produção mundial de minério.	50
Gráfico 4 - Quantidade de minério de ferro produzido e destinado para o mercado interno e externo, 1996 - 2017	51
Gráfico 5 - Evolução do preço do minério de ferro, 1980 - 2020	52
Ilustração 1 - Representação do território de Antônio.....	89
Mapa 1 - Localização do município de Galileia, na porção do médio rio Doce	25

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Pseudônimos e idades dos entrevistados	28
Quadro 2 - Documentos utilizados como fontes de dados	30
Quadro 3 - Maiores desastres provocados por barragens de rejeitos de mineração no estado de Minas Gerais	54
Quadro 4 - Principais danos causados aos ecossistemas acometidos pelo rejeito da barragem de Fundão.....	56
Quadro 5 - Principais danos ocasionados ao patrimônio cultural presente na bacia do rio Doce	58
Quadro 6 - Divisão dos cultivos nas épocas e unidades produtivas	80
Quadro 7 - Percepção de Antônio em relação às espécies de peixes mais comuns, hábitos e formas de captura dos pescados.....	91
Tabela 1 - Taxa de crescimento da produção de minério de ferro, 1940 - 2019	49
Tabela 2 - Municípios e número de pessoas consideradas afetadas pelo desastre da Samarcona bacia do rio Doce	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFE	Auxílio Financeiro Emergencial
ANM	Agência Nacional de Mineração
ATIs	Assessorias Técnicas Independentes
ATAP	Termo Aditivo ao TAP
CAT	Centro Agroecológico Tamanduá
CIF	Comitê Interfederativo
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
ES	Estado do Espírito Santo, Brasil
EUA	Estados Unidos da América
FBDH	Fundo Brasil de Direitos Humanos
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GESTA	Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MG	Estado de Minas Gerais, Brasil
MPF	Ministério Público Federal
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIM	Programa de Indenização Mediada
PNSB	Política Nacional de Segurança de Barragens
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PT	Partido dos Trabalhadores
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SAF	Sistema Agroflorestal
SEC	Serviços Ecológicos Culturais
TAC-GOV	Termo de Ajustamento de Conduta-Governança
TAP	Termo de Ajustamento Preliminar
TTAC	Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 A construção do problema de pesquisa	14
1.1.1 “A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam”: rastreando as experiências pessoais	15
1.1.2 Problema de pesquisa e justificativa.....	20
1.2 Objetivos	23
1.2.1 Objetivo geral	23
1.2.2 Objetivos específicos.....	23
1.3 Reflexões sobre o percurso metodológico: o campo em contexto de Desastre	24
2. A CONSTRUÇÃO DOS DESASTRES DO NEOEXTRATIVISMO MINERÁRIO: as marcas da “grande aceleração” brasileira	32
2.1 O Antropoceno como plano de fundo das grandes transformações socioecológicas.....	33
2.2 O Neoextrativismo como conceito crítico: uma leitura latino-americana.....	37
2.3 A construção dos desastres do Neoextrativismo minerário	41
2.4 Prelúdios dos grandes desastres: a abertura da veia mineral brasileira diante da expansão do Neoextrativismo minerário na “grande aceleração”	45
2.5 O Neoextrativismo nos territórios: os desastres com barragens de rejeitos de mineração no Brasil.....	53
2.6 Os efeitos socioambientais do desastre na bacia do rio Doce.....	56
3. SOBREVIVER À CATÁSTROFE: território e territorialidade ilheira antes e depois do desastre.....	62
3.1 Sobre as dinâmicas socioambientais em torno do surgimento e ocupação das ilhas.....	64
3.2 A ilha como representação da liberdade: dinâmicas sociais em torno da apropriação e do uso da terra.....	68
3.3 Território e trabalho: os ilheiros na paisagem cultural do rio Doce	74
3.4 O cotidiano entre as margens, afora e adentro do rio	76
3.5 As singularidades do trabalho em terra firme e entre as águas.....	79
3.6 A produção do espaço de um pescador/lavrador: o caso de Antônio	85
3.7 Entre margens e rejeitos: as fraturas ambientais e os efeitos sociais do desastre	92

3.8 Sem ilha, sem rio e sem peixes: percepções da devastação socioambiental.....	94
3.9 Sobre a pauperização das pessoas atingidas: os efeitos socioeconômicos do desastre.....	99
3.10 As condições de uma vida incerta: os processos de mudanças sociais.....	103
3.11 Viver longe do rio e das redes de sociabilidades: o processo de desterritorialização dos ilheiro.....	105
4. OS ILHEIROS COMO SUJEITOS DE DIREITOS E OS DISSENSOS EM TORNO DA POLÍTICA DAS AFETAÇÕES	109
4.1 Aspectos da complexa “gestão” do desastre na bacia do rio Doce	111
4.2 Os ilheiros e as controvérsias em torno do reconhecimento	113
4.3 Para além dos aspectos formais da burocracia: quando o modo de vida excede os enquadramentos	122
4.4 De “beneficiários” à “aproveitadores”: o estigma após o reconhecimento e recebimento do “cartão da Samarco”	127
4.5 A desinformação como a regra e o conflito em latência	133
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS.....	142
APÊNDICE A.....	152
APÊNDICE B.....	153
ANEXO A	155

1. INTRODUÇÃO

No dia cinco de novembro de 2015, a população da bacia do rio Doce, nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, foi submetida aos efeitos do maior desastre¹ socioambiental registrado no Brasil, ocasionado pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério, chamada de Fundão, propriedade da Samarco Mineração S/A, *Joint venture* da Vale S/A e da BHP Billiton, empresas de nacionalidades brasileira e anglo-australiana, respectivamente. Esse rompimento ocasionou o derramamento de mais de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos sobre os corpos hídricos da bacia do rio Doce, em especial, nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce. A avalanche de rejeitos causou dezenove mortes; soterramento de parte do distrito de Bento Rodrigues; e a devastação ambiental e a aniquilação de vidas aquáticas e terrestres localizadas no fluxo dos rios até alcançar a foz do rio Doce, no município de Regência, no Espírito Santo. Os efeitos do desastre foram e estão sendo devastadores para as vidas humanas e não humanas atingidas pela onda de rejeitos.

Os desastres, nesta pesquisa, são compreendidos como “acontecimentos coletivos trágicos nos quais há perdas e danos súbitos e involuntários que desorganizam, de forma multidimensional e severa as rotinas de vida (por vezes, o modo de vida) de uma dada coletividade” (ZHOURI et al., 2016, p. 37). Por esta óptica, nota-se que o desastre se apresenta como o instaurador de um contexto de crise para aqueles grupos e sujeitos atingidos em função das modificações abruptas provocadas no ambiente natural e na vida social. Por outro lado, esses “acontecimentos coletivos” se apresentam como eventos que emergem no seio dos padrões de funcionamento da sociedade, especialmente dos projetos socioeconômicos postos em prática e reforçados pelos modos de vida hegemônicos (GARCÍA-ACOSTA, 2020; OLIVER-SMITH et al., 2017). Ao longo dos capítulos, o conceito “desastre sociotécnico” será utilizado para evidenciar as questões socioeconômicas e políticas envolvidas na construção do desastre em discussão, bem como os seus efeitos para as populações da bacia do rio Doce. O adjetivo “sociotécnico” é necessário “para enfatizar um processo deflagrado para além de uma avaria ou erro meramente técnico, remetendo-nos, assim, às falhas da governança ambiental,

¹ De início, é importante observar que, nesta pesquisa, adota-se o termo “desastre” para caracterizar o evento e seus efeitos, aderindo, assim, à perspectiva sociológica dos desastres, que busca interligar os fatores sociais, políticos e econômicos e as modificações provocadas na vida dos grupos atingidos (VALENCIO, 2016; ZHOURI et al., 2016). Isso não significa olvidar a atribuição da responsabilidade das empresas ao assumirem o risco pelo rompimento, o que favorece a conceituação do evento como um crime.

produtoras de novos padrões de vulnerabilidade que expuseram, de fato, a população ao risco” (ZHOURI et al., 2018, p. 40).

Desta forma, a abordagem adotada nesta pesquisa pretende contemplar as questões macroestruturais que conformam os desastres a partir de uma perspectiva histórica e, principalmente, a consequência deles para as populações atingidas, evidenciando o entrelaçamento das questões globais e locais. O enfoque está nos custos socioambientais que são apresentados para a população dos países que exportam *commodities* para alimentarem economias e modos de vida altamente demandantes de matéria e de energia. Custos que são percebidos e experimentados, principalmente, pela parcela da população que apresenta outras formas de se relacionar e de viver nos territórios, através de racionalidades e de práticas que não se assemelham àquelas que promovem o uso instrumental da natureza, como será apresentado no caso do desastre na bacia do rio Doce. Portanto, esta proposta se alinha à especificidade analítica da Teoria dos Desastres, pois, ao invés de analisar os efeitos potenciais da interação entre fatores físicos e humanos, enfatiza os efeitos reais causados pela emergência do fenômeno (MATTEDI; BUTZKE, 2001), principalmente a complexidade da organização social e o comportamento coletivo (VALENCIO, 2014).

Ao focar o rompimento da barragem de Fundão, observa-se que dentre os diversos grupos e sujeitos atingidos pela lama de rejeitos se encontram os “Ilheiros”, lavradores/pescadores que utilizam os territórios insulares para cultivo da roça, para a materialização do trabalho e, conseqüentemente, para a conformação de uma territorialidade específica a partir da relação afetiva com o lugar. Uma dada coletividade que apresenta formas de apropriação e de uso dos recursos naturais distintas dos demais grupos que habitam e utilizam esses ecossistemas e que compõem a paisagem cultural do rio Doce. Pessoas atingidas, para as quais as estratégias de reprodução socioeconômica estavam entrelaçadas com as interações estabelecidas com os recursos naturais comprometidos pela chegada dos rejeitos em seus domínios.

Descrever os efeitos dos desastres exige esforço para a compreensão de como as pessoas atingidas são englobadas pelos processos de reparação ou da “gestão do desastre”, posto que as burocracias instituídas nos processos judiciais e extrajudiciais serão responsáveis por garantir as formas objetivas de reparação dos danos ocasionados. Um processo sociopolítico instituído que obriga as pessoas atingidas a adentrarem numa nova gramática de relações e de linguagens em busca de reconhecimento e de direitos. No caso da população estudada, a falta de uma política de indenização para a categoria “ilheiro”, ao longo dos anos, dá pistas de que os

mecanismos criados para reconhecimento da população atingida para a sua inclusão no processo de reparação apresentam descompassos que aumentam o nível de sofrimento e revitimizam essas pessoas.

As dimensões que interessam para esta pesquisa são: as formas de acesso, de uso e de significados do território; as modificações socioambientais causadas após a instauração do desastre; e o tratamento das vítimas pela política das afetações. Para explicar esses elementos, o texto foi estruturado em quatro capítulos, além da conclusão, cujos apontamentos serão feitos a seguir.

Os subtópicos desta seção mostram o processo de construção do problema de pesquisa, evidenciando as experiências do autor, o problema científico e o percurso metodológico adotado na coleta e tratamento dos dados. No capítulo dois, é apresentada uma análise da dinâmica de extração e de exportação de minério brasileiro, mobilizando conceitos como Antropoceno, Neoextrativismo e Desastres. Pretende-se evidenciar as ideologias políticas que reforçam o Neoextrativismo como modelo de desenvolvimento, os processos sociopolíticos responsáveis pela construção dos desastres minerários recentes, além de relacionar essas catástrofes com a crise socioecológica de caráter global.

No capítulo três, são discutidas as diversas dimensões que atravessam a territorialidade ilheira, evidenciando as suas particularidades de vida e de trabalho e, especialmente, as modificações na relação com o território ocasionadas pela chegada dos rejeitos em seus domínios. Serão destacados os efeitos socioambientais sentidos e percebidos pelas pessoas atingidas e as consequências das mudanças na vida dessas pessoas, especialmente em relação às dimensões econômicas e sociais

Por fim, no capítulo quatro, são abordados os principais dissensos envolvidos no curso do processo de reparação, buscando evidenciar como as particularidades de vida e trabalho dos ilheiros são inseridas nesse processo de “gestão do desastre”. Os processos sociopolíticos instituídos para reconhecimento dessas pessoas como sujeitos de direitos, bem como os desdobramentos da “nova condição” na vida dessas pessoas, especialmente a dimensão das relações sociais estabelecidas com outros sujeitos no território, poderão ser observados ao longo da análise.

1.1 A construção do problema de pesquisa

1.1.1 “A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam²”: rastreando as experiências pessoais

A elocução que intitula esta seção, escrita pelo teólogo e escritor Leonardo Boff (1997), representa com primor o processo de construção do sujeito pesquisador e do problema de pesquisa neste trabalho representados, posto que ela acompanha as mudanças da vida, do trabalho e da vivência acadêmica do autor desta tese. Trata-se de um processo dialético, marcado pelo agir e pelo refletir sobre fatos que conformam as experiências pessoais deste autor, especialmente aquelas erigidas no seio das relações estabelecidas após o desastre da Samarco. Também se nutre da convivência com outros sujeitos, que compartilhavam modos de vida completamente distintos, ainda mais dependentes da “natureza” devastada pela lama. Assim, representa com fidelidade as intenções de refletir sobre as práticas e de ser “afetado” (FAVRET-SAADA, 2005) pelas experiências conformadas no curso da vida. Nesta seção, serão descritas as experiências pessoais que contribuíram para a construção do problema de pesquisa. Como parte do método de exposição, os parágrafos seguintes apresentarão os verbos conjugados em primeira pessoa do singular.

A Agroecologia foi a ciência que forneceu as bases teóricas para que eu pudesse pensar o mundo a partir de reflexões críticas sobre os processos que englobam as populações rurais em toda a sua complexidade, especialmente os aspectos sociais e ambientais. Essa informação é importante, pois, parafraseando um amigo da pós-graduação, Ian, me considero um clandestino no seio da Antropologia, um sujeito que se arrisca nesta ciência em busca de explicações teóricas para problemas que afligem a população com a qual, por tanto tempo, construí processos no âmbito do chamado “desenvolvimento rural” e, agora, tento refletir sobre os desastres, os conflitos e as violências resultantes de catástrofes. Por isso, conclamo um pedido de licença, visto que os resultados e as reflexões deste trabalho também são influenciados pela origem e pela mudança na minha trajetória acadêmica e, portanto, evidenciam as potencialidades, as fragilidades e as lacunas conformadas nesse devir.

Destaco alguns fatos que me instigaram a refletir teoricamente e a propor uma investigação científica sobre o “desastre da Samarco/Vale/BHP”. Eu morava em Governador Valadares na época do rompimento e, por isso, uma grande afetação foi provocada na minha vida, um atingimento de grande dimensão. Durante duas semanas, aproximadamente, consumi

² “A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiências tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que esperanças o animam. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação” (BOFF, 1997, p. 3).

água doada por agricultores familiares de municípios não atingidos, tanto no ambiente de trabalho, como no ambiente domiciliar, resultado de um grande gesto de solidariedade. Naquelas semanas, a pouca oferta de água engarrafada foi comercializada a preços abusivos, impeditivos para o consumo da água mineral, compondo um cenário complexo de “guerra pela água³”. Ao mesmo tempo, ao andar pelas ruas da cidade, por residir próximo às margens do rio, durante meses convivi com o mal cheiro ocasionado pela morte dos animais aquáticos e terrestres, que “boiavam” na superfície do rio. Um cenário de devastação dos ecossistemas e de crise para os seus dependentes, humanos e não humanos. Situação que persistiu por um bom período. Desde então, o peixe passou a não fazer mais parte da minha dieta.

Vivenciei a brutalidade dos impactos na vida dos cidadãos, especialmente daqueles mais fragilizados economicamente que viviam nas margens do rio Doce. Àqueles que possuíam pouco recurso financeiro para sobreviverem, a nova situação representou uma brusca ruptura em função da falta de abastecimento de água, da impossibilidade da pesca ou do impedimento dos diversos usos recreativos que eram feitos do rio Doce. A violência contra as pessoas era evidente: idosos, crianças, gestantes, todos enfrentando filas enormes nos pontos de distribuição para receber alguns poucos litros de água para o consumo. Naquele instante, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) buscava formas céleres para o tratamento da água, para evitar o caos e para dirimir a revolta social ocasionados pela crise no abastecimento, posto que, até então, a instituição não dispunha de métodos comprovados para aquela nova situação. Mesmo após o tratamento e o consumo da água retirada do rio Doce, a falta de confiança na qualidade da água persistiu entre os moradores

Para além da experimentação e da observação dos efeitos da catástrofe na cidade, esse território também era o meu território de trabalho. Em 2015, ano de início do desastre, eu coordenava tecnicamente uma organização não governamental, com sede em Governador Valadares, na porção do médio rio Doce, o Centro Agroecológico Tamanduá (CAT). Uma organização que busca, por meio da articulação com outros diversos atores e sujeitos coletivos, construir alternativas ao desenvolvimento territorial e um novo modelo de sociedade, pautado nos princípios da agroecologia, da economia solidária, da auto-organização dos camponeses, dentre outros princípios. O público com o qual me relacionei nesse período era formado principalmente pela parcela da chamada “agricultura familiar”: os camponeses, os indígenas e os assentados pela reforma agrária.

³MORADORES relatam saques e desespero por água mineral em Governador Valadares. **Gazeta Online**, 11 jan. 2015. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/brasil/2015/11/moradores-relatam-saques-e-desespero-por-agua-mineral-em-governador-valadares-1013914447.html>. Acesso em: 14 ago. 2020.

Portanto, antes do rompimento da barragem de Fundão, estive envolvido na execução de ações dedicadas ao apoio às práticas agroecológicas, à comercialização dos produtos, e à inclusão dos diversos grupos nos circuitos de comercialização. Após o rompimento da barragem, uma parcela significativa dos “beneficiários” dos projetos até então executados, residentes em sete municípios, foi atingida pela lama de rejeitos, com diferentes graus de afetações, nos municípios de Sobralia, Iapu, Naque, Periquito, Governador Valadares, Tumiritinga e Galileia. Portanto, meu trabalho passou a ser desenvolvido em territórios rurais devastados pela lama e, ali, o desastre tomava novos contornos ao atingir comunidades rurais e ribeirinhas, extremamente dependentes do rio. Naquele momento, observei com maior detalhe a chegada dos rejeitos ao assentamento Cachoeirinha, no município de Tumiritinga. Um assentamento localizado na margem do rio Doce, onde o recurso natural era a base de reprodução socioeconômica para mais de 90 famílias.

A lama de rejeitos que chegava pelo rio, aumentava seu volume, invadia os quintais, pomares e hortas, cobria tanques de peixes. Foi possível observar como a lama devastava os cultivos responsáveis pela geração de renda, ao passo que também afetava “Culturas”, em seu sentido antropológico. A lama recobria áreas de trabalho, de moradia e de lazer e impunha uma nova realidade socioambiental, diferente daquela vivida durante os mais de 20 anos de existência do assentamento.

Um caso narrado por um casal de assentados expressa bem essas mudanças. Detentores de um frondoso e exuberante Sistema Agroflorestal (SAF), mantido há mais de 15 anos, recebiam visitas de técnicos, de estudantes e de admiradores, pois detinham um saber-fazer agroflorestal que poucos dominavam. O SAF era composto principalmente por café, coco e diversos cultivos anuais, além da criação de pequenos animais. A lama de rejeitos alcançou a quase totalidade deste SAF, dizimando uma diversidade de cultivos. Mas, um especialmente atormentava os assentados: o cultivo da batata. Havia uma espécie de batata que somente o casal cultivava, em áreas produtivas especiais que se formavam após o período de cheia e esvaziamento do rio, movimento das águas que tornava a área cultivada mais fértil. Uma batata rara que não era apenas alimento, estava inserido num contexto de cultivo, de colheita e de afeto, dentro de um modo de habitar as margens do rio. Relutantes, após várias tentativas frustradas, o casal abandonou o cultivo, pois a camada mais fértil do solo agora estava tomada por um “barro seco”.

Ainda no Cachoeirinha, participei da construção de fossas sépticas nos lotes dos assentados, visto que, após a chegada dos rejeitos, praticamente todas as famílias “abriram” um

poço semi-artesiano para ter água para consumo. Os assentados se preocupavam com a qualidade dessa água, pois não existia um sistema de saneamento básico para o tratamento das águas cinzas e negras que eram descartadas nos quintais e poderiam contaminar a água dos poços e agravar uma situação já catastrófica.

Por outro lado, na zona urbana de Tumiritinga, o caso das doceiras foi intrigante. Um grupo de mulheres conhecidas pela comercialização de cocadas produzidas por elas, constituindo sua principal fonte de renda, na “prainha” de Tumiritinga, dentre outros lugares. Com a interdição da “prainha”, as doceiras também perderam o principal ponto de comércio, impactando na geração de renda dessas mulheres. E, para indignação delas, até dezembro de 2020, não foram reconhecidas como “impactadas” pela Fundação Renova⁴, tendo em vista a dificuldade de comprovação do “nexo de causalidade dos danos”.

As constantes visitas que fiz ao outro lado do rio, no município de Galileia, também mostravam um cenário arrasador para moradores da cidade e do campo de quem eu ouvi os vários relatos de “terra arrasada”. Além da devastação ambiental, a precariedade do abastecimento de água daquele pequeno município é motivo de revolta até o momento de escrita desta tese. Nesse território, ouvi de forma mais enfática as reivindicações feitas pelas pessoas que cultivavam as ilhas erigidas no curso do rio, pessoas que tinham sofrido danos específicos em função da sua particularidade de uso da terra. Esses relatos instigaram e despertaram minha curiosidade, quando passei a observar com mais atenção essa população que se mostrava ainda mais vulnerável em função da sua forma particular de ocupação territorial.

Portanto, foi perceptível o desencadeamento de um diverso processo de atingimento. Agricultores, pescadores, doceiras, comerciantes, todas essas “categorias” foram sujeitadas a mudanças abruptas e às tentativas de reconstruir suas estratégias de sobrevivência no território (aqueles que ficaram, pois são vários os relatos de famílias que migraram para outras cidades em função da inviabilidade de se viver no local).

Ainda nesta seara, a partir do ano de 2018 foi iniciado-se, nos territórios atingidos, um amplo processo de escolha das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs), conduzido pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH), *Expert* do Ministério Público Federal (MPF) (FBDH, [20-?]). Em suma, o processo consistiu em ouvir os atingidos e, a partir de suas reivindicações, abrir um chamamento público para que estas pessoas pudessem escolher uma organização para oferecer-lhes suporte técnico durante o moroso processo de reparação. A

⁴ Fundação criada para reparação dos danos, por meio do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), celebrado no ano de 2016 entre as empresas responsáveis e a União, juntamente com os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo.

organização teria a função de produzir informação de fácil acesso e de linguagem acessível para os atingidos, bem como orientá-los nas diversas áreas do conhecimento para que ocorresse um “nivelamento” em termos de informação entre os atingidos e as empresas, no âmbito da “gestão do desastre”. Nesse processo, o CAT foi a organização escolhida nos municípios Tumiritinga e Galileia. A partir desse momento, participei ativamente da elaboração do plano de trabalho, que seria posteriormente validado pelas comunidades, pelo FBDH e pelo MPF. Após o processo de validação, foram iniciadas as mesas de negociações entre as assessorias escolhidas, sob a coordenação do FBDH, as instituições de Justiça e as empresas réis Vale, BHP Billiton, Samarco e representantes da Fundação Renova.

Esse momento representou mais um importante marco na trajetória de “afetações” que foram postas a mim. Durante os anos de 2018, 2019 e pouco de 2020, em função da participação nas diversas mesas de negociações, observei os dissensos, valores, ideologias envolvidos, o emaranhado de perspectivas que entrelaçam o insidioso processo de reparação no âmbito dos “modelos alternativos de resoluções de conflitos” (NADER, 1994). Um processo que envolve diversos tempos, repertórios técnicos das empresas e das instituições de justiça para garantir a aplicação das cláusulas previamente acordadas no TTAC⁵. Por meio dessa experiência foi possível compreender que aquilo que se passava no campo e as reivindicações postas pelos atingidos nas reuniões realizadas pelo MPF e/ou seus *experts* nem sempre eram debatidas nas mesas de negociações. A demora desse processo inflamou os ânimos e aumentou o sofrimento dos atingidos, que esperavam ansiosamente e não compreendiam que a lentidão da contratação do único suporte técnico escolhido por eles era consequência de questões políticas muito profundas, o que contribuiu para os sentimentos de insegurança, desconfiança e indignação dos atingidos.

Eu afirmo que ter sido afetado pelo desastre e ter acompanhado o sofrimento de outrem reconfigurou a minha forma de pensar a “normalidade da vida social”, e de atentar com maior criticidade para o tratamento dado às vítimas dos desastres provocados pela mineração. Pessoas que são submetidas a uma nova condição ambiental, ao aumento da vulnerabilidade socioeconômica, à imensa subordinação às empresas causadoras e aos mecanismos de gestão do desastre. Além de serem, muitas das vezes, violentadas simbolicamente pelas formas adotadas de gerir os danos, fatores que, em determinadas situações, acabam por justificar o comportamento mais resignado ou mais inflamado dos atingidos.

⁵ Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), celebrado entre a Samarco Mineração S/A, a Vale S/A e a BHP Billiton do Brasil Ltda., a União, e os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo no ano de 2016.

Esses breves episódios relatados traduzem algumas das afetações observadas entre as populações ribeirinhas de dois municípios da bacia do rio Doce, em função das formas de habitar cada território. Demonstrem também as afetações provocadas no sujeito atingido/pesquisador, evidenciando como essas experiências da vida pessoal vieram a calhar nas reflexões acadêmicas sendo fundamentais para o meu engajamento na transformação de um problema de ordem social em um problema de pesquisa científica.

1.1.2 Problema de pesquisa e justificativa

A extração de volumosas quantidades de recursos minerais para alimentação dos modos de vida e de produção industrial das economias desenvolvidas e emergentes, bem como para a especulação e acumulação de capital, têm sido a forma de inserção econômica e o vetor do chamado desenvolvimento econômico brasileiro, radicalmente a partir da virada do novo século (GUDYNAS, 2015; MARTINEZ-ALIER; WALTER, 2015; SVAMPA, 2019a). O Neoextrativismo mineral se tornou uma das principais estratégias de desenvolvimento adotadas pelo Estado nacional para impulsionar o crescimento econômico, compreendendo-o como única via de transformação social, de chegada ao progresso. Uma utopia alimentada pelas altas taxas de crescimento econômico proporcionados pelo expressivo aumento dos preços das *commodities* alcançados nas últimas décadas (SVAMPA, 2019a). O fato é que, nesse período, aprofundou-se o Neoextrativismo como estratégia de manutenção dos níveis de acumulação de capital e de alcance de competitividade global perante a atual estruturação mundial do mercado, que reforça o papel dos países latino-americanos como fornecedores de matérias-primas e como consumidores de produtos manufaturados (UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD, 2019).

Em 2009, em plena expansão das exportações minerais brasileiras via ampliação dos acordos de livre comércio, Porto e Milanez (2009, p. 1993) alertavam que “dificilmente os países mais pobres e periféricos conseguirão aumentar seus PIBs sem contribuir para tragédias socioambientais locais e planetárias”. Essa afirmação, que atualmente ressoa como um vaticínio, tornou-se clarividente para o Brasil nesta última década. O rompimento da barragem de Fundão, na bacia do rio Doce, reflete essa dimensão, visto que, do ponto de vista socioeconômico, marca o fim do megaciclo de *commodities* no Brasil e registra de forma catastrófica o encerramento do período de maior valorização dos minérios exportados (MANSUR et al., 2016).

Essas dimensões estruturais, reforçam, como apontado por Valencio (2016), que os desastres são eventos que emergem no seio da “normalidade” da vida social e indicam a complacência da sociedade perante os processos indutores dessas tragédias. Por outro lado, “para os que vivenciam ou os que testemunham o desastre de perto, os desastres são descritos como uma conjugação insuportável de inúmeros, graves e simultâneos danos e perdas coletivas, caracterizando um imenso sofrimento social” (VALENCIO, 2016, p. 42). Os desastres são processos endógenos do próprio funcionamento da sociedade, dos padrões políticos e sociais reproduzidos, e são causadores de sofrimento, de angústia e de violações de direitos das coletividades e dos sujeitos que são submetidos a esse processo abrupto de destruição.

O derramamento da lama tóxica contida na barragem, além da consequente devastação ambiental, instaurou uma diversidade de impactos para aquelas famílias localizadas tanto no epicentro quanto à jusante do desastre, de forma mais acentuada e dramática para as famílias que dependiam dos recursos naturais para manterem as formas social e material de sobrevivência. Como afirma Zhou et al (2016, p. 38), “tratou-se, também, da destruição de seus territórios enquanto base de reprodução social, cultural e econômica, assentada em condições socioecológicas específicas, aniquiladas a partir do desastre”.

Sobre as formas de atingimento das pessoas, sendo o desastre um processo próprio do domínio social, os impactos alcançam maior ou menor grau de severidade em função das características socioculturais da população afetada e do seu envolvimento com o ambiente (OLIVER-SMITH, 1996). Portanto, é necessário sublinhar que a compreensão da magnitude das afetações e dos efeitos para a população, a partir da chegada dos rejeitos em seus domínios, demanda a consideração da complexidade das formas particulares de apropriação e de uso dos recursos naturais, bem como as consequentes possibilidades de organização do trabalho em função das oportunidades que a materialidade espacial presente no território oferece.

Ao longo do trajeto da lama de rejeitos, inúmeras unidades de produção camponesas e territórios de diversos grupos tradicionais, como indígenas, ribeirinhos, faiscadores e quilombolas que vivem à jusante do epicentro do desastre foram alcançadas e submetidas a um processo disruptivo da vida social, econômica e cultural, comprometendo um conjunto de territorialidades específicas (CARVALHO, 2019; ZHOURI, 2020). Para esses grupos, a vida continua a se processar no mesmo território com severas modificações de acesso e de qualidade daquela base de recurso apropriado, comprometendo a rotina de trabalho, de lazer, do cotidiano, das práticas sociais e dos ritos culturais.

Nesse ínterim, embora variadas formas de afetações à população do rio Doce já tenham sido descritas, a literatura sobre desastres tem lançado luz sobre os desdobramentos espaço-temporais após o evento deflagrador. O entrelaçamento de diversos tempos e espaços que reforçam que o desastre não se limita ao evento específico nem a seus efeitos imediatos, como defendido pelas retóricas tecnicistas e corporativistas. Pelo contrário, eles se nutrem das novas dinâmicas criadas e se perpetuam, espriam-se, aprofundando os efeitos iniciais ou fazendo emergir outros até então despercebidos (VALENCIO, 2016).

Com base nessas reflexões, a pergunta que orienta esta pesquisa é: **como um desastre sociotécnico de rompimento de barragem reconfigura a territorialidade de agrupamentos sociais localizados à jusante do seu epicentro e que mantêm uma relação de dependência com os recursos naturais?**

No espectro social, esta pesquisa busca compreender como os indivíduos e agrupamentos sociais, que dependem do ambiente natural devastado para sua reprodução socioeconômica, são atingidos e como reagem às modificações provocadas pelos desastres de rompimentos de barragens de rejeitos minerários. Em relação à contribuição para o conhecimento científico, enfatiza-se que esta proposta se circunscreve numa seara em plena expansão no âmbito das ciências humanas e sociais, que problematiza os custos para os chamados “países em desenvolvimento”, fornecedores de matérias primas para os “países desenvolvidos”, e busca descortinar a outra face desse “progresso” para a população situada nesses territórios (GUDYNAS, 2015; MILANEZ, 2019; SVAMPA, 2019a).

Os riscos de rompimentos e os eventos deflagradores dos desastres emergem na dinâmica das intensas intervenções humanas sobre o ambiente, ancoradas numa ética antropocêntrica, guiadas pela ideologia do progresso e pela acumulação infinita sob a égide da governança do atual sistema capitalista. Nesse sentido, a possibilidade de acentuação de grandes catástrofes, em função dessa ideologia e da prática de desenvolvimento adotadas nos países periféricos fornecedores de bens primários, tem sido apresentada em forma de alerta por diversos estudiosos ao longo dos anos, visto que, não são excepcionalidades, mas indicadores endógenos dos processos de desenvolvimento (GARCÍA-ACOSTA, 2020). Portanto, vislumbra-se problematizar as consequências da radicalização do Neoextrativismo no Brasil, em especial a expansão da extração de minério sob a retórica da “modernização e do progresso”, do desenvolvimento, desvelando os custos socioambientais na perspectiva dos indivíduos atingidos pelos rejeitos derramados sobre seus territórios.

A discussão sobre o Neoextrativismo, para apreensão do contexto macro, está vinculada a outras mais recentes que buscam compreender os custos socioambientais desse modelo de desenvolvimento como parte de uma crise sistêmica. Com base em literaturas recentes, busca-se enquadrar esses crescentes e devastadores rompimentos de barragens de rejeitos minerários como eventos catastróficos próprios de uma nova era geológica, na qual os “humanos” se tornaram a principal força geológica, transformando os principais processos ecológicos globais, conduzindo o planeta a um cataclismo generalizado. O Antropoceno indica a mudança de época na história da terra, na qual os humanos se apresentam como a principal “força telúrica” (SVAMPA, 2019a). Essas discussões recentes rompem as fronteiras disciplinares, sendo desenvolvidas nas mais diversas áreas do conhecimento (CADENA, 2018; DANOWSKI; CASTRO, 2015; HAMILTON, 2014; LATOUR, 2017; SVAMPA, 2019a).

Intenta-se, com essa articulação teórica, expor os limites ecológicos das ações predatórias e as consequências para os grupos marginalizados e dependentes da natureza. Parte-se do princípio de que, longe de despolitizar o debate, como apontado por críticos como Ramos (2017), essa perspectiva se nutre e toma força pela possibilidade de integrar as dimensões sociais, econômicas, políticas e ecológicas, que se entrelaçam na construção das mais variadas catástrofes que assolam as diversas vidas humanas e não humanas (HAMILTON; BONNEUIL; GEMENNE, 2015; PÁDUA, 2017; SVAMPA, 2019b). O estabelecimento desse diálogo é uma importante contribuição teórico-metodológica desta pesquisa e, de forma mais ampla, para as pesquisas sobre territorialidades frente aos desastres sociotécnicos de rompimentos de barragens de rejeitos minerários.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar os efeitos socioambientais e territoriais ocorridos para os ilheiros, no município de Galileia-MG, em função do desastre provocado pelo rompimento da barragem de Fundão. Compreender quais as reconfigurações nas formas tradicionais de apropriação e de uso do território, assim como, as estratégias adotadas para a manutenção da territorialidade desse agrupamento social.

1.2.2 Objetivos específicos

a) Investigar a dinâmica da exploração mineral e dos rompimentos de barragens no Brasil durante a grande aceleração do Antropoceno, enfatizando os processos econômicos e políticos;

b) Analisar os atributos que constituem a territorialidade ilheira no rio Doce, enfatizando as especificidades laborais constituídas na relação entre os indivíduos e os ecossistemas;

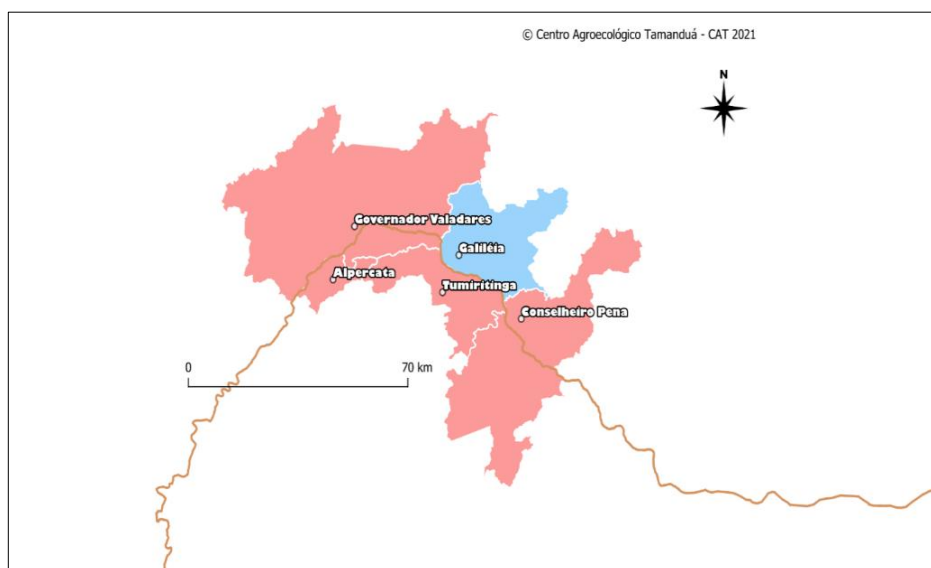
c) Compreender as transformações no uso e na ocupação do território ocasionadas pela chegada dos rejeitos em seus domínios, bem como as estratégias criadas para a manutenção do modo de vida;

e) Analisar os processos sociopolíticos produzidos no âmbito da política de reparação dos danos socioambientais, evidenciando seus entrelaçamentos com as especificidades de trabalho e de vida das pessoas atingidas.

1.3 Reflexões sobre o percurso metodológico: o campo em contexto de Desastre

Esta pesquisa qualitativa tem como lócus o pequeno município de Galileia, no Estado de Minas Gerais. Galileia é uma das pequenas cidades, com menos de 10 mil habitantes, atingidas pela onda de rejeitos. Está localizada na região Leste do Estado, na mesorregião do vale do rio Doce e na microrregião de Governador Valadares. Possui como municípios limítrofes Divino das Laranjeiras, ao norte, Conselheiro Pena, a sul, São Geraldo do Baixo e Central de Minas, a leste, e Governador Valadares e Tumiritinga, a oeste (Mapa 1). A população do município, em 2020, foi estimada em 6.790 habitantes e nele se encontram 236 estabelecimentos da agricultura familiar (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2020).

Mapa 1 - Localização do município de Galileia, na porção do médio rio Doce



Fonte: Centro Agroecológico Tamanduá, 2021, [s.p.].

Portanto, esse é um estudo que almeja compreender um determinado fenômeno em sua complexidade e extensão por uma estratégia de estudo de caso, lançando mão de métodos e de técnicas de pesquisas clássicas como suporte. O estudo de caso é “um procedimento metodológico, com pretensões holísticas, na medida em que procura apreender as diversas dimensões de um fenômeno ou evento social específico” (ALMEIDA, 2016, p. 60). Nessa assertiva, o autor põe relevo naquela que é a principal característica dessa estratégia, o potencial de apreender um determinado fenômeno de forma abrangente, as diversas partes que compõem o todo em interconexão. Efetivamente, na prática, representa explorar um problema previamente delimitado de forma pormenorizada, com profundidade, que necessariamente demanda a articulação entre métodos e enfoques teóricos, a fim de apreender os fatos, realizar conexões e analisá-las sob diversas perspectivas.

Diante dessas indicações e em função do problema de pesquisa, foram adotados dois métodos para a coleta de dados: a entrevista livre e a observação participante, métodos clássicos e amplamente utilizados nas pesquisas antropológicas e sociológicas (BECKER, 1997; DESLAURIERS; KÉRISIT, 2010). O uso desses métodos permitiu coletar as informações e apreender os fatos sob duas formas distintas, as narrativas dos interlocutores e a observação direta feita pelo pesquisador. A escolha dos métodos foi, de certa forma, condicionada pelo contexto político do território experimentado pelo pesquisador no decorrer da pesquisa. Ainda que a entrada em campo tenha ocorrido por intermédio de instituições e informantes-chave, a

situação de vulnerabilidade e o sentimento de abandono experimentados pelos interlocutores, no quinto ano de desastre, os mantinham inseguros para participar de dinâmicas que pudessem comprometê-los no percurso da reparação dos danos. Por isso, tornou-se imperativo o ajuste metodológico ao contexto de desconfiança, de insegurança e de medo dos participantes da pesquisa.

A entrevista é essencial para as pesquisas qualitativas, pois possibilita o registro dos fatos presentes na memória do indivíduo, assim como das representações que condicionam os seus comportamentos individuais e coletivos (LIMA, 2016). Recorreu-se ao diálogo livre e fluido, com auxílio de um roteiro, principalmente após a interação se tornar “menos mecânica”, baseada na confiança momentânea construída com os interlocutores. Porém, é necessário reconhecer a impossibilidade da desconstrução da figura do pesquisador, posto que as diferenças de papéis se expressaram no decorrer da interação, como apontado por Lima (2016) que reforça que essa diferença acaba influenciando o comportamento dos entrevistados que acabam filtrando as informações, aquilo que pode ou não pode ser dito e gravado. Tal fato ficou evidente em algumas entrevistas, nas quais não foram obtidas autorização para sua gravação, mesmo com todo sigilo garantido e expresso no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Nesse sentido, a etapa das entrevistas se desenvolveu com alguns percalços, pois, se já é esperado que em entrevistas os indivíduos tendam a se distanciar daquilo que o pesquisador está investigando, em contexto de desastre, esse fato é ainda mais evidente. Enquanto havia o interesse, por parte do pesquisador, de ouvir sobre as mudanças abruptas e o uso do território, as pessoas falavam da situação de abandono, de insegurança, das injustiças, da falta de perspectivas. Percebiam no pesquisador a figura de alguém que pudesse ajudá-las com informações sobre o andamento dos processos, previsão de indenização, fim do “cartão da Samarco”, ou seja, alguém que pudesse ouvi-los e se empenhar na resolução dos problemas. Alguém que pudesse influenciar o processo de reconhecimento e fazer ecoar as suas reivindicações. Em uma dessas entrevistas, tendo em vista o desespero de um dos interlocutores, foi oferecida ao pesquisador uma porcentagem do valor de uma futura indenização, caso conseguisse “adiantar o processo” desse atingido. Tais situações se apresentavam como prelúdio do que viria a ser a fase de discussão dos resultados, em função da dificuldade de narrar um caso multidimensional, que afeta território, vidas humanas e não humanas, e de um processo de “reparação” que violenta, burocratiza e aumenta o sofrimento das vítimas do desastre.

As entrevistas aconteceram num cenário conflituoso, por imperar no território um quadro geral de desconfiança, especialmente em função da elevada quantidade de atores contratados pelas empresas. Tais atores estão presentes no território, realizando estudos e levantamentos de danos, que desgastam ainda mais os atingidos e elevam de forma acentuada o nível de insegurança. Nesse contexto, o pesquisador era apenas mais um sujeito entre os diversos atuantes no território.

Nesse cenário, seguiu-se a forma clássica de construção da amostra nas pesquisas qualitativas que “são geralmente de tipo não probabilístico, pois não se constitui ao acaso, mas em função das características precisas do objeto e seu contexto” (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2010, p. 138). A quantidade de entrevistados se relaciona com o fato das informações se tornarem repetitivas, evidenciando sinais de saturação. Dessa forma, não foi definido previamente o número de entrevistados. Esse processo foi influenciado pelos fatores presentes no campo, priorizando a qualidade das entrevistas em detrimento da quantidade. Todavia, foram entrevistadas treze pessoas, de um universo de, aproximadamente, 21 ilheiros (número estimado pelos meus interlocutores). Para alcançá-los, foi utilizada a técnica bola de neve que se apresentou como uma boa estratégia para promover o encontro com os indivíduos em seus territórios. Essa técnica ocorreu, inicialmente, por meio de um informante-chave e, posteriormente, pela indicação dos sujeitos anteriormente entrevistados, formando uma cadeia de referência (VINUTO, 2014).

Essas entrevistas geralmente ocorriam nas casas dos atingidos, na parte urbanizada do município de Galileia. As visitas às ilhas ocorriam a partir da disponibilidade e da oferta dos entrevistados. Das treze entrevistas, em sete delas foi possível fazer a travessia e adentrar nas ilhas. Abaixo são detalhadas algumas informações dessas pessoas entrevistadas (Quadro 1). Posteriormente, ocorriam visitas às ilhas, por iniciativa dos próprios atingidos, para apresentação *in loco* da nova situação experimentada por eles após a chegada dos rejeitos. É salutar observar que não foram realizadas visitas em todas as ilhas, principalmente naquelas onde os atingidos não demonstravam desejo de retornar, em função do sofrimento que lhes seria causado.

Quadro 1 - Pseudônimos e idades dos entrevistados

Nome*	Idade
Antônio	44
Pedro	49
Marinês	51
Cristiano	52
Robson	54
Ricardo	56
Afonso	57
Oswaldo	54
Francisco	63
Amanda	54
Isaias	82
Aricelia	52
Arnaldo	42
Marilda	54

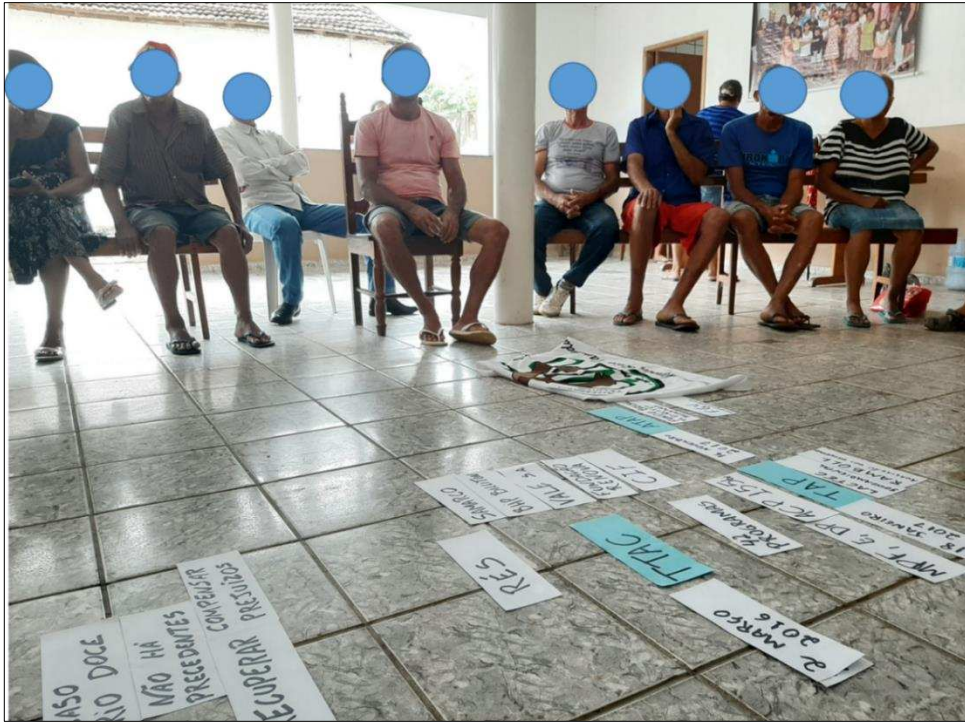
*Pseudônimos utilizados para garantir o sigilo dos entrevistados.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Em função das limitações apresentadas na realização das entrevistas, revelou-se complementar o segundo método utilizado na operacionalização da pesquisa, a observação participante que é, por excelência, a forma de coleta de dados das pesquisas empírico-indutivas e, em especial, dos estudos de casos (BECKER, 1997; JACCOUD; MAYER, 2012; YIN, 2010). Para Yin (2010), a observação participante apresenta algumas vantagens em relação a outras formas de observação como, por exemplo, o acesso a eventos ou a grupos específicos, a captação da realidade do ponto de vista de algum “interno”, e a possibilidade de manipular eventos menores. Todos os momentos de interação com o campo, estando com o atingido ou não, foram importantes para a captação de informações difíceis de serem disponibilizadas somente pelas narrativas dos interlocutores. Esses momentos ocorreram durante as visitas às ilhas, na interação dos atingidos com amigos e familiares, com a presença do pesquisador, bem como nas reuniões que aconteceram no município. Duas reuniões foram realizadas no período e acompanhadas pelo pesquisador, uma que tratava da assessoria técnica independente, organizada pelo CAT (FOTOGRAFIA 1); e a segunda para levantamento de danos e de outras informações, organizada pela Fundação Getúlio Vargas. Como técnicas para suporte à

observação, foram utilizados o caderno e o diário de campo, indispensáveis para a coleta e a sistematização das informações observadas e capturadas.

Fotografia 1 - Reunião ocorrida entre o Centro Agroecológico Tamanduá e os atingidos em Galiléia



Fonte: Do autor, 2020.

Como complemento à entrevista e à observação participante, outras fontes de informação foram consultadas por meio da análise documental. Os documentos que não passaram por tratamentos analíticos são fontes preciosas de informações, principalmente quando se pretende reconstruir ou compreender fatos difíceis de serem reconstruídos apenas pela memória dos indivíduos (CELLARD, 2012). No presente estudo, vários documentos foram consultados, especialmente aqueles elaborados pelas diversas instituições de pesquisa envolvidas, de forma oficial ou independente, no caso rio Doce (Quadro 2).

Quadro 2 - Documentos utilizados como fontes de dados

Título	Mês/Ano	Autor
Relatório Parcial de Valoração Econômica dos Danos Socioambientais	Jan/2020	Institutos LACTEC
Análise das Matrizes de Danos no Contexto da Reparação do Desastre do Rio Doce	2019	FGV
Análise do Cadastro Socioeconômico	2019	FGV
Análise de Agravos Notificados às Bases do DATASUS – Parte 1	2019	FGV
Análise de Agravos Notificados às Bases do DATASUS – Parte 2	2019	FGV
Avaliação do programa de reparação integral da bacia do Rio Doce	2018	Ramboll
Parecer sobre o Cadastro Integrado do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI) elaborado pelas empresas Samarco e Synergia Consultoria Ambiental	2016	GESTA/UFMG

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Para a análise, organizou-se e categorizou-se as informações por meio das proposições teóricas que embasam este estudo de caso (YIN, 2010). Três momentos foram essenciais para a reconstrução dos fatos: a transcrição das entrevistas, a descrição detalhada das evidências coletadas e a análise das evidências com base nos aportes conceituais adotados, etapas seguidas para explicar, discutir e demonstrar o caso analisado (SEVERINO, 2008). Para garantir a confidencialidade das informações, foram adotados nomes fictícios para os interlocutores, os quais estão descritos nas narrativas contidas ao longo das seções. Também optou-se por manter ao máximo a originalidade dessas narrativas, com poucos ajustes nas palavras e sem alterações na estrutura das orações para corrigir eventuais problemas gramaticais.

A coleta de informações aconteceu em dois momentos: primeiramente, durante intensiva imersão no campo, iniciada em 18 de fevereiro de 2020, com o estabelecimento do pesquisador em uma residência no município. A presença na localidade ocorria de segunda à sábado, com uma pausa aos domingos, quando o pesquisador retornava à Governador

Valadares. Essa imersão durou, aproximadamente, 60 dias, com término em 18 de abril de 2020. O segundo momento foi de contatos mais remotos e esporádicos, trocas de mensagens e vídeos com os interlocutores da pesquisa, conversas informais e visitas a campo previamente agendadas, que ocorreu ao longo dos meses de julho a dezembro de 2020. Essa mudança se deveu à necessidade de medida de segurança adotada em função da pandemia da COVID-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2. Além disso, destaca-se que, após a imersão no campo, o pesquisador continuou estabelecendo diálogos e tendo acesso às discussões promovidas pelas pessoas atingidas, demonstrando que o campo excede, em certa medida, os marcos temporais esperados para as pesquisas. Por fim, para preenchimento de algumas lacunas, um novo trabalho de campo foi realizado entre os dias 29 de agosto e 07 de setembro de 2022.

Mas, se tratando da temporalidade de coleta de informações e escrita do trabalho, não se pode olvidar os impactos que a Pandemia de Covid-19 instituiu para esta pesquisa e para o pesquisador. Aliás, o impacto social causado pela Pandemia é de difícil mensuração, como veiculado pelo Observatório da Covid-19 da Fundação Oswaldo Cruz ([2021]):

A estimativa de infectados e mortos concorre diretamente com o impacto sobre os sistemas de saúde, com a exposição de populações e grupos vulneráveis, a sustentação econômica do sistema financeiro e da população, a saúde mental das pessoas em tempos de confinamento e temor pelo risco de adoecimento e morte, acesso a bens essenciais como alimentação, medicamentos, transporte, entre outros. [...] Além disso, a necessidade de ações para contenção da mobilidade social como isolamento e quarentena, bem como a velocidade e urgência de testagem de medicamentos e vacinas evidenciam implicações éticas e de direitos humanos que merecem análise crítica e prudência.

O trabalho de campo, para coleta de dados, foi iniciado sob os relatos de casos registrados somente nos países asiáticos. Posteriormente, com a intensificação dos casos no Brasil, foi necessário realizar a sua suspensão, ocasionando um importante retardamento na continuidade da coleta de dados. Nesse momento, buscou-se a intensificação do diálogo através de trocas de mensagens, com poucos atingidos que tinham acesso à internet e a celulares. Em função do necessário isolamento social, algumas entrevistas foram realizadas somente no final do ano de 2020. Durante todas as entrevistas foram adotadas medidas de segurança como uso de máscaras e distanciamento social, como recomendado pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, local onde se encontra registrada esta pesquisa.

2. A CONSTRUÇÃO DOS DESASTRES DO NEOEXTRATIVISMO MINERÁRIO: as marcas da “grande aceleração” brasileira

O Neoextrativismo mineral tem sido, especialmente a partir da virada do novo século, uma das principais formas de inserção do Brasil no mercado internacional, fomentado o crescimento econômico e os níveis de bem-estar de parte da sua população (MARTINEZ-ALIER; WALTER, 2015; MILANEZ, 2019). A extração de grandes quantidades de minérios alcançou níveis jamais vistos na história da mineração brasileira, especialmente a partir da segunda metade do século XX (MARTINEZ-ALIER; WALTER, 2015).

Apesar das vantagens econômicas e sociais desse modelo, é necessário analisar os custos socioambientais que uma economia exportadora de *commodities* assume, ao fomentar um modelo de desenvolvimento que acelera os processos entrópicos globais e os impactos ambientais regionais/locais, além das violações de direitos, das variadas formas de violência, e da ampliação dos conflitos socioambientais (GUDYNAS, 2015; MILANEZ, 2019; SVAMPA, 2019a). Os volumes de minerais produzidos, bem como sua contribuição para o PIB, não revelam as taxas de extinção das reservas biofísicas, a contaminação dos recursos naturais, nem as tensões e as afetações provocadas nos territórios (PÁDUA, 2017). Os casos recentes de grandes rompimentos de barragens de rejeitos de minério, no território brasileiro, evidenciam como a exacerbação dessa forma de desenvolvimento causa profundas marcas na natureza e, principalmente, na vida das pessoas que são atingidas pelos desastres.

A compreensão das dinâmicas entre a crise global e as relações socioambientais locais demanda a análise da entrada singular de cada país na temporalidade do Antropoceno, no novo período histórico do planeta (PÁDUA, 2017). Esse exercício possibilita compreender tanto o papel das economias fornecedoras de recursos materiais para o metabolismo dos outros países, quanto a participação de cada sociedade nacional em termos de padrões de produção e consumo e desvelar as ideologias que orientam esses processos internamente. Além disso, possibilita a apreensão das diferentes formas de pressão interna e externa, expressas na adoção de modelos de desenvolvimento e suas respectivas ideologias que atuam como forças instigadoras da expansão da exploração mineral brasileira. Assim, é imperativo um esforço de análise diacrônica, privilegiando os marcos sociopolíticos de maior relevância na agenda nacional e suas reverberações em termos de extração de recursos minerais.

Nesta seção, serão analisados os casos de rompimentos de barragem de rejeitos de minério no Brasil na perspectiva da grande aceleração do Antropoceno. O principal objetivo é

analisar esses rompimentos a partir da dimensão macroestrutural e enquadrá-los como catástrofes próprias dessa temporalidade, fomentados pelas dinâmicas socioeconômicas movidas pelas ideologias políticas postas em prática no território brasileiro que refletem a alta demanda do minério por economias e sociedades altamente dependentes dele. Além disso, serão abordados os processos que desencadearam esses desastres, especialmente o rompimento da barragem de fundão, sob a óptica da dinâmica da extração dos recursos, expondo a complacência das sociedades e as ideologias que orientam as políticas que se imbricam na construção histórica desses desastres.

Inicialmente, serão apresentadas as discussões recentes em torno da mudança de período histórico da Terra, a partir do conceito de Antropoceno, como plano de fundo das grandes catástrofes contemporâneas. Em seguida, será apresentada a relação dessas crises com o modelo neoextrativista de desenvolvimento que se apresenta como motor dessas grandes transformações socioecológicas globais, com maior custo para os países periféricos, abordando os aspectos conceituais e suas implicações práticas. Em seguida, será analisado o desenvolvimento da exportação do minério de ferro brasileiro ao longo das décadas, identificando fatores políticos e sociais que contribuíram para o seu avanço, especialmente no período da “grande aceleração”. Por fim, serão abordados os casos dos rompimentos de barragens, especialmente os efeitos ambientais e sociais causados na bacia do rio Doce, a partir do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco, no município de Mariana-MG, que materializa os efeitos catastróficos da exacerbação do Neoextrativismo minerário numa dimensão territorial.

Destaca-se que a ênfase na extração de recursos e as ideologias que as fundamentaram nos governos brasileiros não olvidará as imbricações políticas envolvidas nesses desastres, como o sucateamento das instituições de fiscalização, a influência das mineradoras nos processos e nas instâncias regulatórias, bem como a complacência e favorecimento dos governos através da flexibilização das leis em favor das mineradoras. Pretende-se evidenciar como todas essas questões estão enoveladas com a alta demanda de minério por outros países, por outros modos de vida, a fim de demarcar a participação dessas sociedades na construção dos desastres da mineração no território brasileiro.

2.1 O Antropoceno como plano de fundo das grandes transformações socioecológicas

Extremos de temperatura, crise hídrica, enchentes, furacões, poluição atmosférica e oceânica. Tornou-se comum o bombardeio de noticiários que revelam os assustadores índices de gases de efeito estufa acumulados na atmosfera, as toneladas de plásticos nos oceanos, bem como a contaminação de rios e dos lagos com agrotóxicos. Os eventos percebidos e experimentados pela sociedade são diversos e multidimensionais, tornando cada vez mais presente, no imaginário coletivo, a ideia de que estamos efetivamente submersos numa profunda crise ecológica. Problemas postos em cena que, se observados isoladamente, não apresentam causas em comum, pontos de congruência que façam notados o cerne e raízes dessa crise.

Talvez, por um imperativo da própria sobrevivência humana, esses problemas estão presentes nas narrativas de indivíduos e de grupos, nas mais diversas esferas sociais, influenciando pesquisas científicas e provocando acalorados debates políticos no Norte e no Sul global. Especialmente no campo científico, a magnitude e a velocidade das transformações ocorridas nos mais diversos ecossistemas e a sua imbricação com as atividades predatórias praticadas pelos humanos têm levado pesquisadores a assumirem a entrada da Terra em um novo período histórico⁶, no qual se encontra a humanidade como a força motriz dessas mudanças, época denominada de “Antropoceno” (HAMILTON, 2014; STEFFEN et al., 2016; ZALASIEWICZ et al., 2017).

Oriundo das ciências naturais, o termo proposto para designar essa nova época foi cunhado ainda na década de 1980, pelo biólogo Eugene Stoermer, mas popularizado pelo Nobel de Química Paul Crutzen (CRUTZEN; STOERMER, 2000). Crutzen e Stoermer (2000) sugeriram a última parte do século XVIII como marcador temporal para o início da nova época, especificamente com o advento da revolução industrial e surgimento da máquina a vapor, em 1784. Segundo os autores, esse período marca uma ruptura profunda nas relações da humanidade com o meio natural, especialmente a partir da substituição das diversas fontes de energia por combustíveis fósseis, aliado ao crescimento populacional e urbanização, petrolização das cidades, transformações das paisagens e a extinção da biodiversidade, que culminaram em mudanças complexas nos ciclos biogeoquímicos do sistema terra.

O Antropoceno ainda não é reconhecido oficialmente pela Comissão Internacional de Estratigrafia e, portanto, ainda carece da aprovação e da legitimação da comunidade científica.

⁶A história da Terra, de aproximadamente 4,5 bilhões de anos, é representada na escala oficial da Comissão Internacional de Estratigrafia, que a divide em éons, eras, períodos, épocas e idade (COHEN et al., 2013). Na escala atual, o Holoceno, época na qual a humanidade se encontra oficialmente, teve início com o fim do último período glacial há aproximadamente 12 mil anos. Assim, o Antropoceno, como assumido por diversos geocientistas, representaria a época que sucederia o Holoceno nessa longa história geológica.

Há vários grupos de acadêmicos espalhados pelo mundo imbuídos da realização de pesquisas que possam fundamentar cientificamente essa mudança de época na história da Terra. Em publicação recente, o grupo de trabalho Anthropocene Working Group (AWG), da Universidade de Leicester, na Inglaterra, considera o Antropoceno uma realidade estratigráfica e recomenda a sua formalização, com datação de início posicionada na metade do século XX (ZALASIEWICZ et al., 2017). Como resultados preliminares, os autores afirmam que os radionuclídeos associados aos testes de armas nucleares são os marcadores primários, e os plásticos, isótopos de carbono e cinzas industriais, os marcadores secundários.

Estudos recentes têm mostrado que, nos últimos 60 anos, o planeta tem passado por transformações, jamais vistas em seus processos geofísicos, que apresentam sintonia com a expansão das formas e das escalas da ação humana. Essas ações humanas têm acelerado o ritmo das mudanças, agindo como um encurtador dos limites espaço/temporais da devastação ambiental e, por isso, essa temporalidade tem sido denominada de “Grande Aceleração” (MCNEILL; ENGELKE, 2014; STEFFEN et al., 2015).

Steffen et al. (2015) demonstram que, após o fim da Segunda Guerra Mundial, as taxas de antropização do planeta apresentaram crescimentos alarmantes, especialmente a partir das mudanças no cenário socioeconômico global. Desde então, as atividades econômicas têm apenas se elevado, junto com a crescente taxa populacional, seu metabolismo socioeconômico e consumo de energia, que reflete nos altos índices de concentração de metano na atmosfera, na perda de ozônio estratosférico, na perda da biodiversidade, dentre outras perdas. Em concordância com o grupo AWG, os autores afirmam que “de todos os candidatos a uma data de início para o Antropoceno, o início da *Grande Aceleração* é, de longe, o mais convincente do ponto de vista científico do Sistema Terra” (STEFFEN et al., 2015, p. 81, tradução nossa). Os autores reconhecem a importância da revolução industrial, porém, reafirmam a presença de provas estratigráficas apenas para o período pós Segunda Guerra Mundial.

A construção da narrativa científica para a fundamentação da mudança de época tem mobilizado cientistas de diversos campos das ciências naturais, os quais têm se debruçado sobre os efeitos deletérios das práticas humanas sobre o funcionamento e a estabilidade dos processos regulatórios do sistema Terra, e não concentrado apenas em seus marcadores estratigráficos. Efeitos que, como afirmam Crutzen e Stoermer (2000), apresentam marcas definitivas de uma força devastadora e que tendem a continuar aumentando por longos períodos. Todavia, todos esses estudos apontam que o Antropoceno transcende a “questão climática”. Trata-se também de um desordenado processo de expansão das áreas ocupadas, de toneladas de produtos

químicos, da acidificação dos oceanos, da diminuição da biodiversidade dos ecossistemas, de esgotamento dos recursos naturais, etc. Processos que extrapolam as fronteiras e emaranham os domínios do social, ambiental e político, e a crise climática se torna, “apenas”, a ponta do *iceberg*. Como afirma a antropóloga e filósofa norte-americana Donna Haraway (2015, p. 139, tradução nossa):

Trata-se também da enorme carga de produtos químicos tóxicos, de mineração, de esgotamento de lagos e rios, sob e acima do solo, de simplificação de ecossistemas, de grandes genocídios de pessoas e outros seres etc., em padrões sistematicamente ligados que podem gerar repetidos e devastadores colapsos do sistema. A recursividade pode ser terrível.

Neste contexto, para Hamilton, Bonneuil e Gemenne (2015), caso a Comissão Internacional de Estratigrafia defina não haver provas contundentes e suficientes para declarar a passagem de época, o conceito Antropoceno continuará sendo amplamente utilizado, sobretudo a partir das concepções que se mostram mais amplas e flexíveis e demandam análises e apreensões holísticas. O termo rompeu fronteiras disciplinares e tem sido assumido por pensadores de diversas áreas do conhecimento, especialmente por filósofos e cientistas das ciências sociais e humanas (CHAKRABARTY, 2018; DANOWSKI; CASTRO, 2015; DESCOLA, 2017; HAMILTON, 2014; HARAWAY, 2015; LATOUR, 2017; SVAMPA, 2019b).

É nesse ínterim que correntes críticas reforçam que não há como descrever o Antropoceno olvidando o papel do capitalismo na conformação da atual crise socioecológica expressa na destruição dos territórios e da vida daqueles que estão pouco ou nada inseridos nesse sistema. Assim, o Antropoceno marcaria o período de acentuação das formas predatórias da natureza para a acumulação de capital, fruto de uma racionalidade economicista hegemônica espalhada pelos continentes a serviço da construção de poder e de impérios capitalistas (MOORE, 2013; 2016). O Capitaloceno (MALM; HORNBORG, 2014; MOORE, 2013; 2017) se apresenta como uma dessas abordagens críticas que tem sido aceita por vários pesquisadores e um importante contraponto à abordagem oficial e pouco crítica do Antropoceno. Ao diferenciar o *Anthropos* em seu conceito original, o debate se reveste de maior politização, abrangendo novas dimensões como os agenciamentos políticos, as relações de poder, e especialmente o modelamento do mundo pelo capital e suas corporações. Portanto, é preciso sublinhar a riqueza, a pluridimensionalidade e a interdisciplinaridade nas abordagens do Antropoceno (TOIVANEN et al., 2017; TRISCHLER, 2017) e buscar aumentar seu alcance crítico (SVAMPA, 2019b).

Para Svampa (2019b), o Antropoceno também avança no questionamento da lógica de desenvolvimento extrativista adotada nos territórios latino-americanos, incentivada por organismos de cooperações internacionais e mediadas por grandes corporações. Nesse sentido, a autora busca expandir a análise da nova “força telúrica”, a fim de entrelaçar a exaustão dos recursos naturais para fins de abastecimento de mercados globalizados com a sustentação de impérios capitalistas e a mediação e o domínio das grandes redes corporativas. Um diagnóstico crítico que contesta os modelos de desenvolvimento predatórios que promovem não somente a contaminação dos recursos naturais, mas também a degradação das paisagens e a extinção de espécies humanas e não-humanas em diversos territórios, se mostrando, desde seus primórdios, um modelo incompatível com os ciclos da natureza. “Vista do Sul, a associação entre Antropoceno, expansão das fronteiras das commodities e exacerbação do Neoextrativismo é indiscutível” (SVAMPA, 2019b, p. 152).

2.20 Neoextrativismo como conceito crítico: uma leitura latino-americana

O Extrativismo⁷ é compreendido como um modelo de desenvolvimento baseado na exaustiva exploração dos recursos naturais e na expansão das fronteiras para espaços até então considerados improdutivos sob a óptica capitalista (SVAMPA, 2019a). Possui o perfil exportador de bens primários, extraídos em grande volume e intensidade, de forma direta ou indireta, desempenhando papel chave em diversas economias nacionais (GUDYNAS, 2015; SVAMPA, 2019a). Segundo os autores, o modelo se materializa no conjunto de práticas de extração de metais e minerais, de hidrocarbonetos, de monocultivos agrícolas destinados ao agronegócio, além da construção de grandes obras hidrelétricas e de infraestrutura.

Há um relativo consenso entre os autores de que a dimensão histórico-estrutural do Extrativismo está vinculada ao surgimento da Europa e à conseqüente expansão do capital, o qual se estabeleceu na América Latina ainda nos primórdios da colonização europeia, com a imposição de práticas extrativistas coloniais de ocupação e exploração do território para fins de abastecimento dos centros capitalistas (ARÁOZ, 2020). Um modelo de desenvolvimento devastador que acompanhou todo o processo de constituição do território latino-americano (SVAMPA, 2019a; 2019b; ULLOA, 2017). Svampa (2019a; 2019b) e Ulloa (2017) ainda afirmam que, ao longo dessa história de espoliação, em função da imensa riqueza natural do

⁷ O Extrativismo como abordado nessa seção se diferencia do conceito empregado para explicar os extrativismos praticados por comunidades tradicionais no Brasil. Segundo Gudynas (2015), há diferenças importantes entre elas, em especial, a escala e o destino, características de um outro modo de se relacionar com a natureza.

território, os processos extrativistas têm se reconfigurado em ciclos econômicos impostos pela lógica do capital que têm aprofundado as desigualdades socioeconômicas e promovido o genocídio dos povos autóctones e a degradação dos territórios explorados.

O Extrativismo continua sendo um modelo de desenvolvimento que representa a subordinação da natureza latino-americana, incluindo as naturezas biofísicas (o ambiente e seus habitantes) e sua configuração territorial (as dinâmicas socioculturais), à racionalidade ocidental e às práticas coloniais. Sob essa racionalidade, a natureza é explorada e reconfigurada a modo das necessidades dos processos de acumulação vigentes (ALIMONDA, 2011).

Embora o Extrativismo seja uma prática/modelo de gênese colonialista, alguns autores afirmam que mudanças estruturais importantes no *modus operandi* do modelo ocorreram especialmente no quarto final do século XX, mais precisamente, após a virada do novo século, o que deu sentido à incorporação do prefixo “neo” em sua composição gramatical (GUDYNAS, 2015; SVAMPA, 2019a). É certo que o “neo” não expressa necessariamente algo novo, posto que a sua essência, a superexploração dos recursos naturais para a alimentação de mercados globalizados, continua intacta, porém, há importantes diferenças entre os extrativismos. Cadena (2018) afirma que ele se diferencia por seu caráter corporativo, pela ubiquidade mundial e pela interconectividade do modelo; pela taxa de expansão dos mercados de minerais; pelo petróleo e pela energia; e pela magnitude das novas tecnologias utilizadas nos processos de exploração. Do ponto de vista do processo de extração, pode-se afirmar que se apresenta como um processo que consome muito mais energia, água e outros recursos por cada unidade de matéria obtida (GUDYNAS, 2015).

Em função das mudanças político-institucionais recentemente postas em prática na América Latina, uma outra dimensão se tornou importante na consolidação desse modelo: a sua forma de legitimação social e política, especialmente com a ascensão ao poder de governos “progressistas”, que ocorreu entre os anos 2000 e 2008 (GUDYNAS, 2009; MILANEZ; SANTOS, 2013; SVAMPA, 2019^a). Nessa nova fase, houve um efetivo interesse estatal, com maior imposição de regras, por vezes aumento de *royalties* e tributação, mas objetivando a incorporação dos excedentes como forma de abastecimento das fontes de programas sociais e de redistribuição de renda. Um ciclo que se estabeleceu em função do *boom* das *commodities* e se estendeu até meados de 2015/2016 (SVAMPA, 2019a).

Durante esse período, ainda que a nova dinâmica de acumulação de capital indicasse o aprofundamento da lógica de espoliação e dos conflitos socioambientais, os governos enfatizaram as vantagens econômicas, minimizando as novas desigualdade sociais, assimetrias

econômicas, sociais e ambientais geradas pelo processo de exportação de matérias primas em larga escala, os chamados “efeitos de derrame” (GUDYNAS, 2015). Acreditou-se que a alta dos preços das *commodities* poderia diminuir a distância econômica em relação aos países industrializados, constituindo o que Svampa (2019a) conceituou de “ilusão desenvolvimentista”. Mesmo com o fim dos altos preços dos recursos exportados e também com o fim de alguns governos progressistas, observa-se que, como um modelo de desenvolvimento, o Extrativismo se mantém inabalável, sempre atual nas estratégias de crescimento econômico dos países detentores de grandes reservas de matérias primas, independentemente das cores das bandeiras hasteadas nos palácios governamentais.

A evidência dos elementos-chaves que constituem o Neoextrativismo como modelo de desenvolvimento é essencial para se perceber que tal modelo acompanha todo o processo de organização territorial, desde a grande conquista à ascensão dos governos progressistas, e expressa, em sua essência, a mais íntima forma do ideal eurocêntrico de civilização. Especialmente a externalidade e o domínio humano sobre uma natureza inesgotável que deve ser explorada para o deleite das grandes nações e seus modos de vida urbano-industriais. Uma forma antropocêntrica de relação entre humanos e não humanos, na qual opera a racionalidade técnica e exploratória do homem sobre a natureza.

Estudos da economia política têm evidenciado que a demanda por recursos extrativistas tem aumentado exponencialmente (RAMOS, 2014). Ramos (2014) aponta que, em termos de consumo *per capita*, o uso de energia passou de 1,33 kg de petróleo equivalente em 1971 para 1,85 kg em 2010, e a demanda de minerais primários passou de 77 kg em 1950 para 213 kg em 2008; sendo que, para os Estados Unidos da América (EUA), esse valor é de 380 kg. Nesse sentido, dados do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) apontam que, de 1970 a 2017, enquanto a população mundial dobrou, a extração de recursos mais que triplicou (3.4x) e a projeção é que, para 2060, essa extração dobre novamente em relação aos 92 bilhões de toneladas atuais (UNEP, 2020). Acontece que, na sustentação desse metabolismo, a América Latina ocupa posição importante para suprir as demandas principalmente da China, de países da Europa, dos EUA e do Japão (RAMOS, 2014).

Por essas lentes, discutir a “época dos humanos” envolve mutuamente as dinâmicas extrativistas, o processo de acumulação de capital, o sempre crescente metabolismo social (MOLINA; TOLEDO, 2014; TOLEDO, 2013), assim como os efeitos catastróficos que se apresentam para as populações e os territórios onde essas dinâmicas operam. O metabolismo social se apresenta como o tensor da conflituosa relação Natureza/Economia/Território e seus

vertiginosos aumentos exigem, para a sua manutenção, números cada vez maiores de matérias-primas e energia, o que resulta em maior pressão sobre os bens naturais e os territórios (MOLINA; TOLEDO, 2014; SVAMPA, 2019a). A relação entre extração de recursos naturais e abastecimento das grandes economias é essencial para compreender a ligação dos países fornecedores de bens primários, especialmente do sul global, com a atual crise ecológica/civilizatória e com a construção de possíveis cataclismos globais (SVAMPA, 2019b).

Segundo Svampa (2019a), na atual fase do capitalismo neoliberal, as riquezas ecológicas extraídas desses territórios são direcionadas aos mercados globalizados, que operam dentro de uma lógica que privilegia a manutenção de modos de vida urbano-industriais altamente dependentes de recursos naturais para sua manutenção. Essa correlação explicitada pelo consumo elevado de alguns países, seja pelo aumento populacional, pelo modo de vida altamente dependente de altos níveis de matéria e de energia, bem como pela precoce obsolescência dos produtos manufaturados, completa a crítica feita pelo Antropoceno ao Neoextrativismo. Portanto, esses aspectos fundantes do Neoextrativismo elucidam os contornos que o Antropoceno adquire ao ser abordado pelas lentes latino-americanas.

Esses processos têm complexificado as relações global-local e aprofundado as desigualdades nos países fornecedores de matéria-prima (ULLOA, 2017). Portanto, é urgente pensar, de forma ampla e integrada, as consequências socioeconômicas e ambientais dessa forma insustentável de apropriação dos bens naturais. Se o Neoextrativismo atua para alimentar um mercado altamente globalizado, as consequências desastrosas e catastróficas dessa forma de desenvolvimento são distribuídas de forma extremamente desiguais. Como tem sido alertado por vários autores, ao persistirem as projeções de aprofundamento da atividade extrativista, estaremos fadados a suportar aquilo que Alberto Acosta (2009) chamou de “maldição da abundância”, o assombroso convívio com a riqueza natural e sua exacerbada exploração, e a acentuação da pobreza e da degradação que tanto assolam os territórios. Deve-se analisar, como afirma Ulloa (2017), como os efeitos das relações desiguais da produção e do consumo afetam, e ainda afetarão, milhões de pessoas que seguirão vivendo na desigualdade criada e aprofundada pelos extrativismos e, assim, questionar a própria concepção de “desenvolvimento”.

Nesse sentido, pensar nos efeitos causados pelo Neoextrativismo exige também uma reflexão sobre a própria concepção de desenvolvimento e de seus dualismos correspondentes (desenvolvimento/subdesenvolvimento; pobreza/riqueza) e concepções teóricas e práticas que emergem como alternativas a esse modelo. O território latino-americano se apresenta como um grande laboratório dessas novas ideias (LANG, 2016). Escobar (2014) reforça como essas

alternativas que emergem na América Latina, a exemplo do “Bem viver”, propõem uma crítica radical ao que constitui o núcleo central associado à noção moderna de “desenvolvimento”. Ideias como crescimento econômico, aumento do consumo individual desmedido e progresso são as estruturas que compõem o ideal eurocêntrico de desenvolvimento e que não abrem margem para a pluralidade de povos e de culturas que mantêm formas singulares e particulares de relação com a natureza, fora da racionalidade da sociedade moderna industrial. As alternativas vislumbram exatamente essa necessidade de transcender os saberes ocidentais e seu discurso civilizatório a fim de construir plataformas políticas com novos modelos baseados nos territórios, nos seus povos e nos seus saberes associados.

2.3 A construção dos desastres do Neoeextrativismo minerário

Os desastres provocados pelos rompimentos de barragens de rejeitos de minério têm se apresentado como parte desses efeitos negativos evidenciando, de forma trágica, os resultados da exacerbação do extrativismo mineral no território brasileiro (MANSUR et al., 2016; MILANEZ, 2019; ZHOURI et al., 2016). Com efeito, os impactos ambientais causados pelo derramamento de rejeitos têm reduzido as condições de existência de diversas vidas humanas e não humanas e desestruturado diversas formas de organização social, de povos e de comunidades enraizadas nos territórios, gerando sofrimento para os indivíduos e os grupos atingidos por esses desastres (ZHOURI et al., 2016). Além disso, também têm desvelado as relações assimétricas de poder na construção desses desastres, a desuniforme socialização dos seus impactos e a incapacidade política de aprender com esses eventos, a fim de caminhar no sentido de construção de outras formas de relação com a natureza, que não baseada apenas nas vantagens econômicas obtidas a partir da exploração.

Os desastres podem ser definidos como “processo/evento envolvendo uma combinação de agentes potencialmente destrutivos do ambiente natural e/ou tecnológico, e uma população em condição de vulnerabilidade produzida socialmente e tecnologicamente” (OLIVER-SMITH, 1996, p. 305), um processo que se desenvolve na interface entre sociedade, ambiente e tecnologia. Segundo Oliver-Smith et al. (2017), nos últimos anos, vários foram os desastres de média e de grandes proporções nas diversas partes do mundo que têm modificado a vida das sociedades, sendo comum falar-se até de uma “epidemia de desastres”. Para os autores, a “epidemia de desastres” é uma expressão metafórica que não diz respeito à incidência generalizada de um mesmo evento sobre uma população em vulnerabilidade, mas a processos

econômicos e sociais similares que ocorrem em todo o mundo, conduzindo ao risco de desastres. Na perspectiva dos autores, os eventos deflagradores de um desastre variam amplamente, mas a repetição de formas de desenvolvimento que favorecem o crescimento econômico em detrimento das prioridades sociais e ambientais se torna um fator-chave para a ocorrência deles.

Partindo desse princípio, a repetição de padrões de desenvolvimento que culminam em eventos catastróficos revela uma importante característica dos desastres: eles não são eventos isolados no tempo, são construções sociais e históricas, resultados dos enredamentos sociais, econômicos e políticos, portanto, processos que se desenvolvem condicionados socialmente e que culminam num evento em um momento específico, quando se tornam realidade (GARCÍA-ACOSTA, 2020). A aparente subitaneidade do evento se alimenta, na verdade, das dinâmicas próprias da normalidade da vida social (VALENCIO, 2016). Assim, ocorrem na presença de eventos físicos com potencial catastrófico, mas que são profundamente condicionados pelo conjunto de práticas, de necessidades, de percepções e de ideologias das sociedades (GARCÍA-ACOSTA, 2020; OLIVER-SMITH et al., 2017). Na construção das catástrofes, geralmente as práticas humanas aprimoram as capacidades materialmente destrutivas e socialmente disruptivas dos fenômenos e distribuem desuniformemente o risco associado a partir dos marcadores de gênero, de raça, de classe e de etnia (BARRIOS, 2017).

Para Garcia-Acosta (2020), as pesquisas realizadas no Sul global indicam que os desastres são problemas exacerbados pelos modelos de desenvolvimento orientados para o crescimento econômico, pelos métodos de acumulação adotados e por padrões de assentamento e de ocupação territorial que esse tipo de desenvolvimento promove. Para a autora, eles são indicadores endógenos que derivam dos modelos de desenvolvimento e de crescimento econômico adotado e indicam a sua íntima relação com os processos econômicos globais. Essa correlação entre os desastres no Sul e os modelos de desenvolvimento adotados se impõe como condição para compreendermos os desastres provocados pelos Extrativismos, tendo em vista que essa forma de apropriação da natureza obedece aos ritmos de governança capitalista global, estando sujeita às demandas internacionais, aos preços definidos nas bolsas de valores e às inserções das grandes corporações nos mecanismos de regulações estatais (GUDYNAS, 2015). Vários são os processos desenvolvidos nas interfaces sociopolítica e econômica que influenciam a estruturação e o funcionamento dos Extrativismos, contribuindo para a atenuação ou acentuação dos riscos e dos próprios eventos catastróficos.

Os Extrativismos como vetores da ideologia dominante sob a retórica do desenvolvimento nacional tornam cristalino o argumento de que, “as causas básicas dos desastres estão profundamente inseridos nas escolhas e valores econômicos e socioculturais dominantes que, inevitavelmente, levam a questões de política e prática” (OLIVER-SMITH et al., 2017, p. 110). Para os autores, essas questões são diversas e presentes em vários níveis, desde a distribuição desigual do poder, a disputa por vantagens econômicas, a apropriação de recursos comuns para benefícios de poucos, até a falta de políticas adequadas, de regulações, ou de ausência de limites impostos por governos para aqueles que se beneficiam de sua capacidade mobilizadora de recursos financeiros.

Diante disso, é evidente que as escolhas feitas em favorecimento do crescimento econômico ilimitado incidem profundamente sobre a rede de extração de recursos minerais e, conseqüentemente, na elevação dos riscos dos desastres. Nesse sentido, do ponto de vista da prática extrativa, é salutar a observação feita por Gudynas (2015), de que os impactos ambientais, e seus respectivos efeitos sociais, territoriais, econômicos e políticos provocados, se amplificam diante dos empreendimentos e das instalações necessárias para a extração de recursos naturais em grande escala, como a mineração, posto que esses empreendimentos operam numa lógica de extração máxima de recursos, impetrando à natureza profundas “amputações ecológicas”.

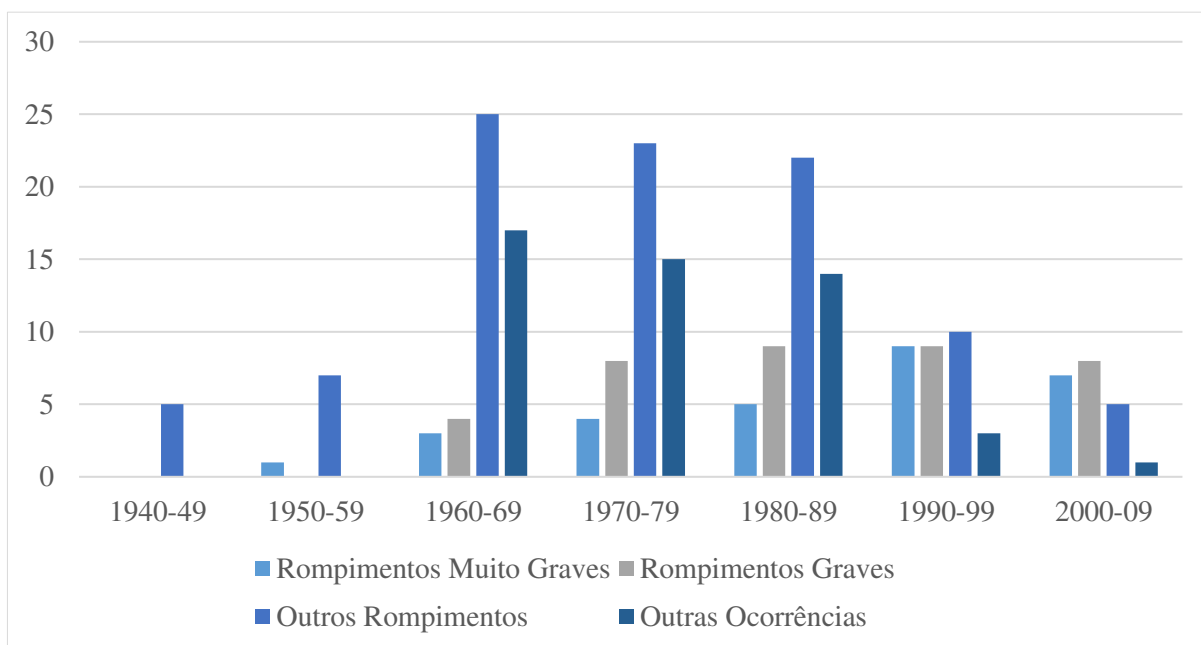
No caso do Extrativismo mineral, parte considerável dessas amputações ecológicas carecem de refinamento, e se torna obrigatório o “descarte” daqueles materiais não desejados, acomodados em barragens de acumulação de rejeitos, principalmente em tempos recentes, devido à redução da qualidade das minas que têm apresentado baixos teores de minérios (GUDYNAS, 2015; MARTINEZ-ALIER; WALTER, 2015). Dessa forma, tem-se que, devido ao longo processo de exploração e de exaustão das minas, além da necessária expansão das fronteiras de exploração, há o expressivo aumento na quantidade de material “amputado” para a manutenção dos níveis desejados para exportação, elevando, conseqüentemente, os descartes dos rejeitos nas barragens e elevando os riscos de colapsos dessas estruturas.

Os dados históricos da capacidade de beneficiamento mineral no mundo evidenciam como essa etapa tem apresentado importantes aumentos, atuando na elevação dos riscos de colapsos das barragens. Nos anos 1900, a capacidade de beneficiamento dos minérios extraídos era de 100 toneladas/dia. Nos anos 1930, a capacidade era de 1.000 toneladas/dia, passando para 10.000 toneladas nos anos 1960 e para 100.000 toneladas nos anos 2000 (ROBERTSON, 2011). A previsão para os anos 2030 é que a capacidade de beneficiamento seja de 1.000.000

toneladas por dia. Ainda segundo Robertson (2011), a cada 30 anos, as barragens de rejeitos e as cavas de mineração aumentam 10 vezes em tamanho e dobram em altura ou profundidade, elevando em 10 vezes os riscos de rompimentos. Além disso, Azam e Li (2010) observam que a tendência nos rompimentos tem se deslocado dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, e as causas dos colapsos geralmente estão relacionadas à falhas na manutenção, como infiltração, defeitos estruturais, instabilidade e transbordamento.

Análise mais ampla sobre os rompimentos de barragens no mundo indica que a tendência global é de redução do quadro geral de rompimentos, porém com aumentos significativos dos colapsos graves e muito graves (BOWKER; CHAMBERS, 2015). Os números fornecidos pelos autores apontam que, de 1940 a 2010, os rompimentos graves e muito graves representaram 31% (67) das ocorrências totais (214). Entretanto, há um expressivo aumento desse tipo de ocorrência a partir da década de 1960 (Gráfico 1), especialmente entre os anos 1990 e 2010, esses rompimentos representaram 63% do total (33/52). Observa-se que, antes de 1990, prevaleciam outras ocorrências e rompimentos, mas é nítido o crescimento dos rompimentos de maior gravidade ao longo das décadas.

Gráfico 1 - Rompimentos de barragens no mundo, 1940 - 2010



Legenda: Rompimentos Muito Graves - liberação de pelo menos 1 milhão m³ e/ou percurso de 20 km ou mais e/ou várias mortes (geralmente ≥ 20)

Rompimentos Graves - liberação superior a 100.000 m³ e/ou perda de vidas

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de BOWKER; CHAMBERS, 2015.

De forma geral, podemos afirmar que, durante a “grande aceleração” no mundo, os rompimentos de barragens tornaram-se mais frequentes entre a década de 1960 e o final da década de 1980, e têm apresentado uma relativa redução após esse período. Porém, foram os eventos de menor gravidade que diminuíram em detrimento de maior ocorrência de eventos de maior gravidade. Então, apesar da redução do número absoluto de rompimentos, há uma tendência de ascensão para aqueles com maior potencial catastrófico.

Outra dimensão importante é que o aumento do custo é fundamental para o mercado do minério de ferro, visto que ele é marcado por seu caráter cíclico, com períodos de *boom* e pós-*boom* dos preços (MANSUR et al., 2016). Segundo Mansur et al. (2016), há uma tendência dos desastres ocorrerem com maior frequência no período de pós-*boom*, em função da necessidade de manutenção dos lucros corporativos no período de maior desvalorização do minério. Isso conduz à diminuição de gastos, resultando na fragilização do monitoramento e nas reformas necessárias para garantia da segurança das barragens. Além disso, as necessidades de elevada e de rápida extração para aproveitamento dos preços demandam a aceleração dos processos de regulação e de licenciamento das barragens, especialmente da flexibilização, aumentando o risco de rompimento (MANSUR et al., 2016; ZHOURI et al., 2016)

O aumento da demanda por minério e seu consequente beneficiamento tendem a ter maior custo socioambiental para os países da periferia do capitalismo, dependentes economicamente da mineração, pois os processos de regulação acabam sendo mais brandos, de baixa eficácia, ou até mesmo ignorados, mantidos sob forte influência corporativa. Os casos recentes no Brasil revelam como as grandes mineradoras atuaram para reduzir ou acelerar os processos de licenciamento e de fiscalização dos empreendimentos, sem resistência e, por vezes, com alta complacência dos órgãos reguladores. Além disso, incidem sobre as esferas legislativas para influenciarem a aprovação de leis, principalmente aquelas que resultem na flexibilização das práticas de licenciamento, de monitoramento das atividades e de transferência das atribuições do Estado para as empresas privadas (MILANEZ, 2019; ZHOURI et al., 2016).

2.4 Prelúdios dos grandes desastres: a abertura da veia mineral brasileira diante da expansão do Neoeextrativismo minerário na “grande aceleração”

Como expresso alhures, há um relativo consenso entre os autores latino-americanos de que está na racionalidade e nas práticas extrativas associadas às dinâmicas de invasão continental a gênese do modelo de desenvolvimento Extrativista (GUDYNAS, 2015;

SVAMPA, 2019a). No Brasil, iniciadas em meados do século XVI, as primeiras expedições tinham como horizonte a busca por bens preciosos e especiarias para a economia do império colonial, especialmente os recursos vegetais e as preciosidades minerais (PÁDUA, 2017). Para Pádua (2017), embora esse retorno à aurora colonial seja crucial para compreendermos o contexto sociopolítico do processo de domínio do território brasileiro e suas reverberações espaço-temporais, especialmente o caráter colonial dessa grande “conquista”, os dilemas socioambientais contemporâneos não são equiparáveis quando considerados em termos de escala e de fluxos de matéria e de energia. Um argumento aparentemente óbvio, mas que tem a função de atualizar temporalmente os processos de espoliação do território brasileiro e os custos socioambientais da relação exploratória dessas terras.

Indubitavelmente, a exploração e a exportação das riquezas naturais do território brasileiro contribuiu fortemente para a consolidação do capitalismo ocidental, como exposto na célebre obra “As veias abertas da América Latina” de Eduardo Galeano (1980). Todavia, Pádua (2017) lança luz sobre as condições vigentes naquela época para o estabelecimento dos fluxos dessas riquezas, pois, devido às circunstâncias técnicas e sociais operantes no período colonial, os minerais eram exportados em pequenas quantidades, se comparadas ao que se desenrolou nas décadas subsequentes, sobretudo porque nesse período preferia-se os bens de maior valor nos circuitos de trocas. Corroborando com a afirmação de Pádua (2017), exemplifica-se com a exploração do ouro brasileiro: somadas a extração aurífera no Brasil Colônia (1700-1821) e no Império (1822-1889) chegaram a alcançar 1.100 toneladas em quase 200 anos de exploração (MACHADO; FIGUEIRÔA, 2001). Uma produção relativamente baixa, se comparada com os patamares atuais de extração que alcançaram, somente no ano de 2018, a produção de 85 toneladas, como mostra o levantamento da própria Agência Nacional de Mineração (ANM) (ANUÁRIO..., 2020).

Esses números e os estudos de Pádua (2017) apontam que o Brasil teve pouca participação durante a primeira temporalidade do Antropoceno (entre os anos de 1800 a 1945), durante o processo de industrialização dos países ditos desenvolvidos, motor da catástrofe socioecológica contemporânea. Desde a revolução industrial até meados da Segunda Guerra, a importação de minério brasileiro não fomentou ativamente o desenvolvimento tecnológico e industrial com as matérias-primas necessárias, nem o elevado consumismo dessas economias, tendo em vista que as trocas estabelecidas nesse período estavam ancoradas na circulação de preciosidades. As demandas que imperavam no período eram por minerais para fins especulativos e não para fomentar propriamente as indústrias, a exemplo dos minerais

energéticos e metalíferos. Ressalta-se que Pádua (2017) não refuta a narrativa de que esse período causou irremediáveis transformações na paisagem, nos territórios e na organização social brasileira e perpetuou o modelo de civilização ocidental, mas introduz a ideia de que tais mudanças seriam insuficientes para desembocarem numa crise de proporções planetárias com tudo o que ela significa.

O que parece ser um dos principais argumentos de Pádua (2017), e que se apresenta como o fio condutor para pensar a construção dos desastres da mineração no Brasil, em função da extração de recursos orientada por questões políticas, é que agora que estamos efetivamente atravessando um período de intensa aceleração, uma circulação transoceânica de mercadorias jamais vista na história comercial do país. E, nesse sentido, a exploração do minério de ferro brasileiro, que teve sua produção incentivada a partir dos anos 1940, representa com primor tal transformação. E aí reside importante argumento autor: de que aquela imagem das “veias abertas” retratadas por Eduardo Galeano (1980), vista do século XXI, se tornaria inadequada para compreender a exploração material e energética do Brasil colonial e pós-colonial, pois essa é a imagem que melhor expressa a espoliação contemporânea, é a imagem da república brasileira na grande aceleração.

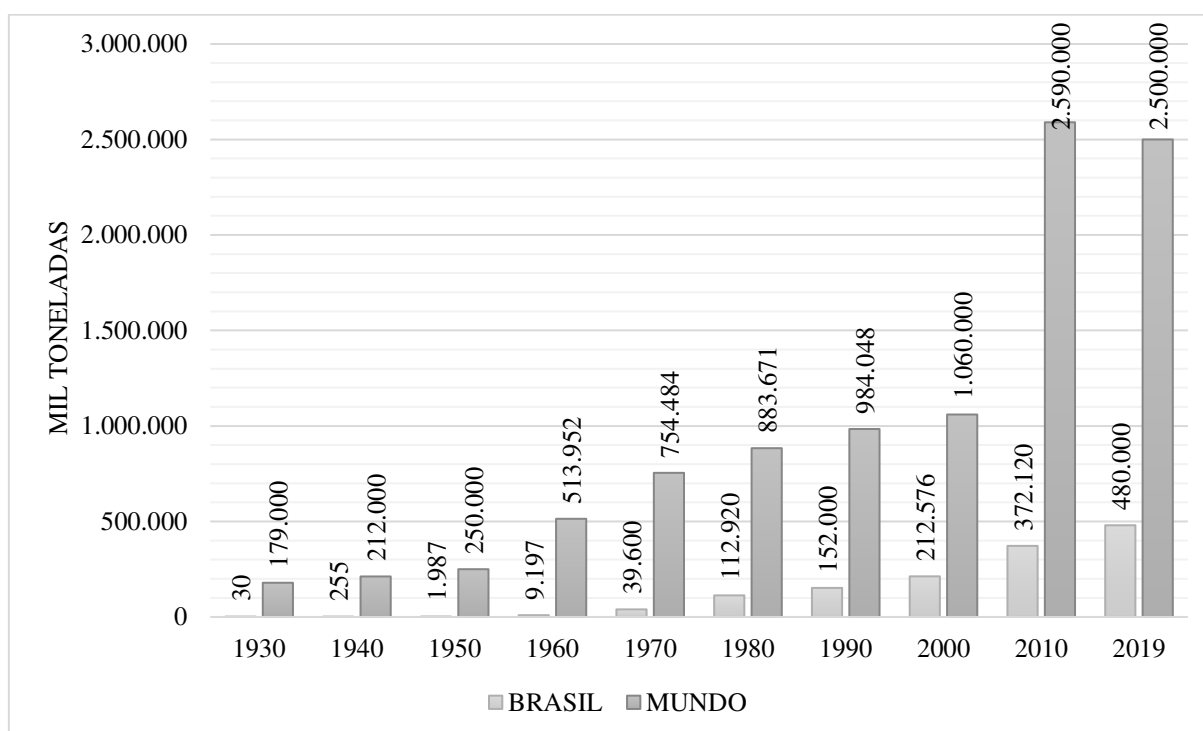
Dessa forma, o argumento de Pádua (2017) nos parece fundamental para investigar a intensiva aceleração do Extrativismo mineral que se iniciou na segunda metade do século XX. Uma forma de apropriação da natureza e de acumulação de capital que se confunde com a própria história socioeconômica do País e ainda goza de elevada legitimidade política e social devido à relativa contribuição na conformação do PIB brasileiro. Mas que, por outro lado, é responsável por impactos socioambientais que representam com primazia os efeitos locais dessa exploração desenfreada para os territórios que abrigam as fontes naturais necessárias para o abastecimento do metabolismo social das economias desenvolvidas e em desenvolvimento, em nome do eterno e inalcançável progresso.

Somente no ano de 2018, o Brasil comercializou aproximadamente 520 milhões de toneladas de minerais, o que representou a movimentação de aproximadamente 102 bilhões de Reais, dos quais o ferro (70%), o cobre (9,8%) e o ouro (8,9%) foram os responsáveis pelas maiores fatias do valor total comercializado (ANUÁRIO..., 2020). Esses valores dão mostras da importância da produção mineral brasileira dentro do comércio mundial, em termos de quantidade produzida, bem como em receita gerada para a balança comercial brasileira. Em função da sua importância comercial, o papel que exerce ao servir de mineral base para o consumismo das sociedades e, principalmente, devido aos recentes desastres ocorridos em

função da sua extração, enfatizaremos alguns elementos que caracterizam a produção do minério de ferro brasileiro.

A dinâmica produtiva observada ao longo das décadas revela um expressivo aumento em termos de quantidade de minério produzida a partir da segunda metade do século XX, que acompanhou a crescente demanda por minério de ferro no mundo, em especial a partir da década de 1960 (Gráfico 2). Um fator político/econômico importante é que, até os anos 1930, o Brasil vivia sob o paradigma ideopolítico do liberalismo (1889-1930), que tinha como base a especialização produtiva para inserção externa, especialmente de produtos agrícolas, e um estado que visava garantir a atuação das empresas sem nenhuma regulação (MILANEZ; SANTOS, 2013). Dessa forma, sob a vigência do desenvolvimentismo (1930-1985), a regulação integral, a generalização da estrutura produtiva e a criação de empresas estatais, por meio das quais o Estado tinha um papel ativo visando ao desenvolvimento nacional, ocorre um expressivo aumento da produção de minério de ferro brasileiro (MILANEZ; SANTOS, 2013; PÁDUA, 2017). Observando a taxa de crescimento no início de cada década, percebe-se que os maiores crescimentos ocorreram entre os anos de 1940 e 1980, mantendo-se a taxas relativamente próximas nas décadas posteriores (Tabela 1).

Gráfico 2 - Produção de minério de ferro no Brasil e no Mundo, 1930 - 2019



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de MINERAL COMMODITY SUMMARIES, 1931; 1941; 1951; 1961; 1971; 1981; 1991; 2001; 2011; 2020.

Tabela 1 - Taxa de crescimento da produção de minério de ferro, 1940 - 2019

	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2019
MUNDO	18%	18%	106%	47%	17%	11%	8%	144%	12%
BRASIL	750%	679%	363%	331%	185%	35%	40%	77%	29%

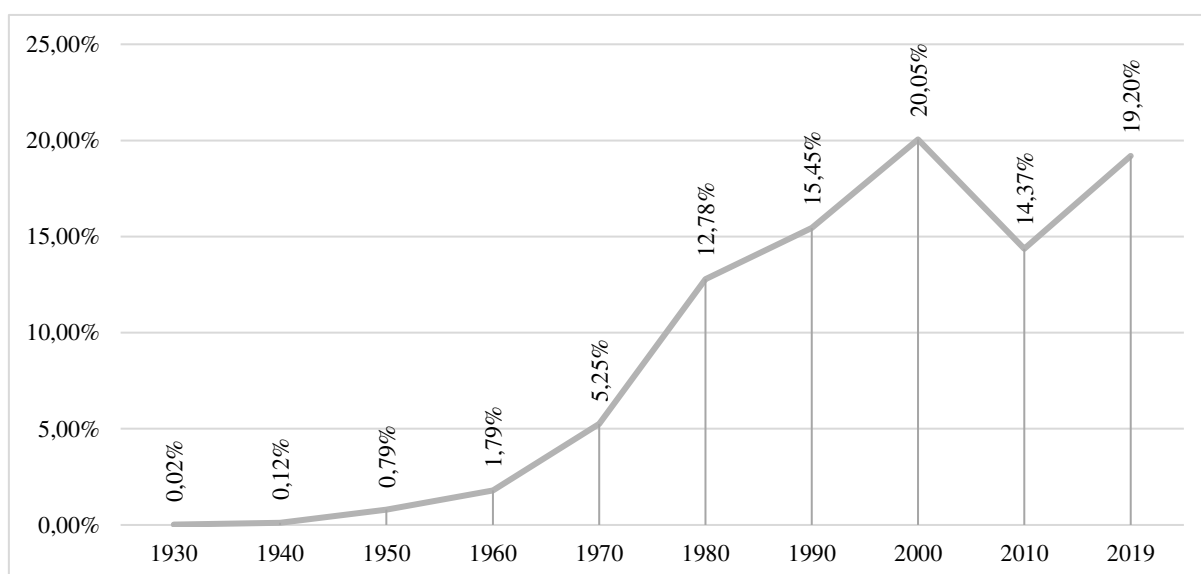
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de MINERAL COMMODITY SUMMARIES, 1931; 1941; 1951; 1961; 1971; 1981; 1991; 2001; 2011; 2020.

Destaca-se alguns marcadores desse período que funcionaram como pontos de inflexão na estruturação da produção mineral, incentivando a aceleração da produção e do beneficiamento do minério, contribuindo para o fornecimento de matéria-prima para a “modernização” brasileira e posterior evolução no ranking dos maiores produtores mundiais de minério de ferro. Como símbolo da expansão desenvolvimentista brasileira, tem-se a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, que foi um importante consumidor interno desse minério e um grande vetor da industrialização brasileira. Outro símbolo desenvolvimentista surge em 1942, com a criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em função da assinatura do “acordo de Washington” pelo governo brasileiro em função da demanda dos EUA e do Reino Unido por minério de ferro para a construção de armamentos e de máquinas de guerra. Em seguida, no ano de 1967, é descoberta a maior mina de ferro a céu aberto, a mina de Carajás, no estado do Pará, que colocou o Brasil na rota das exportações internacionais (MACHADO; FIGUEIRÔA, 2001). Ainda segundo Machado e Figueroa (2001), no ano de 1969, foi instituída a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), objetivando impulsionar a exploração mineral no país, incentivada pelo avanço da produção mineral no Canadá e na Austrália nas décadas anteriores.

Em relação às mudanças no seio da sociedade brasileira, o início da grande aceleração no Brasil, no período desenvolvimentista, é acompanhado por um vertiginoso aumento da população urbana e seu predatório modelo de vida urbano-industrial. Um modelo de civilização que acompanhou os contextos políticos e econômicos internacionais do pós-Segunda Guerra, no qual tornou-se imperativo a ideologia do crescimento ilimitado que impulsionou o sonho desenvolvimentista brasileiro (PÁDUA, 2017). Para Pádua (2017), desde esse momento, o Brasil continuou sendo um grande exportador de matérias-primas para alimentar o metabolismo social dos “centros”, mas também contou – e ainda conta – com um mercado interno atrativo, inclusive para empresas internacionais, devido aos muitos recursos naturais, o consumismo crescente e à mão de obra barata.

A partir dos anos 1990, ocorre a vigência do paradigma ideopolítico do Neoliberalismo (1985-2002) sob o qual passa a ocorrer uma espécie de especialização produtiva como forma de inserção externa competitiva. Período no qual os minérios passaram a ter maior relevância, com o Estado agindo como garantidor da atuação das empresas e da ampla concorrência, a partir de um conjunto de desregulações (MILANEZ; SANTOS, 2013). Um importante símbolo da guinada Neoliberal é a série de privatizações de empresas estatais relevantes no cenário mundial, a exemplo da valiosa Vale do rio Doce. Segundo Milanez e Santos (2013), é nesse período que o país passa a vislumbrar o desfrute das vantagens competitivas internacionais, embora ainda mantendo um certo nível de simplicidade e desconectada estrutura produtiva. Em termos produtivos, observa-se que é nesse período que a elevação da extração de minério de ferro brasileiro passou a ter maior relevância, quando comparada com outros países, chegando a fornecer aproximadamente 20% do minério produzido no mundo (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Contribuição da produção brasileira em relação a produção mundial de minério de ferro, 1930 - 2019

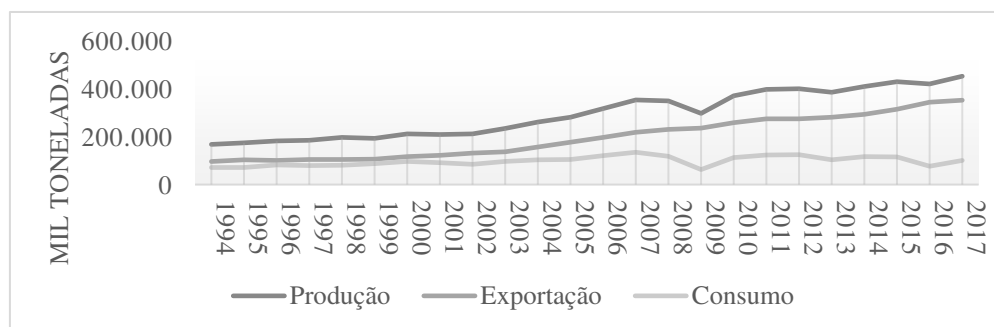


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de MINERAL COMMODITY SUMMARIES, 1931; 1941; 1951; 1961; 1971; 1981; 1991; 2001; 2011; 2020.

Todavia, até o fim da década de 1990, a quantidade de minério exportado não se sobrepunha à quantidade consumida internamente de forma tão acentuada (Gráfico 4). Percebe-se que o grande ponto de inflexão na produção e na exportação de minério de ferro na grande aceleração brasileira se dá a partir dos anos 2000, mais precisamente, a partir de 2003, quando passa a vigorar o governo progressista de Luís Inácio Lula da Silva. Sob a égide do paradigma ideopolítico do Neodesenvolvimentismo, há nesse período a regulação seletiva do Estado, a

especialização da estrutura produtiva e a inserção predominantemente externa em escala global, por meio de empresas estatais e semi-estatais (MILANEZ; SANTOS, 2013). A quantidade de minério de ferro exportado reflete as orientações político-ideológicas seguidas nesse período.

Gráfico 4 - Quantidade de minério de ferro produzido e destinado para o mercado interno e externo, 1996 - 2017



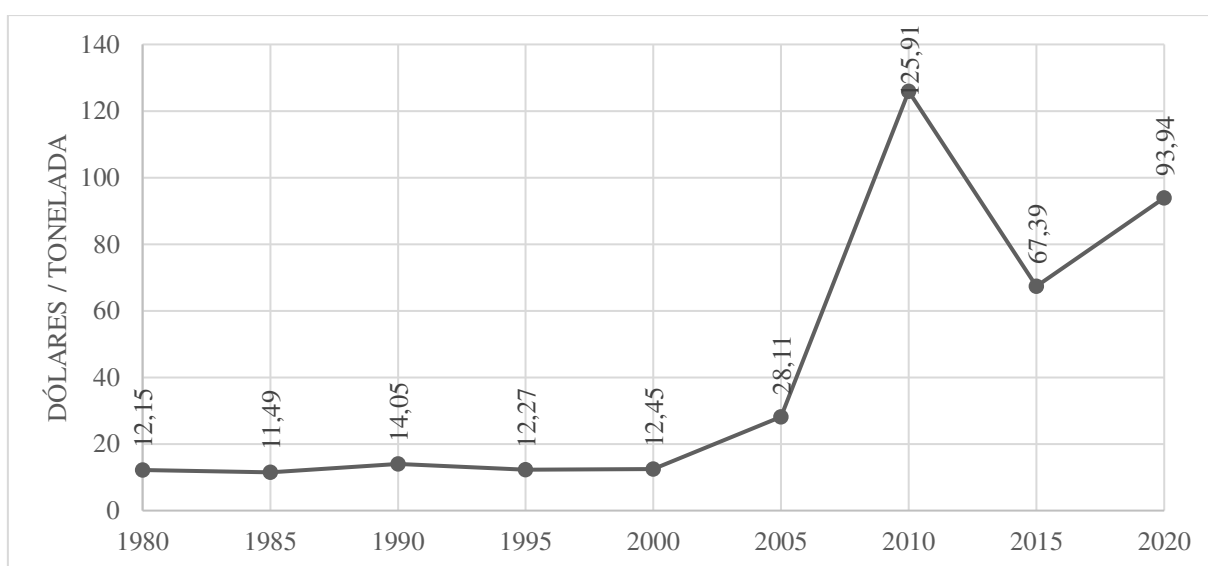
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de BRASIL, 1997; 2001; 2005; 2009; 2012; 2014; 2018.

Ditado pela alta dos preços das *commodities*, a produção de ferro brasileira se torna radicalmente exportadora nas primeiras duas décadas do século XXI. Nesse momento, há uma importante mudança na pauta exportadora brasileira, quando as *commodities* passaram a ser centrais na economia do país, tornando-o um país altamente dependente das exportações de recursos naturais (UNCTAD, 2019), podendo ser, inclusive, caracterizado como um país Neoextrativista (MILANEZ, 2019; MILANEZ; SANTOS, 2013). O Gráfico 4 evidencia o comportamento da exportação durante as crises financeiras de 2009 e 2016, quando houve uma importante redução na produção de minério de ferro brasileira, ocasionada pelas crises econômicas que assolaram o país nos anos anteriores. Nesses anos, houve considerável redução na quantidade de minério consumido internamente sem a redução da exportação. Especialmente nesses dois anos, ocorreram as maiores diferenças entre a exportação e o consumo interno de minério, de 78% e 81% respectivamente. Em situação de crise, exportou-se mais minério para tentar equilibrar as finanças internas, aproveitando a alta dos seus preços.

Portanto, na vigência do Neoextrativismo progressista do Partido dos Trabalhadores (PT), houve o aprofundamento do Extrativismo mineral – bem como outros Extrativismos – nos territórios, em função da elevação dos preços das *commodities*, que ocorria em paralelo à expansão da economia chinesa que ocasionou o chamado *boom das commodities* (SVAMPA, 2019a). Desde os anos 1980 até os anos 2000, o preço do minério de ferro sempre se manteve em torno de US\$ 12 dólares a tonelada, mas é a partir de 2002 que esses valores passam a operar sobre um patamar jamais alçado em toda história da mineração, alcançando seu maior valor no

mês de fevereiro de 2011, US\$ 187,18 a tonelada (Gráfico 5). A partir do ano de 2012 observou-se uma forte queda, atingindo o menor nível no ano de 2015. Ainda assim, os valores praticados na última década não se aproximam dos valores praticados ao longo da última metade do século XX. Com efeito, desde a expansão das suas indústrias siderúrgicas, a China reconfigurou o cenário comercial brasileiro, passando a ser o maior comprador do minério de ferro, assumindo a posição antes ocupada pelos EUA. A participação chinesa em 1996 era de apenas 5%, no ano de 2006 era de 26%, chegando a alcançar 55% em 2016 (ANUÁRIO..., 2020).

Gráfico 5 - Evolução do preço do minério de ferro, 1980 - 2020



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de MARKET INDEX, 2020.

Evidentemente que, diante do atual estágio de acumulação de capital, o aumento das exportações em larga escala favorece majoritariamente as grandes corporações rentistas que compõem o quadro de acionistas das grandes empresas mineradoras. Como ilustração, cita-se o fato de que do total de R\$ 72 bilhões de minério de ferro comercializados em 2019, 84,7% pertencia à mineradora Vale, seguida da CSN mineradora (4,89%), da Mineração Usiminas (1,71), da Anglo American (1,00%) e da Gerdau Açominas (0,93%) (ANUÁRIO..., 2020).

Portanto, como observado por Milanez e Santos (2013); Pádua (2017) e Svampa (2019a), do ponto de vista sociopolítico, o *boom* das *commodities* foi essencial para a sustentação do governo progressista no Brasil. As estratégias deste governo estiveram ancoradas no aprofundamento do Extrativismo, especialmente para fins de aceleração de políticas públicas destinadas à redução da pobreza e à inserção dos mais fragilizados economicamente nos círculos de consumo (PÁDUA, 2017). Portanto, a principal fonte de

legitimação política e social do Neoextrativismo brasileiro pode ser sintetizada no aumento da exportação de *commodities* para uso dos excedentes nos programas sociais, ainda que com elevados custos socioambientais, que por ser de “interesse público”, a sua perpetuação *ad infinitum*, o Estado passou a atuar apenas como um agente compensador (GUDYNAS, 2015; MILANEZ; SANTOS, 2013).

Não por menos, o período de *boom* das *commodities* acentuou profundamente as contestações e os conflitos socioambientais nos territórios onde as grandes corporações agiam livremente, com reduzida ou quase nenhuma intervenção do Estado (SVAMPA, 2019a). A expansão das estruturas de exploração de minério de ferro, perante a frenética corrida para alcance de parâmetros competitivos a nível global, também foi essencial para a ocorrência dos maiores desastres socioambientais da história da mineração no Brasil, os rompimentos da barragem de Fundão, em Mariana, e da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ambas no Estado de Minas Gerais

Portanto, essas análises evidenciam que, em relação ao fluxo de matéria e energia, se analisarmos sob a óptica da quantidade de minério de ferro exportado, corrobora-se inteiramente com o argumento de Pádua (2017) de que o Brasil só passou a contribuir efetivamente para a industrialização dos chamados “centros” a partir da “grande aceleração”. E, para além disso, pode-se perceber que agora é que estamos situados numa época de ampla abertura das veias brasileiras. A realidade mostra que nunca se consumiu tanto minério brasileiro no mundo como nos últimos anos, mais precisamente nessas poucas décadas do século XXI. O Brasil, em nenhum momento da história da mineração, alimentou com tanto minério um metabolismo socioeconômico tão elevado. A veia mineral brasileira nunca esteve tão aberta como no atual cenário do Brasil Neoextrativista.

2.5 O Neoextrativismo nos territórios: os desastres com barragens de rejeitos de mineração no Brasil

Nos anos de 2015 e de 2019, ocorreram, no Estado de Minas Gerais, os rompimentos de duas grandes barragens de rejeitos de minério pertencentes às mineradoras Samarco/Vale/BHP e Vale S/A, nos municípios de Mariana e de Brumadinho, respectivamente. Nesse ínterim, enquanto a população ainda esvaziava-se do luto pelas vítimas humanas e não humanas soterradas pelos rejeitos derramados, populações que vivem nos arredores de outras barragens, também em Minas Gerais, passaram a conviver com os riscos eminentes de

rompimento dessas estruturas, sendo submetidas aos deslocamentos compulsórios, à retirada dos seus territórios de vida e de trabalho e sujeitadas aos desmandos das grandes mineradoras e do Estado (FAMÍLIAS..., 2020; RONAN, 2020). Definitivamente as barragens se fizeram percebidas pela maior parte da população brasileira, para alguns em seus territórios de vida, para outros apenas no imaginário.

Os casos brasileiros evidenciam que houve, na virada do último século, aumento expressivo nos desastres, especialmente a partir de 2001, período no qual se tornaram mais frequentes os eventos de maior gravidade (Quadro 4). Com efeito, Minas Gerais compõe uma região minero-metalúrgica onde os riscos de colapsos de barragens foram construídos especialmente ao longo do século XX e acentuados nas últimas duas décadas, se tornando, assim, uma região construída historicamente e socialmente como altamente vulnerável e susceptível à ocorrência de colapsos de barragens (COELHO et al., 2017).

Quadro 3 - Maiores desastres provocados por barragens de rejeitos de mineração no estado de Minas Gerais

ANO	REPONSÁVEL	MUNICÍPIO	CONSEQUÊNCIAS
1984	Grupo Itaminas	Itabirito	Morte de 7 pessoas
2001	Mineração Rio Verde	Nova Lima	Assoreamento do Córrego Taquaras/ Morte de 5 pessoas
2006	Mineradora Rio Pomba Cataguases	Miraí	Vazamento de 1.200.00 m3 de rejeitos/ contaminação dos córregos/interrupção do abastecimento de água
2007	Mineradora Rio Pomba Cataguases	Miraí	Rompimento de barragem/2.280.000 m3 de rejeito/inundação as cidades de Miraí e Muriaé/desalojamento de mais 4.000 pessoas
2008	Companhia Siderúrgica Nacional	Congonhas	Aumento do rio Maranhão/Desalojamento de 40 famílias
2008	Não identificado	Itabira	Rompimento de barragem/rejeito de mineração de ouro
2014	Herculano Mineração	Itabirito	Rompimento de barragem/morte de 3 pessoas e ferimento de 1
2015	SAMARCO Mineração	Mariana	Rompimento de barragem/ 54 milhões de m3 de rejeitos/morte de 19 pessoas/desalojamento de mais de 600 famílias/contaminação do rio Doce até o mar em regência/efeitos sobre fauna e flora
2019	VALE S/A.	Brumadinho	Rompimento de barragem/12,7 milhões de m3 de rejeitos/ Morte de 259 pessoas e 11 desaparecidos/Contaminação do rio Paraopeba/efeitos sobre fauna e flora

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de SANTOS; WANDERLEY, 2016.

Até o ano de 2019, o rompimento da barragem pertencente à Samarco, no município de Mariana, se apresentava como o maior desastre ambiental da mineração no mundo,

especialmente em termos de volume de rejeitos liberados, quando mais de 54 milhões m³) foram derramados (MARSHALL, 2017). Mais recentemente, no município de Brumadinho, o rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, de propriedade da Vale S/A, não foi o maior em termos de rejeitos liberados, mas foi responsável pelo maior número de mortes de pessoas, 217 morreram soterradas pelo rejeito, a maioria trabalhadores terceirizados da empresa.

Nesse contexto, os relatórios da ANM apontam que existem, atualmente, 842 barragens de rejeitos espalhadas pelo país, das quais 434 são reguladas pela Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB)⁸ (ANUÁRIO..., 2020). Das 434 reguladas pela PNSB, 54 estão classificadas como sendo de alto risco e 61 de risco médio, sendo que 42 de alto risco se encontram no estado de Minas Gerais. Ainda segundo a ANM, 50 barragens no Brasil se encontram em situação de emergência declarada, sendo que 41 estão localizadas em Minas Gerais. Recentemente, a defesa Civil do Estado apontou que 25 barragens estão em estado de alerta, das quais, quatro estavam com risco eminente de rompimento (INÁCIO, 2019).

Assim, no Brasil, os recentes rompimentos de barragens indicam a fragilidade regulatória do Estado, bem como seu comportamento complacente frente ao poder exercido pelas grandes corporações, indicando um complexo imbróglgio político/institucional. Essa imbricação do Extrativismo mineral com o Estado e a governança econômica mundial se reflete diretamente na redução da segurança dos territórios de exploração, que padecem com os efeitos ambientais negativos provocados. Esses custos afetam diversas populações, especialmente aquelas nas quais a natureza, em seu sentido biológico, é condição para a sobrevivência material e cultural.

Se, por um lado, nunca se consumiu tanto minério de ferro brasileiro no mundo, por outro, nunca se elevou de forma tão acentuada os riscos e os graves eventos de desastres de rompimentos de barragens da mineração no território brasileiro, dizimando vidas humanas e não humanas e afetando diversas culturas nos territórios onde os rejeitos são lançados. A grande aceleração no Brasil carrega os rompimentos de barragens como as marcas da espoliação contemporânea, que se apresentam como sinais da exaustiva intrusão humana no ambiente, as marcas da exploração da natureza como motor de um sistema predatório de acumulação capitalista.

⁸ A PNSB foi estabelecida pela Lei nº 12.334/2010 com o objetivo de garantir padrões de segurança de barragens, a fim de reduzir os acidentes e suas consequências, bem como regulamentar as práticas e padrões de segurança.

2.6 Os efeitos socioambientais do desastre na bacia do rio Doce

No caso da barragem de Fundão, no município de Mariana, a quantidade de rejeitos derramados sobre a bacia do rio Doce foi a maior, até o momento, em toda história da mineração mundial (MARSHALL, 2017). O rejeito oriundo da barragem atingiu os distritos mais próximos e percorreu 663 km, inicialmente pelos rios Gualaxo do Norte e Carmo, até atingir o rio Doce que, por sua vez, conduziu o rejeito até a sua foz, no município de Linhares/ES.

A precisão dos danos ocasionados sobre os ecossistemas e populações, bem como os seus desdobramentos espaço-temporais, ainda são objetos de litígio e de mensuração nos campos acadêmico e jurídico. Todavia, alguns estudos têm buscado compreender tais danos de forma mais abrangente a fim de disponibilizar ao público informações mais detalhadas, que têm sido utilizadas na composição das diversas peças judiciais. Alguns resultados recentes favorecem o melhor entendimento da escala, da dimensão e da complexidade dos impactos ambientais e dos danos socioculturais, possibilitando observar como um desastre dessa magnitude reduz as possibilidades de reprodução das vidas humanas e não humanas ao longo da bacia do rio Doce. No Quadro 5 são apresentados alguns dos principais danos ocasionados à vegetação, à água, à fauna terrestre e aos peixes, registrados até 2020 (INSTITUTOS LACTEC, 2020).

Quadro 4 - Principais danos causados aos ecossistemas acometidos pelo rejeito da barragem de Fundão

	VEGETAÇÃO	ÁGUA	PEIXES (ICTIOFAUNA)	FAUNA TERRESTRE
PRINCIPAIS DANOS CAUSADOS	Supressão da vegetação nativa ciliar	Redução das concentrações de oxigênio dissolvido	Mortandade de peixes	Alterações nas populações faunísticas
	Supressão da vegetação nativa devido à implantação de infraestrutura	Aumento das concentrações de sólidos	Alterações na composição e estrutura das comunidades de peixes	Alterações nas assembleias faunísticas
	Perda da biodiversidade da flora	Aumento das concentrações de elementos potencialmente tóxicos	Simplificação da estrutura trófica	Piora nas condições físicas da fauna
	Perda de recursos florestais madeireiros	-	Aumento da riqueza e abundância de peixes introduzidos (exóticos)	Perda de conectividade na paisagem
	Perda de recursos florestais não madeireiros	-	Redução da diversidade genética	Perda de qualidade dos habitat

Redução na capacidade de resiliência da floresta	-	Alteração da dinâmica populacional	Comprometimento à saúde da fauna silvestre
Aumento do efeito de borda	-	Alterações nas condições corporais e/ou na saúde	Aumento na bioacumulação
Introdução e aumento de espécies exóticas	-	Aumento na bioacumulação	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de INSTITUTOS LACTEC, 2020.

Para a “vegetação nativa”, foram identificados oito danos diferentes que variam da perda da biodiversidade à supressão da vegetação. Uma constatação importante é que, até a data de publicação (janeiro de 2020), foi mensurada a perda de 646,95 hectares de mata ciliar e 231,47 de vegetação nativa, com perdas heterogêneas ao longo da bacia, distribuídas no epicentro e nos trechos à jusante.

Conforme mencionado alhures, o rompimento da barragem ocasionou o derramamento de rejeitos sobre os corpos hídricos da bacia do rio Doce, em especial nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce. Para as águas desses rios, são apontados três principais danos, indicando mudanças substanciais na qualidade da água e a sua inadequação ao consumo humano. Para a população de peixes que habitam/habitavam esses rios, foram mensurados oito danos, que variam desde a morte desses animais até a bioacumulação de elementos químicos tóxicos em seus organismos. O relatório também aponta que, após a confrontação dos dados com a situação anterior ao desastre, observou-se a redução de, aproximadamente, 50% das espécies que habitavam esses rios. O levantamento mostra que, estudos feitos na realidade anterior ao rompimento indicavam a presença de aproximadamente 137 espécies de peixes, reduzida para 67 espécies após o desastre. Por fim, sete danos foram indicados para a fauna terrestre, os quais variam desde a perda do habitat natural dos animais à bioacumulação de elementos químicos em seu organismo.

Além dos danos aos ecossistemas, o relatório indica 16 danos diferentes à diversidade cultural dos territórios por onde o rejeito passou, em função dos danos ocasionados ao ambiente natural, que os autores englobam na categoria de “patrimônio cultural”⁹ (Quadro 6). Quatro

⁹ A perspectiva adotada para mensuração dos danos é baseada nos Serviços Ecossistêmicos Culturais (SEC), adotada no *The Economics of Ecosystems and Biodiversity (TEEB, 2010)*. Nas palavras dos autores, “pode ser descrito como as contribuições diretas e indiretas dos ecossistemas para a cultura e as relações sociais de um determinado grupo social, podendo também ser resumido como os benefícios não materiais que as pessoas obtêm dos ecossistemas, conforme *Millennium Ecosystem Assessment (2005)*” (INSTITUTOS LACTEC, 2020, p.44).

danos foram identificados para os bens arqueológicos, cinco para os bens culturais materiais e sete para os bens culturais imateriais. Esses danos variam desde a degradação dos vestígios arqueológicos, passando pelas rotas e caminhos históricos, e a modificação das práticas culturais causada pela perda desses patrimônios. O relatório aponta que houve a afetação de mais de 200 bens dentro da categoria “patrimônio cultural”.

Quadro 5 - Principais danos ocasionados ao patrimônio cultural presente na bacia do rio Doce

	PATRIMÔNIO CULTURAL		
	BENS ARQUEOLÓGICOS	BENS CULTURAIS MATERIAIS	BENS CULTURAIS IMATERIAIS
PRINCIPAIS DANOS CAUSADOS	Modificação da paisagem de implantação	Desencadeamento de processos físico-químicos que acelerem a degradação	Alteração de práticas culturais
	Aceleração da degradação de vestígios arqueológicos	Modificação da paisagem ou contexto de implantação	Alteração da rede de relações comunitárias
	-	Alteração de partes ou setores de rotas e caminhos históricos e/ou tradicionais	Sofrimento social
	-	Interrupção ou cessão do acesso e/ou uso	Alteração de espaços relacionados a práticas culturais
	-	-	Alteração de espaços de referência de memória
	-	-	Alteração no acesso a matérias primas e implementos associados necessários à produção dos bens culturais
-	-	Alteração na circulação de práticas e bens culturais	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de INSTITUTOS LACTET, 2020.

Os impactos ambientais, se tomados isoladamente, já revelam a dimensão e a gravidade das transformações ecossistêmicas provocadas pelo derramamento de rejeito sobre os recursos naturais. Por outro lado, o que o relatório aponta como “danos aos bens culturais imateriais” na bacia complexifica a amplitude do desastre, ao inserir a importância do ambiente natural para a preservação do patrimônio cultural que estão/estavam localizadas no caminho dos rejeitos — sem tomar em conta outros tipos de danos, como os econômicos e os danos à saúde¹⁰. Esses

¹⁰ Embora não seja objeto de análise desta pesquisa, é salutar registrar a aumento significativo dos danos à saúde da população residente na bacia do rio Doce. Segundo relatório da Fundação Getúlio Vargas (FGV), outro *Expert* do MPF, os danos à saúde da população tiveram um aumento expressivo após o rompimento da barragem de Fundão. Os resultados apontam o aumento de abortos e casos de câncer, a proliferação de doenças infecciosas transmitidas por vetores (arbovírus), especialmente a febre amarela, vírus Chikungunya e febre maculosa, e uma

dados apontam para o desdobramento espacial e temporal do desastre, na medida que a população estabelece diferentes formas de relacionamento com os recursos e bens naturais que foram contaminados ou devastados pelos rejeitos, como as matas, os rios e os peixes.

Se tratando das municipalidades e pessoas atingidas, é importante destacar que, desde 2015, os rejeitos e seus impactos socioambientais têm sido encontrados em outros territórios que se estendem para além do município de Regência, tanto ao Norte quanto ao Sul do litoral. Diante dessa dinamicidade, mas sem prejuízo para compreensão da magnitude dos impactos e apenas para fins de apreensão do quadro geral, a Tabela 1 evidencia a situação dos 40 municípios listados no capítulo primeiro do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), celebrado em março de 2016 entre a União, os estados de MG e ES e as empresas responsáveis pelo desastre. Portanto, revela o panorama dos 40 municípios considerados atingidos pela onda de rejeitos¹¹.

série de outros agravos que não são possíveis de serem aqui referenciados, mas que são de extrema preocupação. Além disso, apontam para o aumento de incidência dos transtornos mentais, violência doméstica e acidentes por animais peçonhentos (FGV, 2019).

¹¹ Os dados foram extraídos do Portal da Transparência da Fundação Renova e representam os números oficiais dessa fase do processo, ainda que não representem com precisão a situação dos atingidos na bacia (FUNDAÇÃO RENOVA, 2020).

Tabela 2 - Municípios e número de pessoas consideradas afetadas pelo desastre da Samarco na bacia do rio Doce

Municípios ¹ MG	Habitantes	Pessoas cadastradas	% em relação ao número total de pessoas cadastradas	% em relação ao número de habitantes
Mariana	61288	Sem registro	-	-
Barra Longa	5015	1742	1,77	34,74
Rio Doce	2620	1796	1,83	68,55
Santa Cruz do Escalvado	4725	2021	2,06	42,77
Rio Casca	13473	297	0,30	2,20
Sem-Peixe	2606	146	0,15	5,60
São Pedro dos Ferros	7706	15	0,02	0,19
São Domingos do Prata	17327	75	0,08	0,43
São José do Goiabal	5387	2270	2,31	42,14
Raul Soares	23711	Sem registro	-	-
Dionísio	7609	136	0,14	1,79
Córrego Novo	2728	23	0,02	0,84
Pingo -D'Água	4986	268	0,27	5,38
Marliéria	4034	3	0,00	0,07
Bom Jesus do Galho	14862	2725	2,78	18,34
Timóteo	90568	64	0,07	0,07
Caratinga	92603	472	0,48	0,51
Ipatinga	265409	858	0,87	0,32
Santana do Paraíso	35369	1192	1,21	3,37
Ipaba	18769	1136	1,16	6,05
Belo Oriente	26994	4489	4,57	16,63
Bugre	3983	253	0,26	6,35
lapu	11045	10	0,01	0,09
Naque	7051	2397	2,44	34,00
Periquito	6773	3068	3,13	45,30
Sobralia	5514	110	0,11	1,99
Fernandes Tourinho	3466	282	0,29	8,14
Alpercata	7436	99	0,10	1,33
Governador Valadares	281046	4208	4,29	1,50
Tumiritinga	6765	3503	3,57	51,78
Galileia	6790	884	0,90	13,02
Conselheiro Pena	22949	1487	1,51	6,48
Resplendor	17396	1699	1,73	9,77
Itueta	6063	1490	1,52	24,58
Aimorés	25141	9003	9,17	35,81
Municípios ES¹				
Baixo Guandú	31132	9708	9,89	31,18
Colatina	123400	3649	3,72	2,96
Aracruz	103101	9934	10,12	9,64
Marilândia	12963	234	0,24	1,81
Linhares	176688	14236	14,50	8,06
Número de propriedades cadastradas ³	34734			
Número de pessoas cadastradas ³	98160			
Número de famílias cadastradas ³	30369			

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de RENOVA, 2020; IBGE, 2020a.

¹ Os 40 municípios listados são os presentes no capítulo primeiro, cláusula 01 do TTAC.

Os números da Tabela 1 revelam algumas características dos municípios atingidos, tornando cristalino o cenário de devastação socioambiental. Pelo exposto, percebe-se que, dos 40 municípios atingidos, 80% (32) são municípios que possuem até 50 mil habitantes, sendo que, 47% (19) possuem menos de 10 mil habitantes. A lama de rejeitos afetou majoritariamente os pequenos municípios que tinham, no rio e em seus ecossistemas associados, fontes de recursos naturais necessários para o desenvolvimento da vida e do trabalho da população. Essa afirmativa é ratificada quando se confronta a quantidade de pessoas reconhecidas como “impactadas” com a população total de cada município, revelando que, entre os 10 municípios com maior número de pessoas afetadas, 9 deles possuem menos de 10 mil habitantes (em detalhe na Tabela 1). Nos municípios de Rio Doce e de Tumiritinga, mais da metade da população é reconhecida como “impactada”, 68,5% e 51,7%, respectivamente.

Segundo a FGV, 32.586 propriedades foram inseridas no cadastro elaborado pela Fundação Renova¹² e, portanto, consideradas “impactadas” pelo rompimento da barragem, sendo que 69% se encontram no Estado de Minas Gerais e 31% no Estado do Espírito Santo (FGV, 2019). Além disso, há mais de 90 mil pessoas cadastradas como “impactadas”. As afetações abrangem desde a perda das áreas produtivas e território de trabalho, a perda do ofício, a inviabilização de manejo dos recursos naturais e arranjos produtivos locais, perda do uso de imóvel, entre outros. Conforme evidenciado pela FGV (2019), mais de cinco mil pessoas mudaram de ofício após o rompimento da barragem.

Portanto, longe de significarem a existência de um levantamento robusto sobre as pessoas elegíveis (QUASE..., 2019), esses números apontam para o cenário socioambiental catastrófico, o arrasamento dos recursos naturais básicos necessários ao desenvolvimento das estratégias de sobrevivência dos habitantes dessas municipalidades e uma quantidade enorme de pessoas que tiveram seus territórios de vida e de trabalho arrasados pela onda de rejeitos. Um cenário de devastação que possibilita compreender como os desastres minerários, construídos em função dos modelos de desenvolvimento adotados, atingem de forma desigual a população nos territórios devastados, com maior profundidade os sujeitos e as coletividades que apresentam maior vulnerabilidade socioeconômica. A seguir, serão aprofundadas as dimensões dessas formas de afetações para uma população específica, os lavradores e pescadores que fazem o uso das ilhas do rio Doce, os “ilheiros” que fazem parte desse conjunto de sujeitos e de coletividades que sofrem com os efeitos do desastre.

¹² Fundação criada para reparação dos danos, por meio do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), celebrado no ano de 2016, entre as empresas responsáveis e a União, juntamente com os governos de Minas Gerais e Espírito Santo.

3. SOBREVIVER À CATÁSTROFE: território e territorialidade ilheira antes e depois do desastre

Nas seções anteriores, foram apontadas as nuances da construção do desastre na bacia do rio Doce. Revelaram-se também algumas dimensões dos impactos socioambientais desencadeados após a descida da lama seguindo o curso do rio. No trajeto, várias cidades, povoados e comunidades foram atingidas passando a conviver com o cenário de catástrofe instituído a partir da destruição dos recursos naturais que sustentavam os diversos modos de vida. Dentre as diversas bases materiais impactadas pela lama de rejeitos, se encontram as ilhas, blocos de terras firmes que emergem no curso do rio a partir do carregamento e depósito de sedimentos de terra. Brandão (2012) as define como ilhas de “duas margens”, que existem entre dois lados de um rio, banhadas dos dois lados, geralmente alongadas, com as pontas direcionadas rio acima e rio abaixo.

Para além de base material, esses blocos também são espaços de trabalho, terras “ocupadas, vividas, pensadas, trabalhadas por comunidades de pescadores, de lavradores, de pescadores-lavradores e de lavradores-pescadores” (BRANDÃO, 2012, p. 14). Ilhas de rio, trabalhadas por trabalhadores que vivem delas, que se deslocam de terras firmes para ali cultivarem suas “roças”, usufruir do lazer, dentre outros usos:

São territórios de vida e de trabalho. São, portanto, territórios ainda possuídos também de histórias e memórias. Terras e Águas que guardam o passado ou o ainda presente vivido entre o lidar com a natureza e enfrentar os poderes da sociedade através de diferentes formas de luta e resistência (BRANDÃO, 2012, p. 14).

Dentre os diversos sujeitos e grupos atingidos, se encontram os “ilheiros”, sujeitos que se apropriam desses blocos de terra convertendo-os em seu território. Essas dimensões provocam a reflexão sobre o processo de construção desse território, as formas de ligação, de pertencimento, de apropriação e de uso desse território, ou seja, sobre a territorialidade Ilheira.

A discussão sobre território, territorialidade e seu correlatos é densa e transversal a diversas áreas do conhecimento. Entretanto, não é um conceito evidente nem autoexplicativo e, por isso exige um esclarecimento em relação ao sentido e à adoção do seu uso, devido à existência de diferentes enfoques (GODOI, 2014a). A territorialidade é compreendida como o “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território””

(LITTLE, 2002, p. 3). Como resultado das configurações socioculturais, o território é dependente de uma organização social pela qual se estabelecem normas e vínculos para uso e apropriação de determinada porção do espaço. A territorialidade é dependente de uma base física, o território, onde se constrói signos e significados, desenvolvem-se as práticas sociais e, a partir do qual, se constroem as formas de reprodução socioeconômica dos determinados grupos sociais (GODOI, 2014a).

Conceber os processos de construção de territórios na perspectiva das territorialidades é essencial para sublinhar a polissemia envolvida no termo “territorialidade”, assim como reconhecer a pluralidade e a constância da conformação desses processos, os quais são circunscritos a períodos históricos específicos (GODOI, 2014a). Essa concepção desloca o significado da territorialidade para o reconhecimento de um espaço onde se expressam relações entre indivíduos e desses com a natureza, rituais são reproduzidos, crenças e mitos construídos, e se estabelecem vínculos e conflitos sociais. Enseja a transformação do “espaço” em “lugar”, onde os elementos são dotados de significados, convertendo o espaço aberto, em sua amplitude, em lugar de pertencimento, de segurança e de experiência (TUAN, 1983).

Quando as territorialidades são compreendidas como processos de construção de territórios, há apreensão histórica e contextualização do momento em questão conjuntamente com os espaços físicos onde ocorrem e os atores que se enovelam no enredo sociopolítico e ambiental (GODOI, 2014b). As territorialidades como processos significam recobrir, pelo menos, dois conteúdos diferentes: a ligação a lugares precisos e os princípios de organização, ou seja, os investimentos materiais e simbólicos representados no conjunto de representações, bem como a distribuição dos espaços de moradia, de trabalho, de relações sociais, dentre outros (GODOI, 2014b). Cada território pode ser percebido como uma parcela do espaço físico onde a vida dos indivíduos se processa, e não apenas uma representação cognitiva ou simbólica, uma vez que os lugares não são isolados nos planos cognitivo e material, mas são conformados num processo dinâmico e relacional, em tempos históricos definidos, contribuindo para que cada lugar seja singular, fruto das dinâmicas e das relações estabelecidas.

Diante disso, serão discutidos inicialmente os aspectos que envolvem o acesso à terra, a rotina e o trabalho que forjam a singularidade dos sujeitos que habitam esse território insular, transformando-o em lugar de trabalho e repouso, com todos os seus símbolos e significados. Também serão evidenciadas algumas nuances dos processos históricos e sociais que enovelam esse processo de ocupação, recorrentemente lembrados pelos sujeitos. Esse resgate se faz necessário porque as narrativas dos interlocutores mostram como o aumento da atividade ilheira

no rio Doce também é influenciada pelos processos de devastação ambiental, num íntimo entrelaçamento dos problemas ambientais com as desigualdades sociais. Após essa análise, serão abordadas as dimensões das afetações provocadas e as reconfigurações das práticas e dos processos sociais de construção do território a fim de se compreender com maior profundidade como esses sujeitos, que vivem em situação de vulnerabilidade, passaram a viver no cenário de destruição. Serão desveladas as diversas formas de afetações provocadas para esse grupo, evidenciando os efeitos do desastre do neoextrativismo minerário em seu contexto micro, a partir das percepções das vítimas desses eventos trágicos.

3.1 Sobre as dinâmicas socioambientais em torno do surgimento e ocupação das ilhas

[...] Durante toda essa viagem, nenhuma habitação se apresentou aos meus olhos. As pequenas ilhas que, como as margens do rio, são cobertas de mattas (sic) que se elevam aqui e ali, do meio das águas, oferecem alguma variedade na paisagem...” (SAINT-HILAIRE, 1936, p. 188).

O relato do botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (1936), na ocasião da navegação pelas águas do rio Doce, nos primórdios do século XIX, evidencia a presença de pequenas ilhas no curso do rio, cobertas pela vegetação nativa, que moldaram a paisagem ao longo dos anos. É certo que a formação das primeiras ilhas deve remontar a tempos de difícil mensuração, visto que é um logo processo geomorfológico dependente das dinâmicas fluviais que envolve o arraste e represamento de sedimentos no trajeto do curso d’água. Todavia, destaca-se que, nos relatos de Saint-Hilaire (1936), não constam indícios de quaisquer uso e apropriação de blocos de terras firmes, o convertimento do espaço em território, em lugar, coberto de representações simbólicas, signos e significados, de práticas sociais por indivíduos ou grupos.

É provável que algumas extensas faixas de terras que se formaram ao longo do rio tenham sido apropriadas pelo povo Krenak, originário do vale do rio Doce, na altura do município de Resplendor, seja para os seus rituais sagrados ou para o desenvolvimento de práticas produtivas. Conforme observado por Caldeira e Amaral (2020), o próprio processo de retomada do território original, que ocorreu na década de 1950, desdobrou-se nas ilhas do “Watu” (como é denominado o rio Doce na língua Krenak), devido às suas terras originais estarem, até então, sob o domínio dos fazendeiros.

Para os não indígenas, o convertimento desses ecossistemas em território, na porção do médio rio Doce, também é um processo relativamente recente e remonta às décadas de 1950-1960, conforme relatos dos interlocutores. Especialmente pelo fato de o processo de formação desse território ter se dado de forma mais intensa nesse período. Em décadas anteriores, não existiam tantos bancos de terra firme que possibilitassem a ocupação de forma massiva. Com o passar dos anos, mais ilhas surgiram, bem como as existentes aumentaram em extensão, criando condições materiais para que novos indivíduos pudessem apropriá-los e nelas exercerem o trabalho. Como afirma Ricardo, ao lembrar da infância na ilha antiga do seu pai, “era pouca gente que mexia com ilha porque não tinha ilha formada, então foi formando e o pessoal foi tomando conta pra plantar”. Naquele período, a demanda por terra era latente e a possibilidade de ocupação das ilhas estava presente no imaginário das pessoas, porém as condições materiais se mostravam limitantes.

Um dos ilheiros “mais antigos” é o Isaias, filho de lavadeira, nascido na Barra do Cuieté, distrito de Conselheiro Pena, localizado a oito quilômetros de Galiléia. Isaias lembra que comprou a ilha do seu cunhado, em 1960. Mas, antes de tomar posse da ilha, trabalhou por alguns longos anos nas fazendas da região. E o último trabalho realizado foi em uma fazenda na margem do rio, de onde era possível avistar a ilha pretendida. Ele lembra ter trabalhado por seis anos e trinta e cinco dias nessa fazenda e que a sua saída se deu para a ocupação desse outro território, depois que o seu cunhado resolveu desfazer-se da ilha para ganhar a vida em outras terras.

Esses relatos indicam uma forte ligação entre a ocupação das ilhas e a própria ocupação do vale do rio Doce, visto que o processo de ocupação do baixo e médio vale do rio Doce também é recente. Processo que ocorreu massivamente após a chegada da estrada de ferro Vitória-Minas, especialmente a partir da década de 1910, em função da corrente povoadora que se deu do litoral capixaba para o interior mineiro.

[...] A falta de estradas de rodagem, ao longo da grande artéria fluvial, e as condições desfavoráveis do rio à navegação, deram à Vitória-Minas o papel de pioneira e, depois, de fator principal para a colonização dessa região” (STRAUCH, 1955, p. 40).

Em Galileia, os primeiros habitantes registrados datam de 1925, quando houve a posse das terras na barra do córrego São Tomé, que logo se tornou o nome do primeiro povoado, até então pertencente ao distrito de Igreja Nova, no município de Itambacuri (IBGE, 2020b). Em 1938, o povoado de São Tomé se tornou distrito do recém criado município de Conselheiro Pena. Somente ao emancipar-se, em 1948, a cidade passa a se chamar Galileia, tendo

anteriormente recebido o topônimo de Moscovita, em alusão a uma variedade de mica presente na região.

É mister destacar que a formação das ilhas acompanhou o ritmo e a escala das ações antrópicas sobre o ambiente, onde o desmatamento e o uso predatório das terras contribuíram consideravelmente para o assoreamento do rio e, conseqüentemente, para o acúmulo de sedimentos em seu leito ao longo do tempo. Assim, a apropriação das ilhas por novos indivíduos, em certa medida, esteve e ainda está relacionada ao aumento da degradação ocasionado por processos socioambientais e políticos de maior escala. Os relatos indicam que o aumento das ilhas esteve relacionado com dois grandes projetos de “desenvolvimento” postos em prática no Vale do rio Doce em décadas anteriores e que, em momentos distintos, impulsionaram a ocupação desse território: a outrora mencionada chegada da estrada de ferro Vitória-Minas e a recente instalação da Usina Hidrelétrica de Baguari, no município de Governador Valadares. Além disso, o uso predatório das terras para a atividade pecuária contribui de forma importante para o surgimento de novas ilhas (Fotografia2).

Fotografia 2 - Degradação das montanhas e assoreamento do rio, que aceleram a formação de novas ilhas



Fonte: Do autor, 2020.

No primeiro momento, as matas na proximidade do rio, antes densas e fechadas, foram devastadas para alimentar com lenha e carvão a estrada de ferro e as siderúrgicas, sendo a economia extrativista o principal meio de “desenvolvimento” daquele período, e que foi

paulatinamente sucedida pela ocupação e formação de grandes latifúndios para a criação de gado (STRAUCH, 1955). Esse momento se torna marcante por modificar a paisagem do entorno e por sua influência no assoreamento do rio, que passou a receber mais sedimentos carregados pelos processos erosivos. Por outro lado, a Usina de Baguari é uma obra mais recente, inaugurada em outubro de 2009, sendo o primeiro empreendimento de energia elétrica construído por meio de parceria público privada, via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no Governo de Luís Inácio Lula da Silva (USINA, [2020]). Essa obra, segundo os relatos, reduziu acentuadamente a vazão do rio, fazendo com que mais blocos de terra emergissem à superfície. Os efeitos ambientais desses grandes projetos teriam, então, “criado as condições” materiais para que sujeitos sem acesso ou com acesso precário à terra pudessem vislumbrar a possibilidade de reprodução do trabalho nesses blocos de terra firme que emergiram no curso do rio.

Essa relação entre os projetos de desenvolvimento e o surgimento ou expansão das ilhas não é algo peculiar do rio Doce. Na região norte-mineira, no município de Pirapora, ao refletir sobre o surgimento da Ilha das Pimentas, Souza (2012) mostra como os ilheiros indicam que o seu surgimento é consequência do estabelecimento de projetos hidrelétricos na região, especificamente a construção da barragem de Três Marias. Após esse projeto, a ilha aumentou em extensão e tornou-se efetivamente habitada por diversos sujeitos.

No rio Doce, com o passar dos anos, a ocupação das ilhas se tornou um processo dinâmico, contínuo e muito influenciado por esses processos territoriais mais amplos, especialmente pelas formas de uso e de ocupação das terras circunvizinhas, das grandes fazendas, que aceleram o processo de degradação das terras e “favorecem” tanto o surgimento de novas ilhas quanto o aumento daquelas existentes, como evidenciado na fala de Ricardo:

[...] Porque a tendência das ilhas, com o assoreamento que tem, que o rio esvazia muito, é crescer, vão crescendo, crescendo, crescendo... [...] porque minha ilha, na época tinha 150 m, hoje, se não medi errado, medi por dentro d'água, ela deu 300m, e foi embora. Eu fui metendo cerca naquele trem, por fim não dava mais, cansei (Ricardo).

As ilhas apresentam temporalidades e dimensões métricas variadas que também oscilam em cada novo período de cheia do rio. A formação das ilhas não é algo acabado e estático, é um processo vivo dependente dos movimentos do rio. Por isso, para os ilheiros, ocupá-las significa fazer parte desse processo dinâmico, ter sua base física em constante movimento e regido por forças maiores, inclusive, significa a submissão ao risco de perder essa base material em um momento de grande cheia e correnteza do rio. Em um tom descontraído, Antônio afirma

que ocupar essas ilhas “é correr o risco de o rio passar e dar uma lambida na sua ilha. Eu mesmo já perdi uma boa parte de uma outra ilha que eu tenho [...]”.

Além disso, novas ilhas continuam surgindo, novos sujeitos continuam alimentando essa dinâmica e tudo que ela representa em termos de relações sociais, ocupando-as e nelas exercendo o trabalho através do manejo da terra. Alimentam e materializam um processo socioambiental complexo, que tem como centralidade a precariedade material e a expropriação desses sujeitos que, ao longo dos anos, se arriscam na ocupação dessas terras. Essa apreensão reforça o argumento de Brandão (2012) segundo o qual, de forma velada ou implícita, em quase a totalidade dessas ocupações das ilhas estão silenciadas ou presentes a expressão de alguma forma de expropriação, de luta e de resistência, especialmente contra as opressões exercidas pelo poder do Estado ou pela própria ganância do agronegócio.

3.2 A ilha como representação da liberdade: dinâmicas sociais em torno da apropriação e do uso da terra

Antes de abordar dimensões da subjetividade dos sujeitos; do lugar; e dos diferentes usos do território, deve-se salientar que entre a população estudada não existe uma única ou mesmo poucas ilhas de grandes dimensões ocupadas por vários indivíduos. A realidade evidencia pequenas ilhas, descontínuas, com variadas formas de uso. Mas, isso não quer dizer que não existam, ao longo do trajeto do rio, outras ilhas com maiores dimensões e que sejam ocupadas por vários indivíduos. É possível encontrar ilhas de maior extensão que são divididas em lotes e abrigam diversos sujeitos, a exemplo da “ilha Pirapama”, referenciada como uma das maiores ilhas da região, a mais próxima da realidade dos interlocutores desta pesquisa. Essa constatação é relevante por que os desdobramentos em termos de organização, relações sociais, uso e ocupação serão diferentes em função desta singularidade de ocupação territorial.

É mister destacar que, para alguns lavradores e pescadores da porção do médio curso do rio Doce, o acesso ao pedaço de terra, às ilhas, se dá após muitos anos de privações, por vezes, deslocamentos, movimentos entre cidades, mobilidade estratégica em busca de melhores condições de vida, movimento que, por vezes, é continuado mesmo após a conquista da terra. O acesso se apresenta como uma chance de retorno ao lugar, de viver em espaços onde as pessoas experimentam o sentimento de pertencimento. Um espaço de recomeço, de possibilidade, como afirmado por Antônio, “eu gosto de estar é aqui! rodo, rodo e paro aqui”. Nesse sentido, a conquista da terra apresenta um certo sentido de continuidade da vida no

território, onde o trabalho é tido como a principal motivação para que esses sujeitos se aventurem transitando entre as águas.

[...] Pesquei muito tempo. E sempre, como você sabe, que a gente num lugar desse aqui, eu não sou formado, não tenho grau de estudo, pra ter um outro serviço, pra ter um salário melhor, andei trabalhando fichado. Final de semana de ilha, ai meus irmãos, somos três irmãos, a gente mexia tudo naquele trem lá. Ai depois daqui não quis mais trabalhar fichado... (RICARDO)

A narrativa de Ricardo traz consigo uma reflexão sobre a importância das ilhas na trajetória de vida dessas pessoas e sua íntima ligação com o trabalho. Depois de uma parte da vida dividindo uma ilha com os irmãos, herdada dos pais, somada a posterior andança pelas cidades em busca de um bom emprego e melhores condições de vida, a posse da ilha significou para ele e sua família a possibilidade do fim dessas circulações. A aquisição de um pedaço de chão, aliada ao trânsito livre no rio, possibilitava a reprodução material. E essa é uma história que se repete entre as famílias posseiras. Apesar de todas as relações familiares e dos laços afetivos criados, é o trabalho dividido entre a terra e o rio que possibilita a reprodução material na vida dessas pessoas.

Os postulantes a posse são indivíduos oriundos e/ou residentes do próprio município de Galileia ou de cidades vizinhas, lavradores/pescadores sem acesso ou com acesso precário à terra, e que depositavam nessas terras e águas do rio a esperança de construir uma vida de mais conforto e menos restrições, mais qualidade de vida, por meio do trabalho e da consequente geração de renda. São pessoas que tiveram contato com as ilhas em algum momento da vida, geralmente disponibilizando a força de trabalho para os antigos donos ou mesmo fazendo delas pontos de pesca durante os períodos em que viviam “ranchados” rio adentro, como bem evidencia o relato de Afonso:

[...] Que quando eu comecei foi na ilha grande, depois eu comprei essa ilha minha, tomei gosto, ai falei: vou comprar uma ilha pra mim. Fui e comprei. O homem tava precisando de uma casa pra por a filha dele, me chamou no negócio, falei: ah, vamo fazer, uai.

Ainda nesse sentido, a história de Aricélia é um pouco diferente, posto que, por longos anos trabalhou no serviço de limpeza da cidade, e seu companheiro vivia “ranchado” no rio, exercendo a pesca e “fazendo bico” de pedreiro quando surgia demanda pelos serviços. Ao longo do tempo, o dinheiro não era mais suficiente para cobrir as despesas da família e era latente a necessidade de conseguir nova fonte de renda. Nesse momento, um ilheiro antigo, amigo da família, indicou que a posse da ilha ao lado da dele foi colocada à venda, que seria

uma boa oportunidade para Aricélia e sua família apropriá-la e, por meio do trabalho, diversificar a renda. Aricélia lembra que parcelou a quantia de dois mil reais em quatro prestações e se tornou posseira daquela terra. Nesse caso, Arnaldo, seu companheiro, era o mais envolvido com atividades de pesca e de cultivo e a aquisição da ilha materializou um sonho antigo de poder plantar e colher naquelas terras.

Ambos os relatos de Afonso e de Aricélia suscitam importante característica que engloba o acesso às ilhas, a aquisição que também ocorre por meio da compra. Ao longo dos anos, as ilhas passaram a ser envolvidas nos círculos de comércio, nos processos de alienação através do mercado, mesmo essas terras sendo propriedades do Estado brasileiro¹³, “terras da marinha” como costumam se referir. Essa situação é bem conhecida pelas pessoas, “ninguém é dono de nada, o que a gente vende é o direito à posse, mas a terra é da marinha” como lembra Arnaldo. Essa forma de adquirir o direito à posse se diferencia das outras duas encontradas, a saber: a herança e a própria ocupação de uma ilha recém formada. Em função do tempo transcorrido entre a formação de uma nova ilha e a posse dela por algum indivíduo, a compra dessas terras é a forma de aquisição mais presente na região.

O cenário de alienação dessas terras, além de tornar a herança uma forma de acesso menos frequente, também fez com que, ao longo dos anos se consolidasse um diversificado perfil de posseiros (em termos de direito de posse). São poucos os primeiros ocupantes que ainda fazem o uso dessas terras, bem como são poucos os herdeiros que continuaram a desenvolver o uso desses espaços ao longo dos anos. Essa é uma marcação importante, especialmente porque evidencia que as ilhas abrigam outros sujeitos, que não aqueles que as utilizam para o trabalho, delas vivem e tiram o sustento. Elas abrigam tanto os lavradores/pescadores como também os veranistas “de fora”, que compram a posse da terra e a utiliza esporadicamente para o lazer. Entre os ilheiros, é comum ouvir menção a “ilha da Juíza”, em referência a uma dessas ilhas que permeia as outras ilhas trabalhadas e que pertence a uma Juíza, residente em Governador Valadares, que somente a visita esporadicamente. De forma geral, os atuais ocupantes são, em sua maioria, pessoas que se tornaram posseiras dessas terras em tempos relativamente recentes, especialmente a partir dos anos 2000, com a intensificação das vendas das terras.

Esse contexto de acesso à terra, então, suscita outra importante reflexão, que tange a distinção entre propriedade e apropriação desse território, pois, considerando que a apropriação

¹³ Os capítulos II e III da Constituição Federal (BRASIL, 1988) regulamentam as questões que envolvem as ilhas fluviais, delimitando as situações em que esses bens são considerados pertencentes à União e aos Estados.

se refere ao espaço ocupado por diferentes signos e significações, ela se distingue da propriedade, sobretudo, “por esta última implicar no *usus, fructus e abusos*, sendo este definido pela possibilidade de alienação através do mercado, o que nem sempre é caso de apropriação” (GODOI, 2014b, p. 447, grifos do autor). No caso referenciado acima, a situação de Afonso revela que, embora submetida a processos de alienação, essa é uma forma de acesso à terra por pessoas que não possuem o parentesco como “unidade territorial” (LITTLE, 2002) mas que se apropriaram do espaço por meio de outras vivências no território. O “tomar gosto” ao longo dos trabalhos em outras ilhas indica que a sujeição a trabalhos anteriores iniciou processos de apropriação através da lógica de pertencimento, que posteriormente se transformaram e concretizaram em “propriedade” por meio da compra. Todavia, ao longo desse trajeto de apropriação, a base material continuou sendo espaço repleto de significados, de afetos, de ligação e de pertencimento, lugar de criação de sonhos e de projetos de vida.

O processo de apropriação em termos de atribuição de significados, de afetividade com o lugar, nem sempre ocorre de forma síncrona com a efetiva apropriação material, com o fato de tornar-se efetivamente um posseiro, reconhecido e legitimado pela comunidade e posteriormente através do registro em cartório. O investimento simbólico pode ocorrer antes do investimento material. São dois processos que se apresentam em sequência para grande parte dos ilheiros que estabelecem esses diferentes vínculos com as ilhas e o rio atualmente. E, nesse sentido, a possibilidade de aquisição por meio da compra se apresenta como forma de acesso importante, especialmente para as famílias que não herdaram as terras. Como mencionado anteriormente, a relação de parentesco não se consolida como importante “unidade territorial”, posto que ao longo do tempo essa forma hierárquica de acesso à terra foi perdendo a importância, moldada a partir das mudanças estruturais da própria comunidade.

Ainda no que tange à “propriedade”, em função dessa constante mudança de “donos da posse”, alguns ilheiros detêm o registro de compra e venda dessas terras, onde constam os antigos e os atuais “donos”. Todavia, destaca-se que essa não é uma realidade que possa enquadrar a totalidade dos ilheiros, pois ainda que diante dessa relativa pressão em torno da documentação da posse, algumas famílias, especialmente as que ocuparam por meio da primeira ocupação, ainda não detêm esse registro.

Portanto, compreender os sujeitos e a cultura específica dos ilheiros exige esse esclarecimento sobre a dinamicidade ocupacional do território, representada pelas constantes mudanças nas posses dessas ilhas ao longo dos anos. A compra é uma forma de acesso à terra, relativamente tranquila, tendo em vista que envolve apenas processos de troca e de recebimento

de valores monetários ou de bens, da mesma forma que a herança, que se dá a partir do bem deixado pelos patriarcas. Porém, a ocupação primeira de uma ilha recém formada é uma prática social que engloba uma série de habilidades por parte dos indivíduos, trazendo os conflitos inerentes à própria dinâmica. E é realizada por sujeitos que aspiram a melhores condições de vida e vislumbram a materialização dos projetos de vida. Processo social complexo, uma forma de tornar-se vinculado ao território reconhecido e validado socialmente, mas revestida de tensões e disputas.

A primeira ocupação dessas terras envolve disputas, conflitos, exige muita espera, paciência e habilidade dos sujeitos. O processo se inicia quando se torna perceptível a formação dos primeiros bancos de terra no curso do rio, pois, a partir dali, essas ilhas passarão a ser vigiadas, tanto por indivíduos que possuem uma ilha e estão interessados em expandir sua base física, quanto por aqueles que almejam a conquista da primeira porção de terra. Quando o banco de terra firme alcança tamanho e estabilidade que possam dar garantia de permanência, quando o “ubá¹⁴” (*Gynerium sagittatum*) cresce sobre esse banco de terra, o postulante à posse retira parte da vegetação da área e realiza algum cultivo. O trabalho na terra é o principal indicador de que, a partir daquele momento, a ilha passa a ter um “dono”.

Como pode ser sugerido, na ocasião da primeira ocupação, em função desse constante monitoramento das ilhas em formação, a qualquer momento pode irromper o conflito, que é um processo social inerente à dinâmica de ocupação dessas áreas, e se expressa quando há dois ou mais interessados numa mesma porção de terra. Em um caso narrado por Antônio, aparece a tensão vivida juntamente com Pedro, seu companheiro de trabalho, no processo de ocupação da ilha deste. Com muito interesse naquele pedaço de terra, que se localizava próximo à ilha de Antônio, como se fosse uma descontinuidade desta, ambos não sabiam que aquela porção de terra também era cobiçada pelo filho de um fazendeiro da região, posto que essa nova ilha formada estava muito próxima à margem do rio e à divisa da grande fazenda dessa família. Segundo Antônio, ao entrarem na ilha para limparem e fazerem o uso da terra, os dois foram surpreendidos por um sujeito que estava “entocado”, com arma de fogo, entre os capins e árvores na margem do rio, chegando a efetuar alguns disparos. Os dois conseguiram estabelecer a fuga. Entretanto, como reconheceram o autor dos disparos, no dia seguinte o procuraram e conseguiram um consenso. A partir de então, Pedro se tornou efetivamente o posseiro daquela faixa de terra.

¹⁴ Também conhecida como cana do rio ou cana flecha.

O conflito com os fazendeiros também se apresenta nas ocasiões de expansão das ilhas, após os períodos de cheias. Ricardo, lembra que, após alguns anos de cheias do rio, a ilha dele cresceu bastante para os lados, ficando próximo da margem de duas fazendas. Nesse instante, um dos fazendeiros se interessou pela terra para possibilitar o trânsito de gado, e sugeriu o afastamento das cercas da fazenda dele para dentro da ilha do Ricardo. Depois de várias ameaças dele e dos funcionários da fazenda, Ricardo conta que “não abriu mão” e manteve a cerca dele fora de sua ilha.

[...] Aí tive, há pouco tempo, briga com fazendeiro, aquele genro da Antonieta. Queria tomar minha ilha! Óhhh! ele queria tirar minha cerca... [...] porque ele, assim, lá é assim: aqui é Norte e lá é Sul, só que com o assoreamento o rio foi perdendo muito espaço, a tendência é só ir juntando as terras, então a medida dele, eu sei onde é. E tinha uma cerca que outro fazendeiro fez, pro gado não prejudicar nós, com plantação. Então, como era cercada, o gado não vinha pra cá. O cara muito amigo da gente lá... o outro, fez uma cerca, o que esse outro cara fez? foi lá, arrancou a cerca dele toda. Cheguei lá, tava a turma toda trabalhando lá... Falei: faz o seguinte então, você não manda, vem você e eu, e você arranca ela. E nós vamos arrancar. Ele pegou e saiu fora... Eu já fui sabendo que a turma de São Tomé não é brincadeira não. E o Réver [amigo dele] tava do lado do fazendeiro, ele voltou lá e falou assim: “você já perdeu”. Falei assim: só vou balançar a bandeira depois que o juiz der o apito final, aí sei se sou campeão, mas acredito que eu não perco, se eu não ganhar de um jeito eu ganho do outro. E ele dizia assim ó: “se não é de um jeito, nem eu nem você fica com essa ilha”. Falei: não fica mesmo, não vai ficar mesmo... (RICARDO)

Além do conflito expresso na ocupação, os episódios narrados por alguns interlocutores expressam que o interesse sobre as ilhas não é exclusividade dos pequenos agricultores ou pescadores que possuem restrição de acesso à terra. Em tempos recentes, essas faixas de terra também têm sido objeto de cobiça por alguns grandes proprietários de terra da região, especialmente as ilhas mais próximas às divisas das grandes fazendas. Isso ocorre não pelo valor financeiro que essa terra possui ou mesmo para o uso dessas terras para a reprodução do trabalho, mas somente como áreas de trânsito para o gado, para que os animais possam ter livre acesso ao rio.

Por fim, para além dos conflitos erigidos no seio da expansão do tamanho das ilhas e da cobiça dos fazendeiros, existe a possibilidade de irromper uma disputa quando as ilhas passam longos períodos sem serem manejadas por seus donos. O trabalho na terra é a principal forma de legitimação social da posse. Como lembra Antônio, “se você toma posse, tem que tomar posse mesmo, senão eles vão lá e toma”. Essa afirmação se relaciona com um episódio vivido por ele, após passar uns meses sem ir à ilha, deixando a vegetação crescer. Antônio conta que, quando resolveu voltar para limpar a área, encontrou outra pessoa afirmando que aquela porção de terra não tinha dono, sob o argumento de que “aquela ilha não estava sendo trabalhada”.

Após uma série de diálogos, ele conseguiu contornar a situação, ter livre acesso à ilha e, assim, prosseguir com seu projeto de vida.

3.3 Território e trabalho: os ilheiros na paisagem cultural do rio Doce

Os fatos narrados anteriormente ajudam a elucidar a diferença marcante entre ser proprietário de uma ilha e ser, de fato, um ilheiro, a partir das dimensões de representação do lugar, da afetividade, das dimensões simbólicas que dão sentido a essa cultura específica. Marilda expressa de forma objetiva o que os diferenciam daqueles sujeitos que fazem uso esporádico das ilhas, as pessoas “de fora”: “as outras pessoas não têm o sentimento de pertencimento [...]”. Os ilheiros são indivíduos que possuem relação de dependência com o rio e as ilhas, que se apropriam do lugar por meio de práticas específicas, criando hábitos e rotinas que os diferenciam dos demais grupos sociais que habitam o rio. É efetivamente para esses sujeitos que as águas e as ilhas do rio possuem um sentido que extrapola o seu significado como recurso a ser explorado, pois são ecossistemas que forjam um modo de vida específico. E esse significado se expressa na forma como o território é representado através do discurso. Para Aricélia, “o rio significa tudo, né? Significa mais do que tudo, a água é tudo, a água é vida”.

Assim, ser ilheiro está ligado ao nível de dependência e às formas de utilização dessas ilhas; ao fato de torná-las produtivas, de exercer o trabalho na terra, de ter esse território como base do seu modo de vida. É tornar produtivo os grandes blocos de terra erigidos no curso do rio e dele extrair seu sustento, conciliando essa atividade com outra atividade produtiva, especialmente a pesca. Destaca-se que ser ilheiro não está associado à atribuição de uma identidade específica, como será detalhado em seções posteriores, pelo fato dos sujeitos não se reconhecerem como um coletivo. Os ilheiros são trabalhadores que reconhecem a sua especificidade em termos de ocupação de um território e que nele desenvolvem práticas de trabalho que os diferenciam de outros indivíduos e grupos. Portanto, a ligação a esse território insular e às práticas sociais associadas são os fatores que diferenciam esses sujeitos. Essas pessoas também não apresentam homogeneidade em termos de práticas laborais. Se, por um lado, o que os assemelha é a posse das ilhas e o trabalho nelas desenvolvidos, por outro, essas práticas desenvolvidas, os projetos produtivos vinculados e a rotina conformada nessa relação, são heterogêneos.

Embora a complementariedade entre cultivo e pesca seja uma realidade, a quantidade de trabalho e o tempo destinado para cada atividade variam em função de alguns fatores. O

primeiro é a própria construção histórica de cada sujeito em relação ao trabalho, pois algumas pessoas exercem o ofício de pescador desde a infância e desenvolveram as habilidades e as técnicas a partir da transmissão geracional, com os seus pais, e, somente mais tarde, passaram a trabalhar nas ilhas. Também existem aquelas outras que apresentam maior experiência no trabalho com a terra e, por isso, a pesca se torna secundária na distribuição do tempo, como apresentado no relato de Afonso:

[...] Toda vida mexia com agricultura fora da ilha. Quando eu vim mexer com ilha, tem mais de 20 anos, já comecei mexendo com agricultura de novo. Então esses meninos meu cresceu assim, o que aprendeu a profissão de pedreiro, aprendeu comigo também, o que aprendeu a pescar, aprendeu comigo. A gente sempre trabalhava o dia e de noite tava no rio pescando, e eles tava tudo lá junto comigo, tarrafada aqui... (AFONSO)

Outro fator importante na divisão do tempo de trabalho é a própria limitação do tamanho da ilha apossada. As ilhas, em via de regra, são pequenas, sendo raras as ilhas de grandes dimensões. Isso é relativamente importante, pois reflete na intensidade do trabalho realizado fora do rio, ocorrendo principalmente com mais frequência para aquelas famílias com tradições de cultivo da terra que, em decorrência dessa limitação, necessitam destinar mais tempo em outros serviços fora desse ambiente. Assim, podemos perceber uma sutil diferença entre os ilheiros que se dedicam mais ao cultivo e aqueles que se dedicam à pesca. Todavia, a complementariedade entre as duas é essencial para a composição da renda, da alimentação e, de forma mais ampla, para o modo de vida dessas famílias. Como enfatizado por Ricardo:

[...]Então, eu pescava, plantava e, quando tava mexendo com ilha, dava umas três pescadas na semana, e o resto mexia com ilha. Separava tudo, porque tudo você tem que fazer [...] Aí vendia um peixe, vendia milho verde, mandioca, um quiabo, uma abóbora [...]"

Portanto, percebe-se a variação da intensidade de cada atividade na rotina das famílias. Porém, em todas elas, não há a destinação do tempo total para uma atividade. Isso se materializa nas falas dos sujeitos, que sempre verbalizam que “fazem de tudo”, ou seja, realizam várias atividades produtivas durante o dia.

[...] Eu falo que eu faço de tudo um pouco, porque eu trabalhava durante o dia na minha plantação, eu chegava cedinho, colhia minhas verduras, quando não era cedo era de tardinha, mas eu tava sempre lá, quando era de tardinha saía e vendia meus [inaudível][...] Ainda vendia os peixe que eu pegava à noite. Eu vinha, trabalhava o dia na ilha, mexia de tarde, trazia, vendia uma remessa de verdura [...] (RICARDO)

Nesse “fazer de tudo” se origina a renda proveniente do território, do trabalho realizado entre as ilhas e as águas do rio. Em termos financeiros, não há um consenso sobre qual atividade exerce maior influência na composição da renda da família. O relato mostrado acima evidencia que, para Ricardo, a venda de produtos da roça, dos cultivos realizados nas ilhas era o garantidor da receita diária e a venda dos pescados a complementava. Esse relato contrasta com o de Marinês, para quem a pesca é a atividade que mais contribui para a composição da renda, especialmente pelo fato de ser realizada diariamente. Segundo Marinês, “a pesca era mais. Falo que era mais porque todo dia a gente tava na pesca, e a ilha não era todo dia [...]”. Portanto, em termos financeiros, a pesca assume maior importância para os pescadores/lavradores, para quem a pesca e a venda do pescado compõem a maior parte da renda, em detrimento dos produtos oriundos das ilhas. Situação que ocorre inversamente para os lavradores/pescadores cuja produção nas ilhas assume maior importância.

Por fim, os relatos das famílias indicam que se, de um lado, a ilha representa a possibilidade de fixação no território, de gozar de um espaço de terra firme onde os sonhos que envolvem o trabalho na terra podem ser materializados, por outro, ela não representa a exclusividade do trabalho rural para a reprodução econômica desses sujeitos. Sendo essa uma marca própria do rural contemporâneo, também impera entre os ilheiros a pluriatividade (SCHNEIDER, 2003), ou seja, a necessidade de complementação da renda exercendo outras funções fora do domínio rural a fim de diversificar e garantir a segurança econômica para o núcleo familiar. A pluriatividade se forja na divisão do tempo de trabalho dentro da área produtiva com a oferta de serviços fora dela, geralmente a venda da força de trabalho para pequenas indústrias de cerâmicas locais, para os fazendeiros da região, oferta de serviços na construção civil, produção de artesanato e de instrumentos para a pesca e a manutenção de bares na região. Portanto, é comum a divisão do tempo com outras atividades não agrícolas para fins de complementação da renda.

3.4 O cotidiano entre as margens, afora e adentro do rio

O modo de vida ilheiro é construído no movimento pelas águas e terras firmes, afora e adentro do rio, no *continuum* rio-ilha-cidade. Há constantes movimentos de travessias, conduzindo os indivíduos entre as margens do rio Doce. Nesse movimento, sintonizado com as condições e as possibilidades do território, os ilheiros se constroem como sujeitos, constroem suas práticas cotidianas, estabelecem laços, criam rotinas.

É do lado de cá do rio, no pequeno aglomerado de Galiléia, que esses sujeitos estabelecem moradia. As poucas famílias que não residem na cidade, vivem em pequenas propriedades rurais nos limites municipais e, assim, organizam a vida desenvolvendo o trabalho na roça e nas ilhas. É também na cidade que ocorre a comercialização dos produtos produzidos nas ilhas e dos pescados obtidos durante o dia de pesca. Aliás, se tratando de pescado, por vezes, a venda ocorre antes mesmo do processo de beneficiamento, tão logo o pescador chegue à margem do rio, venda feita para as pessoas conhecedoras da rotina dos pescadores, que esperam seu retorno. Nessas relações, outros tipos de vínculos também são estabelecidos, como a troca desses pescados e dos produtos colhidos nas ilhas por outros alimentos para fins de diversificação da dieta.

[...] No dia de sábado, o povo me esperava na porta de casa, o povo falava: “o que tem de peixe bom pra gente aí hoje?” Falava, ah tem uns cascudos aqui... Podia ter 20, 25 kg de cascudo, o povo levava tudo. Trazia pra cá, nunca cheguei a entregar pra fora, sempre vendia dentro de Galileia. Os meus meninos pocava pra rua e ia vender. Vou vender pra fora pra quê? O povo daqui comprava tudo! Já vendi peixe demais aqui (ARNALDO).

A casa na cidade é sempre o local de retorno e repouso após a jornada de trabalho. Os diversos espaços domésticos evidenciam a íntima relação dessas pessoas com o trabalho. Nos quintais, geralmente, são encontradas espécies de plantas frutíferas e hortaliças destinadas ao consumo familiar. Também é comum a presença de instrumentos utilizados na atividade da pesca espalhados pelos cômodos e tetos da casa, como redes, tarrafas, coadores, dentre outros instrumentos, em número maior nas casas das famílias que são envolvidas na fabricação desses instrumentos para a venda. Comumente, os homens passam menos tempo em suas residências, pois, reproduzindo padrões de divisão do trabalho, o trabalho masculino ocorre com maior intensidade fora do ambiente doméstico, ficando a cargo das mulheres as outras tarefas produtivas e de cuidados.

Do lado de lá, nas ilhas, não é comum a presença de benfeitorias. Via de regra, não existem casas construídas que possibilitem a moradia. Geralmente, são encontrados pequenos barracos, construídos de madeiras e troncos de árvores locais, cobertos por lonas ou por palha, que servem como abrigo em dias de trabalho e como de depósito de ferramentas de baixo valor financeiro. Aliás, ferramentas de maior valor não são deixadas nas ilhas. A insegurança acarreta na impossibilidade de armazenar algum bem, por vezes, a própria colheita, em função do medo dos furtos que se tornaram comuns em tempos recentes. Além disso, outra razão para a ausência de benfeitorias é a própria necessidade de adequação das construções à dinâmica do rio que,

periodicamente, provoca enchentes que cobrem as ilhas e carregam os barracos e outros bens com a força da correnteza. Os barracos mais estruturados são mais elevados em relação ao nível do rio, em local que dificilmente será alcançado pelas águas na época das grandes cheias.

Para a realização da travessia, alguma embarcação é exigida. Esse movimento geralmente é feito com “caíques”, que são movidos à motor ou impulsionados com o auxílio de instrumentos como remo ou “*catuá*” (quando feito de bambu). O motor, que pode ser acoplado à embarcação, é mais utilizado na época das cheias, quando a força da correnteza é maior que a força dos indivíduos. Quando o rio se torna mais “manso”, os motores são guardados dando lugar aos equipamentos manuais. Nem todas as famílias possuem embarcações e, por isso, é comum haver a divisão de “caíque” entre duas pessoas. Essas embarcações, quando ausentes de motores, ficam estacionadas nas margens do rio ao fim do dia. É cena comum encontrar caíques parados, amarrados em árvores, nas margens do rio Doce. Cabe ainda destacar que, para os outros navegantes que desejem atravessar de uma margem à outra, se deslocar de um município ao outro, esse traslado é feito por “balseiros”, pessoas que possuem balsas, que têm esse transporte como ofício e passam o dia exercendo essas travessias.

As idas e vindas das ilhas também são motivadas pelo lazer familiar, principalmente aos finais de semana. As ilhas e as águas do rio, nesses momentos, proporcionam a construção e o fortalecimento dos laços sociais, representando elementos de sociabilidade e de reprodução dos laços afetivos para as famílias que ali viviam. O banho de rio aliado ao consumo de alimentos eram formas de celebração familiar, do gozo de uma vida de livre acesso aos recursos naturais. São constantes as visitas de parentes “de fora”, de outras cidades, que utilizam as ilhas e o rio como lugares de lazer e descanso. Também ocorrem os encontros entre amigos e vizinhos, fora da rotina criada na pequena cidade de Galileia. O fato de poder recepcioná-los e possibilitar essa imersão no rio é uma ação bastante valorizada pelos anfitriões que se sentem prestigiados por possibilitar esses encontros e reencontros.

Portanto, não obstante o significado do território como lugar de trabalho e lazer, ele também é espaço de memória. Durante algumas pausas emocionadas, ao contar sobre a sua infância nas ilhas e nas águas do rio Doce, Marilda relembra, com saudosismo, as redes e laços afetivos que eram criados e nutridos a cada ciclo de colheita de alguns alimentos, ou mesmo “quando se matava um capado”. Era comum, no dia da colheita do inhame, do “cará” e do arroz, cultivados na ilha, a reunião dos vizinhos e dos parentes mais distantes, que ajudavam no trabalho, mas, principalmente, da partilha que era feita após o momento de colheita. Marilda lembra que partes do “*capado*” eram levadas e distribuídas para as redes de parentes e amigos

da cidade. Uma memória afetiva que reforça a dimensão do pertencimento, das sociabilidades, das relações entre vizinhanças e dos laços de solidariedade em torno dos alimentos colhidos nas ilhas, dimensões imateriais que conformam uma relação sujeito/lugar que extrapola a relação estritamente material e de uso instrumental do território.

3.5 As singularidades do trabalho em terra firme e entre as águas

Nas águas do rio Doce e nas ilhas se materializam os sonhos e os projetos de vida por meio do trabalho. A integração dos dois ecossistemas possibilita a reprodução das práticas laborais que sustentam economicamente as famílias e, diretamente, contribuem para a manutenção dos traços culturais dos ilheiros. A articulação desses dois espaços se dá de forma complementar e é essencial por fornecer diferentes recursos e bens materiais. Mas, por serem dois ambientes com características distintas, existe uma importante variação entre os modos de apropriá-los, tanto em termos de disponibilização de tempo para as atividades, na divisão do trabalho entre os membros da família, como das próprias práticas adotadas em cada um desses espaços.

O manejo das ilhas ocorre na esteira da divisão do tempo entre a atividade da pesca e as outras atividades não agrícolas executadas pelos indivíduos. Ele varia ao longo dos meses, em função da necessidade de ajuste às condições de clima e do ambiente insular que influenciarão os cultivos, o manejo, a organização do espaço e toda a dinâmica de trabalho. Via de regra, o trabalho na ilha é intensificado na época de plantio, capinas e colheitas. Nessas fases, a rotina exige maior participação do núcleo familiar.

O trabalho nas ilhas apresenta algumas singularidades em função de características que criam distintas unidades produtivas e que demandam adequação e manejos específicos. Algumas ilhas apresentam partes mais elevadas e mais arenosas, menos susceptíveis a modificações em sua forma por ocasião das cheias mais comuns do rio. Aliás, há um certo entendimento de que as grandes cheias ocorrem em anos bissextos, quando os ilheiros e os pescadores criam expectativas e se organizam para os efeitos que serão causados pelo aumento expressivo do volume do rio. Essa característica das ilhas torna o ambiente propício para o cultivo de espécies específicas, especialmente frutíferas como banana, coco, laranja e limão. É o local de implantação das hortas. Nessa parte alta, as plantas são irrigadas com água do rio, de forma manual ou bombeada, a depender do tamanho dos cultivos e das próprias condições materiais dos indivíduos. Arnaldo lembra como era parte da rotina com os cuidados com a horta,

especialmente por não ter uma forma mecanizada para irrigar os cultivos e, por isso, necessitava de maior esforço antes de ir para o rio exercer a pesca, para que o trabalho pesado não ficasse a cargo da sua esposa:

[...] A água era no braço, no regador. Quando ia eu e os meninos, quando eu ia armar rede ou bater tarrafa, eu ia baldeando a água para dentro da caixa. Depois ela [sua esposa] vinha e a água já tava na caixa. Eu enchia as caixas grandes e pocava pro rio. Antes de vir embora, eu enchia de novo. Aí eu ia olhar os meus trem no rio [...] era gostoso demais.

Nessa unidade produtiva, são cultivadas espécies que não devem habitar lugares úmidos, nem ficar expostas a água, a exemplo da mandioca. Para cultivar essa raiz, tão importante na dieta familiar, é necessário realizar alguns cálculos simples e estar atento aos tempos de início do período chuvoso e, conseqüentemente, de cheia do rio. Comumente, é cultivada a mandioca de “sete meses”, ou seja, espécie que tem o ciclo produtivo mais curto, exigindo “apenas” sete meses entre o plantio e a colheita. Esse período, então, é levado em conta para não coincidir com o movimento de cheia do rio, caso contrário, o cultivo estará fadado ao fracasso, tendo em vista que “se bater água, perde todo mandiocal”, como afirmado por Antônio.

A parte mais baixa se torna a área menos arenosa, por ser “lavada” todo ano na época das águas, portanto, uma área mais fértil. Por ser susceptível ao fluxo das águas, essa é uma unidade produtiva utilizada para o cultivo de espécies de ciclo mais curto, como o milho e o feijão que são plantados logo após o movimento de esvaziamento do rio. O cultivo dessas espécies segue uma lógica que enovela o ciclo das águas com a mudança do clima, criando um contexto mais complexo de práticas laborais. O cultivo do milho e do feijão segue a lógica do “quente e frio”, que está associada à percepção do clima em duas diferentes estações no ano (Quadro 6).

Quadro 6 - Divisão dos cultivos nas épocas e unidades produtivas

Local	Época		
	Frio (Março/Abril)	Quente (Agosto/Setembro)	Qualquer época
Alto	Feijão Mandioca		Hortaliças Banana Laranja Melancia
Baixo		Milho Milho+Feijão	Quiabo Abóbora

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

O feijão, então, além de ser plantado na parte baixa, deve ser semeado no “frio”, que ocorre após a diminuição do volume de água do rio, geralmente no mês de março, após a “enchente da goiaba”, que se caracteriza como um rápido e leve aumento do volume do rio, ocorrendo logo após o período da grande cheia e esvaziamento. O milho, por outro lado, é semeado no “quente”, geralmente no início da primavera, no final do mês de setembro, seguindo a mesma lógica de cultivo nas partes baixas. Esse é um cultivo que envolve um maior risco, tendo em vista que antecede o período “das águas”, o período chuvoso, que se inicia nesses meses. A implicação é que a colheita do milho será impactada caso ocorra o adiantamento das chuvas. Assim, se não chover até o fim de novembro, a colheita será “normal, dá pra tirar o milho verde e seco” (ANTÔNIO). Caso a chuva se antecipe, será preciso adiantar a colheita do milho ainda na fase “verde”. Há ainda a possibilidade de realizar os dois cultivos consorciados, na época “quente”, mas a prioridade é o cultivo do milho, que é mais rentável.

Aprensão importante, referenciada por alguns interlocutores, é a sensação de diminuição das atividades de cultivo de plantações nas ilhas ao longo do tempo, em contraponto à atividade da pesca que tem se tornado mais frequente entre os ilheiros. Na compreensão de Afonso, “que tem mexendo com agricultura, igual eu mexia, nessa região nossa aqui é eu e o falecido Nelson, que o homem até já morreu e os filhos passou a ilha pra outro”. Essa afirmação evidencia que, ao longo dos anos, os cultivos para consumo e venda dos excedentes se tornaram menos frequentes, o que de fato pode ser observado na realidade estudada. Todavia, isso não significa ausência dos cultivos, das roças, como observado nas diversas outras ilhas, mesmo naquelas onde as famílias tem a pesca como a atividade principal. O fato gerador dessa incompreensão está na variada dedicação das famílias para as atividades produtivas, regidas a partir de lógicas próprias, pelas singularidades dos projetos de vida.

Como enfatizado alhures, as ilhas sofrem constantes modificações, alterando sua forma e tamanho a partir de cada período chuvoso, expandindo, alargando, retraindo, por estarem susceptíveis ao fluxo do rio e de sua correnteza. Todavia, as práticas agroambientais adotadas influenciam nessas modificações. Nesse sentido, a prática importante exercida pelos ilheiros está relacionada à manutenção da composição florística das ilhas, especialmente de uma espécie de planta, o “ubá”, na “cabeceira” das ilhas, na primeira extremidade de contato com o curso das águas do rio. A presença dessa planta é incentivada por sua função de segurança para a ilha contra a correnteza, fornecendo maior estabilidade contra a força das águas. Como enfatizado por Antônio “o que segura a ilha é o ubá... o ubá trança a terra...”. Além do ubá, também é comum a presença de bambuzais, especialmente o “bambu gigante”, que, além de exercerem a

função de segurança, “dá uma sombra grande”, que favorece o clima na ilha e, conseqüentemente, o trabalho em dias mais quentes. Segundo alguns interlocutores, as ilhas que mais diminuem são as que são desmatadas na cabeceira.

Além de fornecer segurança para a ilha, essa prática também influencia no crescimento das ilhas, pois “ali vai juntando um lixinho, um pouco de terra, e assim ela vai segurando”, como afirmado por Marilda. Por isso, essa prática é encontrada, também, entre as pessoas que estão “vigiando as ilhas”, durante o processo de ocupação inicial, fazendo acelerar o processo de formação. Para isso, também cultivam o capim bengô, ou “bengão”, para contribuir nesse processo de represamento e acúmulo de sedimentos carregados pelo rio, nessa barreira de segurança.

Por outro lado, dentro das águas do rio Doce, o trabalho desenvolvido exige outro tipo de conhecimento, mais voltado para a dinâmica do rio, dos peixes e dos lugares propícios para a prática da pesca. Em relação a essa prática, destaca-se que existe uma diferença importante entre os “pescadores” e os “pescadores de barranco” ou “barranqueiros”. Essa diferenciação é inserida num contexto mais amplo e se estende para todos os indivíduos que praticam a pesca. Como a própria identificação sugere, essas distinções estão relacionadas aos espaços ocupados na atividade e, conseqüentemente, aos tipos de instrumentos utilizados e habilidades adquiridas nesse processo. Os “barranqueiros” ocupam as margens do rio, os barrancos, as pedras próximas às margens, não adentram na água, e utilizam varas de pesca e anzol como instrumentos, por vezes utilizam a tarrafa. Por outro lado, os “pescadores” adentram o rio com auxílio dos caíques e utilizam ferramentas como a rede e a tarrafa.

É comum que os indivíduos que destinam maior parte do tempo para o cultivo das ilhas exerçam a “pesca de barranco”, prática pouco valorizada quando comparada com a pesca de rede. Fato que gera pouco entusiasmo, como evidencia a fala de Osvaldo, quando afirma em tom pouco otimista: “ah, eu sou pescador de barranco”.

O processo de armar a rede é próprio dos pescadores/lavradores que se aventuram nas águas do rio. A rotina de quem se dedica à atividade pesqueira envolve o manuseio de equipamentos que exigem programação diária e conhecimentos específicos, tanto sobre o lugar como também o domínio de técnicas específicas. Para os que fazem o uso da rede, ela é sempre “armada” no entardecer, na “boquinha da noite”, e “desarmada” no amanhecer do dia seguinte. Marinês, sintetiza essa rotina da pesca comparando-a com as práticas dos criadores de gado: “a pesca, pra quem arma, arma a noite e tira de manhã. Tirou de manhã, é igual tirador de leite, tira o leite e solta as vacas...”.

Para os que não “armam” a rede, ou que também a fazem em concomitância com outras técnicas, a rotina de pesca envolve o uso de outros equipamentos, especialmente a tarrafa. A tarrafa é uma imensa rede com ganchos, que deve ser lançada ou arrastada sobre as águas, observando a movimentação dos cardumes de peixes. A tarrafa lançada exige do indivíduo muita habilidade para o preparo e o lançamento. Os iniciantes e menos experientes deixam seus rastros na forma como a tarrafa se põe sobre as águas do rio após a feitura do lançamento, pois comumente faz-se um “mapa”, uma analogia feita pelos pescadores como referência à forma não circular que a tarrafa faz ao entrar em contato com a água, que mais se assemelha ao desenho de alguns estados brasileiros nas representações cartográficas. Para os pescadores, o segredo para um bom lançamento está nos dedos, nos movimentos sincronizados com a soltura da corda que fica presa à boca, como reforça Antônio, “se não souber abrir você faz um mapa”. Por outro lado, para um “bom arrasto”, a tarrafa de arrasto deve ser realizada com apoio de um ajudante, tendo em vista a necessidade de andar por locais mais rasos no sentido contrário do cardume de peixes.

O lançamento das tarrafas em outros locais, na imensidão do rio só ocorre com o auxílio de uma embarcação. Nesse sentido, lançar a tarrafa enquanto se equilibra em cima do “caíque” é uma habilidade desses sujeitos. É comum que essas pessoas passem parte do dia “ranchados”, lançando as tarrafas e, mais para o fim da tarde, façam a armação das redes. Práticas que se complementam na atividade da pesca. Arnaldo, ao refletir sobre a sua rotina, lembra como essa atividade de armação das redes causava grande movimentação de caíques que se deslocavam sobre as águas do rio: “a essa hora [por volta das 16h30], era aquele tanto de gente com caíque pra cima e pra baixo, tentando encontrar um lugar para armar a rede. Era bonito demais [...]”. Arnaldo ainda reflete sobre a sua preferência em relação ao uso do remo, em detrimento do motor acoplado ao caíque, nos dias de pesca, visto que o barulho do motor dificulta o processo da pesca:

[...] Eu tinha um caíquim, o motor era o braço. Mas eu nunca gostei desse negócio de motor. O motor espanta o peixe com aquele barulho. Quando ele vai parar o peixe aqui, os peixes já foi tudo embora. Mas, com o remo, você vai caladinho, devagarzinho e pegava os peixes tudo (ARNALDO).

Durante a armação da rede, ou mesmo no dia seguinte, no processo de retirada dos pescados, era possível perceber a armação de redes próximas umas das outras, apesar da observação dos locais de armação e do cuidado com a rede do outro e com a própria rede serem regras importantes entre eles, por vezes, as redes são armadas com maior proximidade. A consequência é sempre que a rede armada na frente, no primeiro contato com o rio, conseguirá

“segurar mais peixes”, em detrimento da rede de trás. Todavia, os casos narrados não evidenciaram que essa prática gere importantes desentendimentos ou desavenças entre os sujeitos. Pelo contrário, existe uma relação de cumplicidade, na qual uma rede com mais pescados, nesse contexto, é dividida, ainda que não seja de forma igualitária, entre as duas pessoas que armaram as redes próximas.

A adoção de instrumentos específicos e a ocupação de espaços diferentes, fora e dentro do rio, também possibilita a especialização dos pescadores em relação aos pescados. Essa é outra dimensão que aumenta a diferenciação entre os “pescadores” e os “barranqueiros”. Para Antônio “os barranqueiros pegam o que vier. Já os pescadores tem que fazer render”. Esse “fazer render” está relacionado ao fato de poder direcionar a pescaria para aquelas espécies que irão garantir mais rentabilidade financeira, ou seja, para espécies mais valorizadas e de tamanho com maior apelo comercial, a exemplo do cascudo e pacumã, como afirma Arnaldo:

[...] A cachoeira era o lugar onde o povo armava rede, um lajedo de pedra. Tinha vez que a gente topava a noite batendo tarrafa. Era lugar bom pra pescar cascudo. [...] pega todo tipo de peixe, mas o cascudo era o mais vendido, era ele e o pacumã, era o peixe mais caro, né? Então tinha que correr atrás dele. Tinha vez de chegar no lajedo e ter dois tarrafeiros batendo tarrafa, já.

Por outro lado, essa especialização acarreta certo prestígio, em função da dificuldade de se conseguir fisgar algumas espécies de peixes. E, nesse conjunto, o Dourado é uma espécie de elevado valor simbólico, encontrada em lugares profundos, o que exige do pescador técnicas específicas. Os pescadores que o pescam são reconhecidos pelos demais e passam a gozar de maior prestígio no grupo. É comum a presença de pescadores que saem de suas residências para pescar exclusivamente o Dourado. O prestígio associado à pesca deste peixe é representado pelas fotografias. Nas casas desses pescadores, é comum encontrar quadros espalhados com fotografias da pescaria, registros de um dia de pesca bem sucedida. Em momento de acionamento dessas memórias, enquanto folheava o álbum de fotografias, Afonso indaga a sua esposa sobre o registro do dia em que conseguiram pegar o Dourado: “cadê aquelas fotos com o douradão? Tá aqui não. Aquele peixe que você pegou, que nós tava na ilha, que você pegou aquele peixe.”.

Por outro lado, os “barranqueiros” pescam espécies mais “comuns”, que não exigem tanta técnica e dedicação de tempo e esforço, quando comparado com a pesca do Dourado e, por isso, não se equiparam em termos de prestígio no grupo. Todavia, tanto os pescadores de rede quanto os de barranco se mostram conhecedores da diversidade de espécies existentes no rio, que permitia a pesca para o consumo e a venda. Marinês lembra, com grande satisfação,

das várias outras espécies de peixes que ela e seu companheiro costumavam pescar nas longas noites de pescarias, ou mesmo apanhá-los nas manhãs durante o desarme da rede: “Casculo tinha vez de pegar mais de 20 kg, isso só o casculo, mas tinha pacumã, tilápia, curimba, traíra, tucunaré, piau branco, piau vermelho, mandiaçu...”.

Após a pesca, a última etapa no ciclo de trabalho é a limpeza dos pescados que, após serem retirados das redes ou físgados com anzóis, são “limpos no próprio rio” em lugares específicos, ou levados até a casa na cidade, onde serão “tratados” e armazenados em congeladores. Para os pescadores que vivem ranchados no rio, existem locais, geralmente grandes pedras, que são utilizados para a limpeza dos pescados, numa forma de adiantamento desse processo. Para os sujeitos que têm na pesca a principal fonte de renda, esses pescados serão priorizados para a comercialização. Por outro lado, para aqueles que não têm, nessa atividade, a principal fonte de renda, a prioridade é o consumo e o abastecimento interno, embora algum tipo de escambo seja realizado.

Portanto, a apropriação do território por meio do uso e das práticas laborais possui dinâmicas de trabalho que emergem a partir da vivência do lugar, da experiência adquirida e do conhecimento gerado nesse processo. São práticas e saberes construídos em íntima ligação com o território. Nesse processo, saberes são construídos e reconfigurados, espaços são apropriados e modificados, práticas são forjadas e experiência é adquirida. A seguir, debruçaremos sobre as dimensões envolvidas na construção do lugar de um desses sujeitos.

3.6 A produção do espaço de um pescador/lavrador: o caso de Antônio

Antônio nasceu no pequeno município de Galileia e, com poucos anos de idade, foi levado por seus pais para residir na capital mineira. Lembra das diversas idas e vindas para a pequena cidade interiorana visitar os parentes. Nessas visitas, acompanhava seu pai, pescador, que se aventurava nas travessias pela imensidão do rio Doce. Com a imagem viva em sua mente, lembra de um certo dia, durante uma grande cheia do rio, quando a “água chegou no primeiro poste da rua do porto da balsa”. Esse dia ficou marcado em sua memória, pois despertou um sentimento que posteriormente veio a se tornar um sonho: “viver entre as águas do rio e através dele poder ter uma boa vida”. Antes de completar 18 anos de idade, resolveu se mudar para Galileia para morar com sua tia, deixando o cuidado dos pais na capital mineira.

Ele se lembra que, na cidade, havia poucas oportunidades de trabalho, pois só existiam as cerâmicas, onde o labor “era pesado e dava pouco”, uma vida de muita submissão. Mas, “era

preciso se adaptar”. Ele viu no rio a dupla possibilidade de ser um sujeito livre, sem submissão, e viver do rio, garantindo melhores condições, tendo em vista que, naquela época, a pesca era uma atividade muito lucrativa. E, assim, passou a frequentar as margens do rio e a observar as práticas dos pescadores. Essas idas às margens do rio tinham um objetivo principal: superar a dificuldade de navegar pelo rio e aprender a remar. As práticas anteriores, especialmente a herança das habilidades do seu pai, eram suficientes para que Antônio pudesse viver da pesca, pois sabia armar rede, lançar e arrastar tarrafa, porém, não sabia remar. Com o passar do tempo, desenvolveu a habilidade necessária e, daí em diante, passou a viver navegando entre as águas.

A habilidade com o remo e o caíque o fizeram assumir, por um período de tempo, a travessia de passageiros que “iam pegar o trem do outro lado do rio”, na estação de trem da Vale. Esse traslado é comum entre os moradores dos municípios de Galileia e Tumiritinga. Na época de cheia, a travessia era feita por meio da balsa grande, que possibilitava o transporte de mais passageiros e de pequenos veículos. Na época de esvaziamento do rio, somente o caíque, com auxílio do motor ou catuá, é que conseguia fazer a travessia.

Durante alguns anos, a sua rotina de trabalho era dividida entre a travessia do rio e a pesca, praticada nos momentos entre as chegadas e partidas do trem. Após alguns anos, precisou se afastar da atividade de transporte, “por questões políticas”. Assim, era necessário acessar outros meios de trabalho para garantir a reprodução econômica da família. Passou a intensificar a atividade da pesca, armando mais redes, lançando e arrastando mais tarrafas durante o dia. E, assim, seguiu por um bom tempo. Ele lembra que, naquela época, tinha muito peixe, que quatro redes eram suficientes para gerar uma boa receita. Diferentemente de um tempo atrás, que “o pescador precisava armar dez a doze redes pra garantir dinheiro para as despesas de casa”.

Nesse tempo de pesca, de viver ranchado no rio, vislumbrou, nas ilhas, a possibilidade de cultivar a terra, plantar, colher e, dali, também obter alimentos para o consumo da família. Ocupou uma dessas ilhas e, posteriormente, mais uma ilha próxima da primeira. “Dali vinha a banana, a abóbora, o milho, o feijão...”. As ilhas agora faziam parte do seu território e, conseqüentemente, da sua rotina. Assim, Antônio passou a levar a vida dividindo seu tempo entre a cidade, as ilhas e o rio.

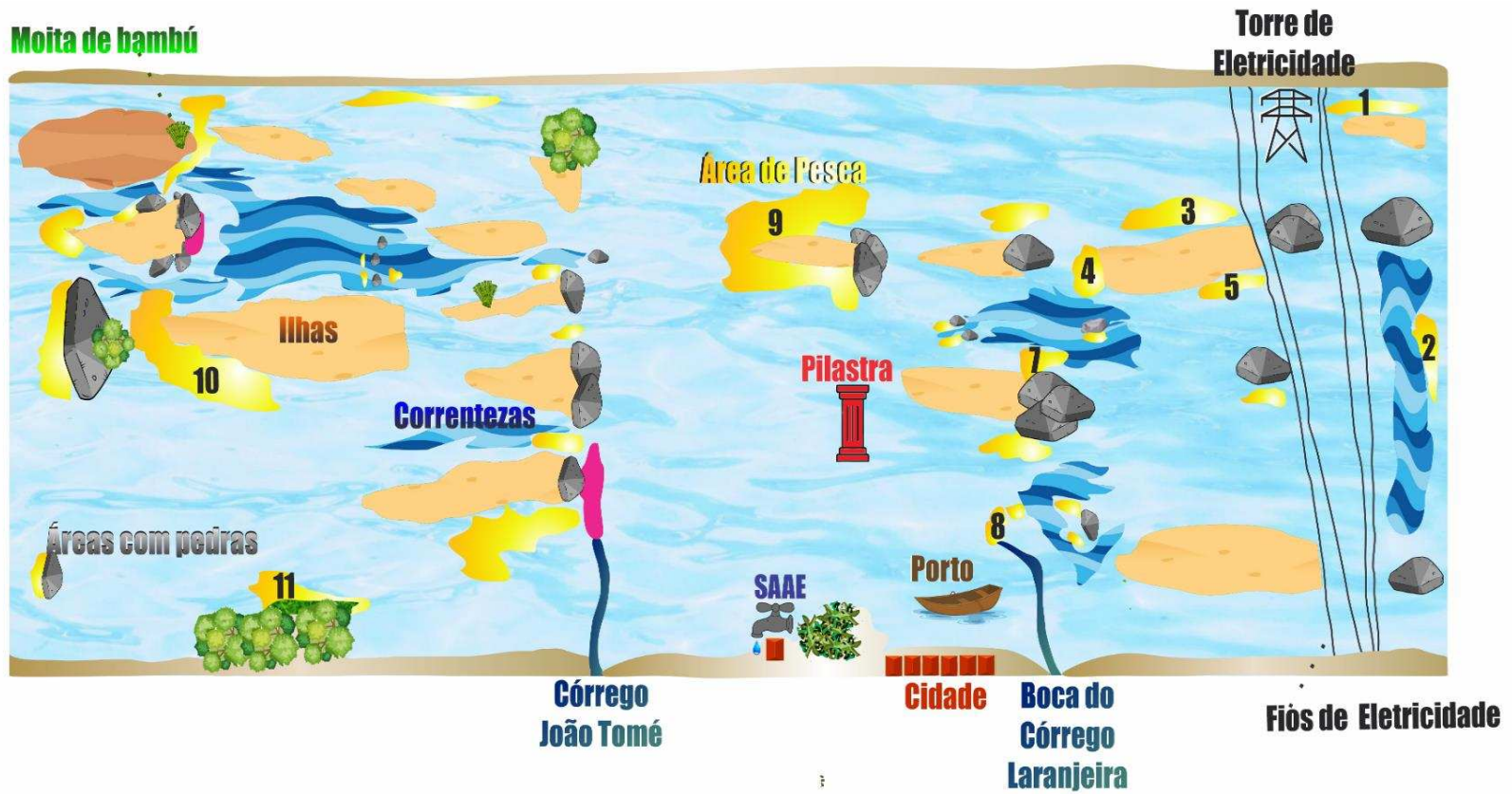
A chegada de Antônio em Galileia, seus sonhos e seus desejos alimentados ao longo dos anos e os locais acessados ajudam a elucidar os aspectos que fazem desse território um local único. Dão pistas do processo de transformação de um conjunto de elementos materiais em espaço, a construção do espaço singular de Antônio, conformado pelos processos de percepção, de vivência e de significação. O espaço, entendido como uma construção social, é um processo

inacabado, contínuo, no qual a percepção, a concepção e a experiência são as faces desse processo único (LEFEBRVE, 2000). Nesse sentido, os relatos da vida de Antônio evidenciam algumas dessas práticas espaciais, os sentidos e os significados que esses elementos assumem na representação do espaço, visto que essa circulação entre as águas e a terra firme possibilitou a experimentação de práticas, a observação dos lugares e, conseqüentemente, a apropriação dos elementos que constituem a paisagem.

A vida entre as águas do rio possibilitou a construção de um lugar único. E isso se expressa nas formas de representação do território, tanto na imagem desenhada por ele, quanto no discurso sobre o seu território. O desenho elaborado por Antônio¹⁵, representa esse “todo coerente” (LEFEBRVE, 2000), os símbolos e os lugares aos quais são atribuídos significados e que exercem importante influência nas práticas espaciais adotadas por ele (Figura 4).

¹⁵ O desenho feito à mão por Antônio, que pode ser observado no Apêndice B, foi tomado como base para a elaboração da representação gráfica inserida no texto, mantendo-se fielmente todas as informações contidas no desenho original.

Ilustração 1 - Representação do território de Antônio



- Legenda:
- Cor amarela - locais de pesca
 - Cor verde - ilhas
 - Cor laranja - "pilastra"
 - Cor cinza - pedras
 - Cor marrom - ilha do Antônio
 - Cor azul escuro - locais de "correntezas"
 - Cor azul claro - "água mansa"
 - Cor rosa - pontos de limpeza dos pescados

Fonte: Feito pelo autor, a partir do desenho de Antônio, 2020.

A representação expressa todos os elementos que compõem e apresentam significados singulares no território, englobando um conjunto de elementos em conexão que possibilita o desenvolvimento da vida desse sujeito. Um fator importante observado no desenho é a importância que o rio e seus elementos assumem. As margens contornam todo o espaço do desenho, pois ali eram desenvolvidas a quase totalidade das práticas espaciais. Tanto que o “lugar de morada” pouco foi representado no desenho. Essa dimensão é apresentada no próprio discurso de Antônio, para quem “o rio é tudo”, pois possibilita o lazer, o trabalho e a vida.

Os outros elementos presentes no mapa representam os locais de orientação, especialmente os pontos utilizados para o exercício da pesca. Dentro do rio, podemos perceber elementos importantes como as ilhas, as pedras, as águas e seus locais de correnteza, o rio Doce e seus afluentes, uma grande torre de fios elétricos, locais de encontro do rio com as fazendas das redondezas e o porto da balsa. Cada lugar aciona uma memória específica, um conjunto de fatos passados que aumentam esse sentimento de pertencimento. Ao descrever cada lugar de pesca, Antônio lembra de dias de pescarias bem sucedidas, outros nem tanto, dos peixes que conseguiu fregar, dos amigos que o acompanhavam em determinados momentos e as experiências vividas no território.

Alguns elementos têm a função de orientação das condições ecológicas. Em laranja, bem no centro do mapa, tem-se a representação “da pilastra”, uma estrutura de concreto que exerce uma importante função de orientação nos períodos de chuvas. Quando o rio começa a subir, a pilastra funciona como referencial de inundação da ilha. “Se a água tiver um palmo acima da pilastra é porque começou a entrar água na ilha”. Observa-se que esses elementos possuem significados que provavelmente se distinguem daqueles pensados quando inseridos nesse território, demonstrando uma apropriação e uma resignificação desses elementos após a inclusão em um contexto específico. A retirada desses elementos da paisagem provavelmente afetaria as formas de orientação construídas nessa relação de Antônio com o ambiente e demandaria uma reorganização no imaginário e no discurso dos elementos que orientam a representação e dão sentido a esse espaço.

As pedras também são elementos importantes nessa paisagem, especialmente por serem compreendidas como elementos de “proteção das ilhas” e, conseqüentemente, importantes para a manutenção desse território. Elas possibilitam a manutenção e a expansão das ilhas, por protegerem essas terras da força da correnteza. De toda forma, as pedras, os arredores de ilhas e as correntezas indicam, principalmente, os lugares onde se concentram os pontos de pesca. Lugares que possibilitam maior ou menor presença de espécies específicas de peixes, explorados a partir das demandas, motivações e desejos do próprio sujeito.

Alguns lugares, como os “remansos” e as “correntezas”, são importantes pontos de pesca. No remanso, o pescador “pega espécie diferenciada” como a Pacumã e o Dourado. “Espécies que vão ali pra descansar e capturar sua presa”, que gostam de lugares profundos. É um lugar de água mansa. As correntezas, representadas pela tonalidade de azul mais escuro na Ilustração 1, são locais perigosos para navegar, que exigem maior atenção de Antônio. Mas, são lugares que favorecem a pesca de espécies importantes, como os variados tipos de “cascudo”, que é preferido por ele tanto para o comércio quanto para a produção da tradicional moqueca. O Quadro 7 sintetiza algumas percepções de Antônio em relação aos peixes encontrados no rio, os locais mais apropriados e o tipo de pesca empregado.

Quadro 7 - Percepção de Antônio em relação às espécies de peixes mais comuns, hábitos e formas de captura dos pescados

Ponto de pesca	Características do local	Espécies de peixes encontradas	Tipo de pesca utilizado
1	“Beira de ilha”	Traíra, Tilápia, Tucunaré, Pacumã e Cascudo-viola	Tarrafa de arrasto e rede armada
2	“Correnteza”	Cascudo viola, Cascudo lage, Cascudo cari e Piau branco	Tarrafa lançada e rede armada
3	“Beira de ilha”	Cascudo viola, Pacumã, Tilápia	Tarrafa de arrasto e rede armada
4	“Beira de ilha”	Cascudo viola, Pacumã, Tilápia	Tarrafa lançada e rede armada
5	“Beira de ilha”	Cascudo viola, Pacumã, Tilápia	Tarrafa lançada e rede armada
6	“Correnteza” e “lage”	Cascudo viola, Tilápia e Piau branco	Tarrafa lançada e rede armada
7	“Beira de ilha”	Tilápia	Tarrafa lançada e rede armada
8	“Boca do córrego”	Todo tipo de peixe	Tarrafa de arrasto e rede armada
9	“Correnteza”	Tilápia	Tarrafa lançada e rede armada
10	“Remanso”	Tilápia, Piau vermelho e Dourado	Tarrafa lançada e rede armada
11	“Remanso”	Tilápia, Piau vermelho e Dourado	Tarrafa lançada e rede armada

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Compreender o rio e seus movimentos implica, necessariamente, na adoção de habilidades específicas para a convivência com esse recurso. Algumas pedras, como as “lages”, um tipo de pedra mais lisa, escorregadia, apesar de serem locais importantes para a pesca de algumas espécies, são lugares perigosos que exigem cuidado e bastante atenção ao transitar por elas.

Para além de todos os elementos e significados atribuídos que compõem o “todo coerente”, outro marcador importante na representação que Antônio faz do seu território é a cor utilizada para representar a ilha que ele detém a posse. A cor marrom representa a nova condição ambiental do seu território, tomado em parte pelos rejeitos de minério após o rompimento da barragem da Samarco em 2015. Todavia, mais do que a simples diferenciação dos outros elementos, esse marcador, neste contexto, merece destaque por estar vinculado a um esforço individual de constante retorno ao passado para representar e diferenciar a condição da terra, mas também a sua própria condição no presente. Recorrentemente são acionadas lembranças de uma temporalidade que antecede a ruptura dessa relação sujeito/território ocorrida com a chegada dos rejeitos. Ocorre o retorno ao conjunto de lembranças da esfera do vivido e do percebido, que não fazem mais parte da sua rotina nem do seu cotidiano, como forma de reivindicar processos futuros. No que tange a essa divisão de temporalidades, Le Goff (1990), afirma que a percepção e a divisão do tempo em antes e depois não se restringe ou se limita à oposição passado/presente, pois envolve uma terceira dimensão, a do futuro. E, nesse sentido, percebe-se que a memória acionada por Antônio exerce importante papel, ao recriar, no presente, uma relação que de fato só existe na memória, mas que está intimamente associada às dimensões políticas que enovelam o futuro desse sujeito.

A memória é também um “instrumento e um objeto de poder” (LE GOFF, 1990, p. 410). Nesse sentido, a representação territorial feita por Antônio, a partir do acionamento de memórias do passado, visa trazer para o presente a existência de um território, mas como necessidade de reafirmação da ligação, do pertencimento e da relação com o lugar. Condições que se relacionam com a necessidade de reforço e de uso dessas condições socioculturais como instrumentos políticos que necessariamente serão utilizados para influenciar a disputa pelo reconhecimento e pela inclusão desse(s) sujeito(s) no processo de “gestão do desastre”, como será mostrado adiante.

3.7 Entre margens e rejeitos: as fraturas ambientais e os efeitos sociais do desastre

O dia cinco de novembro de 2015 ficou marcado na memória e nos corpos de diversas pessoas atingidas ao longo da bacia do rio Doce, quando ocorreu o rompimento da barragem da mineradora Samarco, em Mariana, Minas Gerais. A lama tóxica desceu pelo rio atingindo diversas e múltiplas pessoas, em sua maioria ribeirinhos que viviam nas margens dos rios contaminados, deles extraíam seu sustento e com eles construíam modos de vida singulares. A

lama de rejeitos chegou ao município de Galileia doze dias após o rompimento da barragem. Doze longos dias de angústias, de ansiedade e de incertezas, pois não se tinha dimensão do tamanho da devastação que atingiria as pessoas na porção média do rio, como não se tem até hoje.

[...] Eu fui lá na ilha, olhei [...] Rapaz, saí de lá até chorando, vendo aqueles peixes morrendo. [...] eu vou embora pro mato, vou ficar aqui não! [...] fui embora pra lavra. Fiquei quieto pra lá uns quatro dias. Voltei, fui lá na beira do rio... Nossa Senhora! Aquele catingão, aquela água descendo, a água descendo, a lama virando, falei: acabou com tudo! O barro desceu, e ainda teimei e fui lá ainda, ainda acudi um pé de laranja”

O relato de Afonso, ilheiro atingido, representa com detalhes o sofrimento causado a uma família que vivia entre as águas do rio e nele encontrava as condições materiais e imateriais para a sua existência, e evidencia o sentimento gerado pelas perdas materiais ao ver *in loco* a nova condição ambiental encontrada. As mortes dos peixes e outros seres que habitavam esse ecossistema são cenas que sempre surgem no discurso dessas pessoas quando acionada a memória desse trágico dia. Para os sujeitos que habitavam as ilhas, a cheia do rio e o encobrimento desse território pela lama de rejeitos também são memórias acionadas na representação das marcas dessa tragédia devastadora. Ao mesmo tempo, o relato de Afonso desvela a reação de uma pessoa angustiada diante do contexto de ruptura instaurada com a chegada dos rejeitos, de uma pessoa atingida que resolveu se refugiar para suportar o luto, a perda, e depois retornar ao cenário de destruição para mensurar o tamanho da catástrofe em sua vida. Essa foi a reação de Afonso, mas as reações são diversas, pois são várias as formas de afetações que fazem com que os indivíduos adotem diferentes formas de agir diante da catástrofe.

Esses casos experimentados e narrados pelas pessoas atingidas representam como um desastre dessa magnitude, ao instaurar um novo cenário socioambiental antes de vida e agora de devastação, desestrutura e desorganiza todas as esferas da vida das pessoas atingidas, desde as formas de se relacionar com o meio que historicamente os constituiu como ribeirinhos, ilheiros, pescadores, até as formas organizativas sociais, econômicas e culturais dessas coletividades. Não há possibilidade de retorno à situação anteriormente existente, são “acontecimentos coletivos trágicos nos quais há perdas e danos súbitos e involuntários que desorganizam, de forma multidimensional e severa as rotinas de vida (por vezes, o modo de vida) de uma dada coletividade” (ZHOURI, 2016, p. 37). Esses desastres instituem uma nova condição socioambiental e geram consequências traumáticas e violentas para os sujeitos atingidos. A seguir, serão abordadas as afetações ocasionadas aos ilheiros.

3.8 Sem ilha, sem rio e sem peixes: percepções da devastação socioambiental

Os impactos ambientais após a chegada dos rejeitos de minério sobre os territórios são variados e de diversas dimensões. A compreensão desses impactos na base material fornece os elementos para o entendimento das implicações socioculturais para as pessoas atingidas, posto que a territorialidade ilheira se dá a partir da relação com os recursos naturais devastados. A lama de rejeitos chegou ao território ilheiro pelas águas do rio, após percorrerem diversos quilômetros desde o epicentro do desastre, contaminando águas e solos, devastando toda a vida biológica existente nesse trajeto, recursos naturais que ofereciam e garantiam as condições materiais para a reprodução socioeconômica e cultural de grupos sociais.

Os relatos das pessoas atingidas indicam que a chegada dos rejeitos alterou de forma importante as propriedades e a qualidade do rio e dos solos. Em função disso, diversas espécies de peixes foram dizimadas devido à ausência de condições mínimas para sua sobrevivência. Além dos peixes, morreram os animais que consumiram a água do rio naqueles dias iniciais de contaminação. A morte de animais silvestres, como as capivaras, é bastante lembrada pelas pessoas atingidas, mortes que se apresentam “apenas” como parte dessa destruição.

A contaminação das águas não permitia mais a sobrevivência nem a reprodução dos peixes. Nos primeiros anos após o desastre, não foi possível pescar devido à redução acentuada dos cardumes, aliada ao medo da contaminação da água e dos pescados que assombrava as pessoas. Ao longo dos anos, espécies de peixes tão comuns, como a tilápia, dificilmente eram vistas e, quando encontradas, apresentavam mudanças das características comuns apreendidas pelos pescadores ao longo dos anos, que as tornaram quase irreconhecíveis, como as alterações no tamanho, nos olhos e na pele. Afonso sugere que essa modificação deve-se a algum contaminante presente na água, associando-a à existência de um “hormônio” contido no rejeito: “Com esse barro, desceu um hormônio muito forte, eu nunca vi tilápia do tamanho que tá dando, eu nunca vi, eu pesco no rio desde menino, eu nunca vi [...]”. Além da modificação das características físicas, os pescadores perceberam a mudança no hábito de outras espécies, como a Curimatã, que habitava a parte mais profunda do rio e se deleitava nas areias que se assentavam no fundo, comportamento que não é mais percebido.

[...] No rio Doce, os peixes que tinham antigamente, de 100%, 40% tem eles agora. Não tá tendo quase nada. Igual cascudo que a gente pega muito, pacumã [...] Tem, mas é pouco. Antigamente a gente pescava cascudão, bonito, grandão, agora não pega

mais peixe grande, pega menor. Peixe como curimba... Você chegava no canalão, se não acertasse três, quatro... Já peguei curimba de 16 kg. Piau é raro pegar piau no rio Doce. O que tá dando mais é um peixe que parece que não morre, que Deus me perdoe falar, é piranha [...] é piranha pura. Agora tá dando mais tilápia também. É piranha e tilápia. Antigamente o que tinha muito era o cascudo que era bom de venda (ARNALDO).

Ao instaurar o desequilíbrio ecológico nos ecossistemas, a lama de rejeitos possibilitou a maior reprodução de espécies agressivas e predadoras, que não possuem valor comercial, como as piranhas. Os relatos dos pescadores evidenciam a presença e a ausência das espécies que habitavam o rio, evidenciado a predominância dessas espécies sem valor comercial. Esse fenômeno é percebido pela observação e pela prática. Alguns pescadores que se aventuram no rio Doce, guardam imagens das redes de pescas cortadas, dos peixes presos e abocanhados, entre outros exemplos que ajudam a evidenciar esse novo contexto. Antônio recorda do dia em que conseguiu pegar um Dourado com a mão, na margem do rio, espécie que, comumente exige esforço elevado daqueles que tentam capturá-los, afirmando que “ele estava bobo”.

Com a avalanche de rejeitos, o nível do rio se elevou, aumentando o cenário de destruição. Matas ciliares foram devastadas nos locais onde o rio ultrapassou a sua margem comum de inundação e os rejeitos adentram em várias ilhas, alastrando o cenário de destruição sobre o território ilheiro. Como afirmado anteriormente, cada ilha possui sua singularidade em termos de forma e tamanho, com partes mais ou menos elevadas e susceptíveis às inundações do rio. Algumas ilhas foram tomadas por completo, ocasionando impactos negativos em todas as unidades produtivas. Naquelas ilhas mais altas, os rejeitos adentraram nas partes mais baixas, causando alterações em ambientes produtivos específicos.

As consequências ambientais e agrícolas imediatas foram a morte dos variados tipos de cultivos presentes nesse ambiente. Marinês recorda o saldo da tragédia dos cultivos que tinha nas ilhas durante a passagem da lama de rejeitos e que, por isso, não pode realizar a colheita: “na época, tinha 16 pés de coco, sobrou só um pra nós. Tinha mandioca, banana, mas agora não tem mais nada não”. Afonso também recorda desse trágico dia, pois “Quando desceu aquele barro, já tava produzindo laranja, coco, morreu tudo [...] O barro tombou tudo, era coco anão, tava tudo miudinho, soltando cachinho, aí acabou com tudo”. A lama de rejeitos adentrou nas ilhas devastando tudo que nelas existia. Na chegada dos rejeitos, outras importantes perdas materiais ocorreram, como os equipamentos utilizados para irrigação que foram soterrados, barracos que foram levados e ferramentas que foram perdidas, elevando os prejuízos ocasionados para as pessoas atingidas, como evidenciado por Afonso:

[...] Lá eu tinha um barraquinho de madeira, aí deu aquele trem, apodreceu tudo, levou tudo embora. Aí não mexi mais não, deixei tudo pra lá, meus canos tá tudo dentro do chão cheio de barro.

Embora as ilhas não apresentem uniformidade nas suas formas, em todas elas ficaram registradas as marcas da passagem da lama, que ficarão presentes por longos anos (Fotografia 3). Essas marcas são representadas pela formação de camadas de rejeitos que variam em espessura, como narrado e mostrado por Antônio: “tem parte que acumulou 30 cm, tem parte que acumulou 60 cm porque o barro veio e, nele ficar parado, a água pesada ficou parada dentro da ilha”.

Fotografia 3 - Solo de uma ilha, com blocos da camada de rejeito “seca” que impossibilitam o cultivo das áreas



Fonte: Do autor, 2020.

As atividades produtivas nas ilhas foram reduzidas quase em sua totalidade, especialmente por conta dessa nova condição ecológica. Mas, algumas pessoas tentaram retomar essas atividades produtivas, não obtendo o mesmo retorno de antes devido às condições da terra.

[...] A primeira plantação depois dessa coisa aí, plantamos feijão, você precisava ver, você pegava a vagem assim, não tinha nada. Então agora não tem é mais nada. As plantas aqui não saem mais, a gente deixou de plantar” (MARINÊS).

O relato de Marinês expressa que o principal recurso, a terra, não fornece mais as condições básicas para a continuidade do trabalho. Essa condição faz emergir, nas pessoas atingidas, a sensação de “ponto final”, a instituição de uma nova condição que jamais voltará

ao estado anterior, como afirma Afonso: “esse barro acabou com nós, acabou e vou te falar com você uma coisa, nós não precisa pensar que vai voltar o que era antes, que não volta não”. Como afirmado anteriormente, essa sensação de “ponto final” se deu após algumas tentativas frustradas de retorno das atividades produtivas.

A tentativa de retorno revela outro fato relevante da mudança abrupta na vida das pessoas, pois a chegada dos rejeitos impôs a necessidade de aprender a conviver com uma nova condição ecológica nunca experimentada. A necessidade de reorganizar as formas tradicionais de uso da terra para se adaptar ao novo contexto. Para Marinês “a terra já não é igual porque a terra da ilha é macia, e agora não tá do jeito que era mais”. A terra está em constante modificação e altera sua condição física em função das mudanças do tempo, criando condições opostas a depender das estações do ano. A ausência de “maciez” da terra, apresentada por Marinês, é explicada de outra forma, através da experiência que Antônio adquiriu ao lidar com o “barro”: “o barro colava um no outro [na época da chuva] e rachava na época da seca”. Essas condições, que variam com as estações do ano, indicam uma imensa complexidade para realizar o manejo da terra, que pode ser plástica na época das águas ou rígida na época seca.

[...] Engraçado, na frente da minha ilha, na frente da bananeira minha, aquele trem você olha assim, corre a enxada assim, põe a enxada tá úmido, pensa que tá bom. Rapaz, capina pra você ver, se capinar acabou. Suja a mão da gente, se bater sai aquele pó [...] se tirar o mato ela resseca. Quando não tinha esse problema aí, você podia capinar ao contrário que ficava a mesma coisa dela alí, agora não tem mais (RICARDO).

O manejo da terra, algo tão comum na vida dos lavradores, tornou-se tarefa difícil, exigindo uma possível reconfiguração das práticas de trabalho, adquiridas através do conhecimento dessa nova dinâmica da terra devastada. Fez-se necessário reconfigurar práticas laborais a partir do aprendizado gerado nesse novo contexto de destruição. E, assim, Afonso explica a forma encontrada para manejar essa terra e fazer com que fosse possível realizar algum cultivo nas ilhas:

[...] Tem que plantar lá embaixo, passa aquele solo brabo que ficou, a gente planta lá em baixo, aí ela vive. Quando vai lá embaixo, aí chega em cima ela [...] Aí a banana, na hora que chega naquele solo de cima, no barro, começa a amarelar as folhas, e começa a morrer” (AFONSO).

[...] Você planta a banana, dez muda de banana aí fala: só Jesus Cristo agora! Umas escapa e outras não. Plantei bananeira lá, plantei umas pratas lá, depois plantei trinta cova, olha pra você ver, só tem uma carreira assim. Morreu. Tudo morre” (RICARDO).

Portanto, somente compreender a nova dinâmica da terra e experimentar novas práticas não foram suficientes para garantir o sucesso da lavoura. A realidade é que, após a chegada dos rejeitos, o trato com a terra foi inviabilizado em quase sua totalidade, mesmo após as várias e diversas tentativas de tentar trazer a vida de volta. Vários indivíduos se arriscaram ao entrar em contato com os blocos de rejeitos para retirá-los dos locais onde houve maior concentração, buscando proporcionar condições favoráveis para que as plantas pudessem desenvolver. Mas, as tentativas se apresentaram insuficientes. Além disso, a água contaminada não pode ser usada para a irrigação dos cultivos.

Por fim, destaca-se que os impactos ambientais percebidos e relatados por essas pessoas não estão relacionados somente aos efeitos imediatos nos primeiros dias após a chegada dos rejeitos. O ano de 2020 foi marcado por fortes chuvas, que ocasionaram grande cheia do rio Doce, gerando novos efeitos que entrelaçaram as dinâmicas próprias do rio e os impactos instituídos com o desastre. Os relatos das pessoas atingidas evidenciam que a cheia ocasionada foi completamente diferente, pois trouxe, além das costumeiras terra e areia, mais rejeitos para as ilhas. Em outras ilhas, a areia trazida pelo rio encobria os rejeitos acumulados anteriormente, criando camadas de solos inférteis e impróprios para uso, cenário ecológico de difícil compreensão para seu manejo.

A cada nova chuva, o desastre se renova para essas pessoas através de indicadores como a mudança na qualidade da água que chega ao rio e dele até as ilhas, em função do revolvimento dos materiais depositados no fundo do rio. Impera entre elas, a sensação de que os rejeitos acumulados no fundo do rio são liberados em maior volume durante as chuvas e enchentes, ocasionando novas ondas de contaminação. Arnaldo expressa grande preocupação sobre o tempo que essa condição perdurará, ao fazer comparações sobre a qualidade da água, antes de qualidade, agora “pesada, forte”.

[...] Olha, o rio Doce tá ali, a água tá clarinha. Dá uma enchente, uma chuva qualquer, essa água amarela, água pesada, água forte [...] Então, não é a mesma água de antigamente. O minério, os trem tá tudo no fundo, gente. Vem a chuva e revira tudo de novo, volta de novo. Não é como antigamente. Olha nas bordas de ilha, agora que a água tá rasa, em volta das ilhas o tanto de minério que tem, é muito minério. A inhaca do barro [...] tem muita coisa. Não acaba assim, esse trem não vai acabar assim.

Portanto, esse contexto revela a continuidade de um desastre que não se encerrou no dia do “evento” ou nos anos seguintes, pelo contrário, continua gerando efeitos e agravando a situação de vulnerabilidade das pessoas atingidas em função desse prolongamento no tempo e no espaço, mesmo após passados cinco longos anos após a sua ocorrência.

3.9 Sobre a pauperização das pessoas atingidas: os efeitos socioeconômicos do desastre

Os efeitos sociais da devastação da base material abrangem as diversas esferas da vida das pessoas atingidas e geram consequências que, praticamente, inviabilizam a continuidade da vida no território, principalmente devido ao aumento da vulnerabilidade socioeconômica das pessoas submetidas a essa nova realidade. O trabalho nas ilhas e no rio garantia a geração de renda monetária e não monetária, e provia os alimentos necessários para o sustento dos núcleos familiares. A impossibilidade da continuidade dessas práticas afeta de forma violenta a dimensão econômica das famílias. A fala emocionada de Afonso expressa bem o sentimento que impera entre essas pessoas atingidas, pois para ele: “acabou foi tudo [...] quer dizer, ficamos sem a ilha, das coisas que saía de lá, que a gente tirava...”.

A impossibilidade de exercer o trabalho no rio e de tornar as ilhas espaços produtivos desencadeia um processo de pauperização e de insuficiência alimentar dessas pessoas, ocasionando o aprofundamento de uma condição de vulnerabilidade histórica do trabalhador rural. Era do rio e das ilhas que vinham os bens que seriam comercializados, consumidos, inseridos nos círculos de trocas e de doações. Os pescados, como evidenciado alhures, tinham importância considerável na composição da renda do núcleo familiar daqueles pescadores/lavradores. Aricélia reflete sobre a condição de pauperização e de instituição de dívidas ocorridas nesse novo contexto:

[...] Hoje eu tô endividada, quando a gente tinha a ilha e vendia verdura, pescava todo dia e nós podia vender, nós não ficava endividado não. Hoje, eu tô endividada. Hoje, o que a gente ganha não dá pra pagar todo mundo no dia certo, tem que dividir um pouquinho pra um, um pouquinho pra outro.

Para os sujeitos que mantinham outras atividades de complementação de renda, especialmente na elaboração de instrumentos utilizados na cadeia da pesca, o impacto também foi devastador. As redes, as tarrafas, as varas de pesca e os outros instrumentos antes comercializados agora formam amontoados em cômodos das casas, pois não existe mais comercialização, não há vazão para a quantidade de instrumentos construídos. E, aqui cabe uma breve reflexão, pois, além dos efeitos econômicos, essa realidade desencadeia um outro processo de ordem cultural. Há poucos indivíduos que dominam a técnica, o saber-fazer desses instrumentos e a impossibilidade de comercialização gera falta de motivação para a continuidade da prática, o que se refletirá na reprodução desse saber a longo prazo.

Era das ilhas que vinham os alimentos para o abastecimento familiar, como enfatizado por Afonso: “vinha uma mandioca, uma banana, vinha uma laranjinha [...] abóbora, melancia, amendoim. Rapaz, de tudo a gente plantava um pouco pra gente ter pros filhos, pros netos [...]”. A fartura e a autossuficiência geradas pelo suor do próprio trabalho não fazem mais parte da realidade. A rotina agora é de escassez, de privações e de insegurança alimentar e nutricional. O sentimento de impotência diante dessa nova condição de vulnerabilidade é o que impera entre essas pessoas, pois “Tudo que é consumido em casa precisa ser comprado” (AFONSO). Nesse contexto de pauperização, as pequenas hortas nos quintais de algumas casas são espaços que acabam assumindo maior importância para os núcleos familiares, pois garantem o mínimo de alimento necessário para o consumo da família.

Além da impossibilidade de gerar renda por meio das atividades nas ilhas e no rio, o desastre trouxe, para algumas famílias, a necessidade de buscar outros meios visando garantir o trabalho com animais, porém, gerando um custo anteriormente inexistente. Alguns poucos lavradores também mantinham alguns animais nas ilhas, especialmente mulas e vacas, que eram utilizadas em serviços fora das ilhas, no caso das mulas, e para o fornecimento de leite, no caso das vacas. Após a chegada dos rejeitos, esses sujeitos, no intuito de garantir a continuidade do trabalho, retiraram os animais das ilhas, conduzindo-os para outras terras, por meio da prática do “aluguel de pasto”. Essa prática gerou consequências econômicas importantes, visto que é uma ação que depende de pagamento de valores para um terceiro, o dono do terreno, e gera um dispêndio de recursos financeiros que não fazia parte das contas mensais dessas famílias. Pagar pasto para os animais se alimentarem tornou a atividade de criação animal uma prática onerosa.

Os efeitos negativos gerados para a economia familiar são de difícil reversão, pois dependem de um retorno à uma normalidade que, como enfatizado por diversas pessoas atingidas, levará muito tempo para que ocorra, ou não ocorrerá. Após a chegada dos rejeitos, além da dificuldade de produzir, os poucos peixes e alimentos que saem do rio ou das ilhas dificilmente serão comercializados na cidade. Quem se arrisca a pescar, por necessidade, não consegue comercializar os pescados, pois todos estão marcados pelo estigma da contaminação. Paira sobre esses pescados, e se estende também para qualquer produto oriundo das ilhas, grande dúvida sobre a qualidade, quais tipos e níveis de contaminação, bem como os efeitos nos seres humanos a curto, médio e longo prazo quando os peixes são consumidos.

[...] Hoje, as coisas ficaram difíceis mesmo porque, antigamente, você pescava e vendia. Hoje, quem compra é quem não tem amor à vida mesmo. Porque você ir lá pescar, as pessoas não querem nem saber de comprar. Se você ver uma pessoa falar que come peixe do rio, pode saber que essa pessoa vai lá e pesca mesmo, comprar ninguém compra não. Ficou mais difícil a vida (ARICÉLIA).

O principal local de comercialização desses produtos era o município de Galileia, para as pessoas que residem nesse pequeno município. Em um momento de reflexão sobre a atual situação, Ricardo questiona: “se voltar a plantar, quem vai comprar? Ninguém compra mais nada do rio Doce...”. Embora a reflexão seja feita por uma pessoa atingida desse pequeno município, esse é um questionamento que certamente ecoaria em todos os municípios atingidos, posto que essa é a realidade de toda extensão do rio contaminada pelos rejeitos, para todos os sujeitos que dependiam das atividades da pesca e do cultivo para a sobrevivência.

[...] Tempo atrás aí, o pessoal tava pescando. Falaram, vamos pescar? Falei, mexo com rio mais não. Não tem jeito de pescar mais. Se pescar, vai pegar peixe pra quê? Eu, consumir é arriscado, vender pros outros é arriscado. Se eu tô vendo que tá fazendo mal pros outros, pra quê eu vou pegar e vender pra você? Não vou pegar ele não (ARNALDO).

A situação de vulnerabilidade impõe uma condição de risco perante o novo cenário de restrição econômica. Algumas pessoas atingidas, por pura necessidade, se arriscam nas águas do rio em busca de alguns pescados para complementar a alimentação. Pessoas que precisam enfrentar o medo e conviver com a incerteza em relação a sua qualidade. Para as famílias que se arriscam a comer o peixe, a motivação é somente a necessidade. Porém, o consumo dos peixes não é feito de forma tranquila e sem preocupação com o futuro. Mas, como a sensação é de que a situação atual se apresenta como um fim e que não existe alternativas para superá-la, o efeito na saúde ocasionado pelo consumo do peixe não será maior do que os efeitos da situação presente experimentados por essas pessoas.

[...] E se comer esse peixe o que vai acontecer? Eu já comi pra lá [...] Vou morrer mesmo. Água nós busca da mina. O cardiologista falou: não come, mais pra frente vai provocar mal de Alzheimer, vai provocar esse problema no pulmão, nos rins [...] Eu já estou com isso tudo mesmo. Você sabe o que acontece? (ANA)

Atrás das palavras de Ana, se esconde um contexto de medo para além do consumo dos pescados, ao afirmar que “água nós busca da mina”. Situação que extrapola esse pequeno grupo e expande as afetações para grande parte da população Galileense. Além do medo de consumir o pescado, impera o medo de consumir a água distribuída pela Companhia de Abastecimento local, tendo em vista que a água é oriunda do rio Doce.

A gente compra água, não busco porque não consigo. A água não serve pra fazer comida, nem beber... As pessoas mesmo falam, você bebe? Se eu beber, daqui uns

cinco anos eu vou é morrer, eu já sou cheia de problema, aí vou é morrer. Compro minha água toda semana, compro na segunda e na sexta (ARICÉLIA).

Um número expressivo de pessoas que residem na cidade passou a consumir água de duas minas d'água cedidas por pessoas distintas. A primeira mina foi encanada de uma grande fazenda, distante do centro municipal, por alguns quilômetros, até chegar no local de abastecimento, na saída da cidade. Esse projeto de distribuição de água foi realizado por um padre da cidade que, comovido com a situação dos residentes, conseguiu recursos financeiros para essa pequena obra (Fotografia 4). A segunda mina se localiza na entrada de outra grande fazenda, um pouco mais distante da cidade, mas que não apresenta o mesmo sistema de distribuição da primeira. Quem não consome a água das minas, é obrigado a consumir água mineral, comprada de fornecedores locais.

Fotografia 4 - Pessoas atingidas buscando água encanada de uma fazenda



Fonte: Do autor, 2020.

Houve dois episódios recentes que geraram apreensão entre as pessoas que consomem essa água. O primeiro fato foi de um sujeito que arrancou as cercas que protegiam a primeira mina e expeliu excrementos humanos na fonte d'água. Posteriormente, ameaçou jogar veneno para “matar as pessoas que consumissem da água” conforme afirma Ricardo. Esse fato gerou importante impacto cidade, deixando as pessoas inseguras para consumir a água da companhia de abastecimento e, agora, com receio de consumir a água da primeira mina. Além disso, não querem se sujeitar às grandes filas que se formam em torno da segunda mina e à boa vontade

do fazendeiro, que pode cortar a água a qualquer momento. Para quem deseja ter outra fonte mais segura “é preciso pedalar uns 15 quilômetros até a pedreira de Santa Cruz da Galileia” como afirma Arnaldo.

É notório como os efeitos econômicos imediatos do desastre geraram consequências devastadoras na vida das pessoas atingidas, que variam desde a instituição de uma condição de vulnerabilidade econômica até a sujeição a processos sociais complexos. Os fatos narrados desvelam as dimensões do desastre que enovelam questões econômicas e a eminente construção de conflitos sociais futuros. Apontam para esse cenário de arrasamento da vida das pessoas submetidas a esse contexto de destruição ambiental e para a continuidade dessa condição de pauperização que tende a se agravar ano após ano.

3.10 As condições de uma vida incerta: os processos de mudanças sociais

Como detalhado na seção anterior, a morte dos peixes e a perda da qualidade da terra alterou substancialmente os meios de produção, que, ao fim e ao cabo, garantiam as condições econômicas para a sobrevivência das pessoas. Lavradores e pescadores abandonaram o trabalho na ilha e no rio após o insucesso dos cultivos plantados e a morte dos peixes ocasionados pela chegada da lama. Atualmente, as pessoas atingidas apresentam alto nível de desânimo, pois o que era alegria, como o trabalho nas ilhas, agora é tristeza e insucesso, como enfatizado por Afonso: “a gente plantava lá, rapaz, tinha prazer de ficar olhando a plantação lá”. Não existem condições materiais, meios de produção que garantam a continuidade do trabalho. Diante desse cenário, foi necessário reorganizar a vida e buscar alternativas para garantir a sobrevivência no território. E as formas de lidar com essas afetações, em termos de práticas adotadas, são diversificadas, por envolverem uma série de questões, especialmente, as possibilidades que são apresentadas para cada indivíduo.

A continuidade da vida no território exige habilidade de adaptação ao cenário de destruição por parte das pessoas atingidas e uma completa reorganização social após o luto. Para garantir o sustento da família, vários sujeitos passaram a buscar alternativas de trabalho, exercer outras funções laborais e de ocupação. Algumas pessoas atingidas, geralmente os chefes de famílias, que trabalhavam fora do ambiente estritamente rural, passaram a dedicar mais tempo para essas outras atividades não agrícolas. Por outro lado, as pessoas que destinavam a maior parte do tempo para o trabalho entre as águas e as ilhas, agora passaram a dedicar maior parte desse tempo para trabalhos fora desses ambientes. Era necessário se reinventar, buscar o

recurso financeiro fora desses ecossistemas para garantir o sustento das famílias e a permanência no território.

É certo que a economia municipal não possui estruturas que comportem a absorção da quantidade de pessoas atingidas agora deslocadas dos seus ofícios. E essa é uma realidade que passou a assombrar as pessoas atingidas, que agora são confrontadas com a necessidade de buscar alternativas econômicas que lhes garantam o sustento. Em um momento de reflexão sobre essas possibilidades de emprego, dona Rosana afirma que “o que tem em Galileia é a prefeitura ou a cerâmica”. As alternativas vislumbradas pelas pessoas são a contratação pelo executivo municipal ou pelas pequenas indústrias locais de cerâmicas onde, como enfatizado por outras pessoas, é feito um trabalho pesado, de sujeição a outros indivíduos, em comparação ao trabalho construído ao longo do tempo: “aqui eu era meu patrão, não tinha ninguém enchendo o saco” (Antônio). Para quem deseja continuar no território e não exercer tais funções, as outras opções estão na oferta de serviços, como faxina, para o caso das mulheres, ou a venda de dias para os fazendeiros da região, para os homens. Mas, em todas elas predominam a submissão a outros indivíduos e não mais a liberdade de construir o próprio trabalho.

[...] Ih, meu filho, a gente perdeu tudo. Eu mexia com a pescaria lá, eu pescava. E aí, o que acontece, eu plantava. Aquela força que eu tinha, até minha mulher me ajudava lá na ilha. Aquela força que eu tinha lá, eu não tenho mais porque acabou com tudo. Hoje eu vendo dia, trabalho pra um, trabalho pra outro, trabalho pra um, trabalho pra outro. E aquilo que a gente tinha pra poder fazer um dinheirinho, acabou! E vou te falar, a gente sofre mesmo. A minha mulher agora dá faxina na casa dou outros, na casa de um, na casa de outro, pra poder me ajudar um pouco. É complicado meu filho! Aquele ganho que tinha, não tem mais, acabou (OSVALDO).

Afonso, que dividia seu tempo entre as atividades nas ilhas e nas águas do rio, e as complementavam com a oferta de serviços de pedreiro, passou a buscar no trabalho externo, nas pequenas indústrias locais de cerâmica, a renda necessária para o sustento familiar. Após o desastre, passou alguns meses exercendo essa função, sem retornar ao rio e às ilhas, pela impossibilidade de continuidade do trabalho. Nesse ínterim, foi acometido por um problema de saúde que o impossibilitou de prosseguir com o trabalho. Buscou auxílio governamental, mas teve o pedido negado. A solução encontrada foi oferecer novamente os serviços de pedreiro, mas, como ele afirma, diante das poucas oportunidades que surgem, ninguém quer contratá-lo “por não ter mais agilidade e por estar velho”. Agora, vive dos poucos bicos que surgem esporadicamente.

Esses são alguns dos vários casos de pessoas atingidas que tiveram que mudar de ofício ou que ficaram desamparadas financeiramente em função do desastre. Robson utilizava a ilha

para garantir a reprodução e a alimentação de duas mulas, que eram utilizadas para exercer o ofício de carroceiro na cidade de Galiléia. Ele fazia o transporte da areia da beira do rio para os depósitos ou obras da cidade. Mas, com o desastre, a construção civil foi paralisada. Além disso, a própria areia fornecida por ele, extraída de um córrego da região, também era carregada de desconfiança em relação à qualidade, situação que prosseguiu por alguns bons meses. A solução para garantir o sustento foi pedir dinheiro emprestado para pessoas da cidade, dívida que aumenta a cada dia, e agora já não há garantias financeiras que lhe garanta um rápido pagamento. Para a juventude que projetava sonhos nesse lugar, a situação toma contornos importantes. Em um desses casos, Igor, jovem que auxiliava o pai na criação de alguns animais nas ilhas e era o responsável pela comercialização do leite na cidade, também enxerga seu futuro comprometido. Com a nova situação instaurada, o leite não é mais comercializado, devido à perda de valor, especialmente pelo fato do gado ser criado nas ilhas. Igor constantemente indaga sobre o que fazer na cidade.

Todos esses casos vivenciados e narrados pelas pessoas atingidas demonstram como o desastre solapou as possibilidades materiais de sobrevivência das pessoas no território. Mostram como o desastre se apresenta como evento/processo “totalizador” (OLIVER-SMITH, 1996) ao promover afetações nas diversas esferas da vida das famílias, que lidam com as consequências desses trágicos eventos. Instituiu uma nova condição social para essas pessoas, que passa pelo processo de subordinação, pela não detenção dos meios de produção necessários, pela sujeição às estruturas de poder local e, até mesmo, pela saída do território. E todas essas “possibilidades” arbitrarias são representadas pelas pessoas como algo contrário à sensação de liberdade, ao sentimento de ser dono da sua rotina, da sua vida, de poder fazer do trabalho algo prazeroso e assim ter uma boa vida, ainda que com pouco lucro, mas uma vida onde o valor se expressa em termos qualitativos e menos monetários.

3.11 Viver longe do rio e das redes de sociabilidades: o processo de desterritorialização dos ilheiros

Viver no rio alimentava os sonhos dessas pessoas, gerava satisfação e qualidade do trabalho e, principalmente, proporcionava o sentimento de pertencimento ao lugar. O rio e a ilha possibilitavam a continuidade de uma vida que, embora dura e com diversas restrições, extrapolava o significado meramente instrumental e de uso desses recursos. Era possível viver, no sentido mais íntimo do verbo.

[...] aqui não era fácil tirar um salário, mas a gente vivia. Quando cansado do trabalho, dava um mergulho no rio e voltava a capinar. No fim do dia, voltava com um peixinho e com verduras pra casa. A vida que era massa (ANTÔNIO).

[...] A gente chegava no rio, eu chegava no rio, primeira coisa que eu fazia tirava a camisa pulava na água, dava umas braçadas pra lá e pra cá, voltava, entrava no caíque, ia pra lá trabalhar. E agora quem disse que eu faço isso mais?” (AFONSO)

Afonso também lembra como era prazeroso fazer a travessia e mergulhar nas águas do rio antes de iniciar o trabalho pesado da ilha. Essas narrativas trazem à tona que não existia uma separação clara entre descansar no rio e trabalhar nele ou na ilha, essas duas ações se conjugavam durante os dias e conformavam essa relação singular sujeitos-rio-ilha. Como afirma Godói (2014b), são situações em que não é possível dissociar essas pessoas e seus espaços de vida, os dois se entrelaçam, falar de um é se referir ao outro, e que é nessa relação em que se expressa o sentimento de pertencimento ao lugar.

Nesse sentido, os relatos evidenciam, ao enfatizarem que “agora não tem mais”, um sentimento que impera entre essas pessoas, mesmo após o longo tempo de ocorrência do “evento” do desastre, esse distanciamento das pessoas e seu território de referência. A restrição de uso e as mudanças na forma de apropriação, ocasionados pela chegada dos rejeitos, produzem uma nova condição de relação entre sujeitos e territórios conformada pelo distanciamento, de ruptura e deslocamento desses sujeitos e seus elementos de referência. Não existem novas ações, práticas, mudanças de rotina que possam substituir essa relação sujeito-território construída cotidianamente por longos anos. Esse distanciamento é sentido e percebido por essas pessoas, que agora veem o rio como algo estranho, pouco familiar, pouco íntimo, algo presente apenas no imaginário, como resumido de forma objetiva por Antônio, ao afirmar que “o rio Doce só existe simbolicamente pra nós [...]”.

[...] Acabou com tudo, antigamente, essa hora, vou te falar [...] Você chegava na beira do rio, via aquele tanto de caíque, subindo pra riba, aquele tanto de gente pescando [...] agora acabou foi tudo. O que tinha de gente nesse rio, de pescador que é pescador mesmo, acabou foi tudo. Batia três horas, três e meia, mais ou menos, ih meu filho, o rio era cheio de pescador [...] pescador já procurava seu lugar pra armar a rede. (ARNALDO)

O rio Doce era lugar de lazer, de descanso, de encontros e reencontros, de sociabilidades. Dimensões imateriais que proporcionavam diversão, descanso, afetividades para todo o núcleo familiar, e redes de sociabilidades. O sentimento de distanciamento, tão presente nessas pessoas, desperta preocupações quando são consideradas as possibilidades futuras, especialmente para as crianças que habitam o território. Impera o receio de aproximar as crianças do rio, de estabelecer algum contato com a água, por insegurança em relação aos

possíveis efeitos provocados à saúde a curto, médio e longo prazo. Predomina a preocupação com os efeitos dessa ruptura abrupta para as pessoas que precisam crescer e viver por longos anos no território. Certamente, a vida será completamente diferente daquela dos pais, na dimensão da relação com o rio. Aricélia, lembra como a sua rotina, agora presente apenas na memória, possibilitava o lazer das crianças pela relação estabelecida com o rio:

[...] Eu chegava 11 horas do serviço, que eu trabalhava à noite, aí os meninos chegavam da escola, a gente almoçava e partia pra ilha. Às vezes até dormia na ilha. Hoje você não pode levar mais menino no rio, não pode fazer mais nada. Se eles tomam um banho de rio sai todo se coçando. Acabou foi tudo (ARICÉLIA).

A impossibilidade de uso do rio acarreta em importante ruptura dos laços afetivos e das redes de sociabilidades que davam sentido à territorialidade desses sujeitos. Relações de parentesco e de vizinhança, que tornavam o território lugar de lazer, de reprodução de vínculos afetivos, de encontros e de festejos.

[...] Hoje em dia, seu Armando tá lá pro lado do baixo, ninguém vê mais ele [...] iiih, vez ou outra o cunhado vem aí ver a ilha. Não é mais aquela coisa mais, que a gente tomava banho, fazia churrasco [...] não tem mais aquelas coisas, a gente até fazia festa junina. Juntava o nosso pessoal, o pessoal dele, juntava com os nossos e a gente fazia a festa junina na ilha. Hoje a gente não faz mais nada disso [...] (ARICÉLIA).

[...] A gente ia na sexta, no sábado, no domingo, ficava o dia inteiro na ilha. Agora acabou foi tudo! Era gostoso demais, nós saía daqui, era gostoso demais. Esse meu irmão que tá aí, morava aqui em cima. Ele chegava e falava: vamos pra ilha? Ele chegava lá, montava a barraca na moita do bambú, ficava lá [...] iiih, batia papo, pocava pro rio a fora e voltava à noite [...] A melhor coisa que tem é o rio Doce, a água, tinha trem melhor do que isso não (ARNALDO).

Todas essas dimensões relacionadas à impossibilidade de acesso ao rio e de impossibilidade de continuidade da vida tal como ela era antes do desastre, revelam, em seu âmago, a clara impossibilidade de ter efetivo controle sobre o seu território ocasionado por um processo socioambiental abrupto. Há, nesse contexto, um evidente processo de desterritorialização das pessoas atingidas. A desterritorialização é aqui “relacionada a processos de exclusão e expropriação em relação a grupos, populações, povos impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus espaços de vida e trabalho, isto é, seus territórios.” (GODOI, 2014b, p. 448). O processo de desterritorialização aqui descrito não significa a efetiva saída do lugar que, necessariamente, implicaria o desdobramento de um outro processo correspondente, a concomitante reterritorialização (GODOI, 2014a; HAESBAERT, 2004). Nos processos de des-reterritorialização, onde há a perda sócio-espacial, *locus* da apropriação material e simbólica, tais indivíduos engendram novas tramas sócio-espaciais,

apropriando-se de outros lugares mediante novos laços sociais, permitindo-os se reterritorializarem. No cerne do processo aqui descrito, não há acesso, uso e controle do espaço considerado essencial para a reprodução física e social dos ilheiros, onde as tramas da vida estavam a desenvolver.

A desterritorialização implica, de forma profunda, na impossibilidade de construção de projetos futuros que possam considerar a relação com o rio. As pessoas atingidas passam a conviver com a insegurança, as incertezas e as frustrações de terem seus projetos de vida destruídos. Os projetos e sonhos que foram construídos ao longo dos anos, sob muito esforço e privações, não são mais possíveis de serem alimentados. Agora, só restam lembrança e saudade de épocas passadas. Essas frustrações e afetações perpassam pelas subjetividades, pelas formas de relacionamento com o território, por cada plano destruído, por cada projeto soterrado pela lama de rejeitos.

Alguns projetos para desenvolver as ilhas partiam da construção de benfeitorias que fornecessem mais segurança para os trabalhos nesse local e possibilitassem maior conforto para os núcleos familiares em tempos de diversão. Ainda não existia energia elétrica nas ilhas, mas esse era o sonho de muitos ilheiros. Ter uma casa robusta, com energia elétrica era algo próximo da realidade, um sonho possível de ser realizado. Antes da chegada dos rejeitos, alguns ilheiros se preparavam para alcançá-lo. Afonso era um deles que, após anos de trabalho, se preparava para alcançar o objetivo de ter uma casa com energia elétrica, para que a família tivesse mais comodidade para desfrutar o lazer quando o trabalho não fosse o motivo de idas às ilhas: “tem tijolo comprado antes dessa enchente aí, pra fazer casa lá, eu tenho pedido até que eu já pedi luz pra ilha, pedi luz pra lá...”.

A ruptura com os projetos elaborados pelas pessoas atingidas durante muitos anos conforma um conjunto de danos ocasionados à essas pessoas que são da ordem do simbólico, perdas imateriais que são intangíveis numa apreensão meramente econômica. Talvez, por isso, algumas pessoas ainda se arriscam a navegar pelas águas do rio, por uma motivação que se relaciona à manutenção do vínculo com o território, com o rio, que é o que dá sentido à vida dessas pessoas. São danos que afetam os elementos estruturantes dessa cultura específica e que dificilmente serão substituídos ou mitigados. Por isso, a existência de constante sensação de um ponto final, de algo que jamais voltará à condição anterior. A incomensurabilidade desses danos é algo imperativo.

4. OS ILHEIROS COMO SUJEITOS DE DIREITOS E OS DISSENSOS EM TORNO DA POLÍTICA DAS AFETAÇÕES

O desastre na bacia do rio Doce afetou um número expressivo de pessoas que vivia nos territórios contaminados pela lama de rejeitos. Afetações que se estendem a todas as esferas da vida de cada sujeito e coletividade. Nas seções anteriores, foram descritas as dimensões socioambientais que atravessam as vidas dos ilheiros vítimas do desastre, especialmente as condições materiais e sociais que davam sentido à territorialidade dessa coletividade. Todavia, é mister destacar que as pessoas atingidas não foram submetidas “apenas” às rupturas socioambientais que afetam as formas de viver no território. Como consequência do desastre, no caso plasmado, houve a inclusão forçada dessas pessoas no enredo político, nas tecnologias, nos processos e nas burocracias instituídas no âmbito da “política das afetações”(ZHOURI et al., 2018) que conformam e orientam o processo de “reparação” dos danos causados pelas empresas mineradoras.

A emergência dos sujeitos atingidos na cena política é consequência importante da instituição da política das afetações, e determina, para essas pessoas, uma trajetória de reconhecimento, por si e pelos outros, dessa nova condição. O reconhecimento de si como pessoa atingida ou outra categoria correspondente e o reconhecimento pelos outros nos diversos contextos de encontros e de interações sociais. Busca-se entender esse processo a partir da noção de subjetivação política, apresentada por Didier Fassin (2008, p. 533) que a define como “o advento de sujeitos e subjetividades na cena política [por meio de instrumentos e expedientes] “que permitem que os indivíduos sejam descritos (pelos outros) e identificados (por si mesmos) na arena pública”. Ainda segundo Fassin (2008), falar de subjetivação política é atentar-se para a produção dos sujeitos e das subjetividades que ocorrem no seio das interações sociais e que possuem significados políticos. Teixeira (2018) entende que, em contexto de desastre, esse advento se dá por meio das diversas categorias, discursos e representações que são criados e utilizados para “identificar, circunscrever e classificar o público-alvo das medidas de reparação e compensação”. Nesse sentido, segundo a autora,

[...] proliferam formas particulares de identificação, interpretação, interpelação e gestão desses sujeitos: *impactado, afetado, atingido, vítima...*Tais categorias mobilizam, por sua vez, circuitos sociais específicos com seus respectivos códigos e equipamentos: técnico, jurídico, terapêutico, político-pedagógico” (TEIXEIRA, 2018, p. 85).

Como enfatizado por Zhouri *et al.* (2018), diante dos processos instituídos no âmbito da gestão do desastre, as pessoas atingidas são involuntariamente incluídas nesses circuitos e forçadas a objetivar seu sofrimento através de linguagens, de registros e de tempos que lhes são alheios. Dessa forma, os instrumentos e os processos burocráticos instituídos pela política das afetações tendem a promover o aprofundamento do sofrimento social das vítimas a partir da luta instituída entre a objetivação, imposta pela política com seus números e racionalidade técnica, e “a subjetivação política dos atores compulsoriamente colocados em contextos de disputas sobre o controle do seu próprio destino” (ZHOURI *et al.*, 2018, p. 18). Entende-se o sofrimento social como resultante “daquilo que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas e, reciprocamente, de como estas mesmas formas de poder influenciam as respostas aos problemas sociais” (KLEINMAN; DAS; LOCK, 1997, p. IX).

Não obstante a objetivação do sofrimento causado pela política instituída, sublinha-se que as pessoas atingidas também sofrem, além do deslocamento físico e material, um deslocamento social e cultural (ZHOURI *et al.*, 2018). Teixeira (2018), ao analisar as consequências da emergência de sujeitos e de subjetividades entre os moradores de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo, evidencia como esse processo intervém em pelo menos três domínios da experiência desses sujeitos: na rotina, em função da gestão do tempo que agora é atravessado pelas reuniões, audiências e assembleias. Interfere também nas narrativas, tendo em vista a necessidade de se adotar um novo regime de linguagens e de discursos necessários. E, por último, nas relações intersubjetivas e no controle expressivo sobre a apresentação de si, que se relacionam com a construção de novas identidades, os processos de estigmatização experimentados e os ajustamentos necessários a partir do deslocamento e da realocação compulsória dessas vítimas.

Destaca-se que o caso narrado por Teixeira (2018) se passa para as pessoas atingidas em contexto de realocação compulsória, pessoas que tinham no epicentro do desastre os territórios de vida e de trabalho. Todavia, esse caso auxilia na compreensão das interferências que se apresentam também para as pessoas atingidas distantes do epicentro que, embora não tenham sido submetidas ao processo de realocação, são obrigadas a conviver com as novas condições sociais que emergem concomitantemente à entrada desses atores na cena política.

Nas próximas seções, serão apresentadas as dimensões da “política das afetações” e a subjetivação política que se apresentam para os ilheiros em seus territórios nesse contexto de desastre. Serão apresentadas as nuances do tratamento institucional que é dado às particularidades de vida e de trabalho dos ilheiros, bem como as consequências desse novo enquadramento como sujeitos “atingidos” no seio comunitário e nos processos de interações

sociais. Serão descritos dois processos que se complementam: os dissensos em torno dos processos institucionais no percurso até as pessoas se tornarem “atingidas” e, em seguida, as consequências desse novo enquadramento, as dimensões sociais que passam a fazer parte dessa nova condição social de “atingido”, após a legitimação por terceiros, tendo como centralidade o sofrimento social das vítimas.

4.1 Aspectos da complexa “gestão” do desastre na bacia do rio Doce

Para entender as dimensões do sofrimento social das vítimas, faz-se necessário evidenciar a estrutura criada para a “gestão do desastre” para, assim, desvelar o cerne dessas questões vivenciadas pelas pessoas em seus territórios. Portanto, mais do que discutir as questões legais, importa compreender e detalhar os aspectos estruturais e os principais elementos normativos que conformam e orientam a política das afetações. Uma política que é forjada no seio de interesses múltiplos: das mineradoras responsáveis pelo desastre; dos agentes públicos estatais; das Instituições de Justiça que “representam” as pessoas atingidas; e das instituições criadas para fins de condução da reparação.

De saída, sublinha-se que os instrumentos normativos que orientam o processo de reparação na bacia do rio Doce são complexos, especialmente por envolver um conjunto de “acordos” celebrados entre as empresas causadoras (Vale, BHP, Samarco), os estados de Minas Gerais e Espírito Santo e as Instituições de Justiça, mais precisamente as Defensorias públicas dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, a Defensoria Pública da União, e os Ministérios Públicos Estadual e Federal. Cada “acordo” apresenta a sua singularidade em termos de composição dos atores que os subscrevem.

No bojo do conjunto de normativas, o primeiro grande ato, de caráter Interestadual, ocorreu em dois de março de 2016, pouco mais de quatro meses após o “evento” deflagrador do desastre. Na ocasião, foi assinado o Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC), comumente referenciado como o “acordão”. Segundo o Centro de Direitos Humanos e Empresas (HOMA), o TTAC tem como principal objetivo “dar celeridade” ao processo por meio da negociação extrajudicial, uma forma de mediação negociada em alternativa à judicialização (FIGUEIREDO, 2022). Característica marcante do instrumento foi a ausência do Ministério Público, da Defensoria Pública, da participação das pessoas atingidas e da consulta prévia, livre e esclarecida aos povos e comunidades tradicionais (DORNELAS et al., 2016). Ainda, segundo os autores, por meio do TTAC, foi criado o Comitê Interfederativo (CIF) que

atribuía ao poder público o objetivo de acompanhar e fiscalizar os trabalhos da Fundação Renova (FIGUEIREDO, 2022; DORNELAS et al., 2016).

Para a discussão que se segue, dentre as diversas premissas e diretrizes apresentadas no TTAC, uma delas merece destaque: o fato de prever a criação da Fundação Renova, instituição sem fins lucrativos para a gestão dos recursos e dos programas destinados para a reparação dos danos. Obviamente, a criação da fundação não seria realizada sem contestação e mobilização popular, especialmente porque, ainda que sob a roupagem de uma “nova instituição” para gerir o desastre, em sua composição interna, as empresas causadoras dos danos teriam acentos especiais e de grande poder. As empresas causadoras do desastre atuariam diretamente no processo de reparação dos danos causados, por meio da fundação.

O segundo grande ato ocorreu pouco mais de um ano após o rompimento da barragem, em 18 de janeiro de 2017, com a celebração do Termo de Ajustamento Preliminar (TAP), que teve como principal objetivo determinar a contratação de novos atores, de caráter técnico, para atuarem como *experts* do Ministério Público Federal (MPF), no âmbito do diagnóstico dos danos a análises dos programas de reparação executados pela Renova (FIGUEIREDO, 2022). Ainda nessa construção de acordos extrajudiciais, em 16 de novembro de 2017, ocorreu a celebração do Termo Aditivo ao TAP (ATAP), que buscava alterar algumas dimensões das contratações das assessorias técnicas para as pessoas atingidas e para o apoio às audiências públicas e consultas prévias. De forma geral, “esse acordo buscou melhorar aspectos importantes para a solução do caso, por isso, adotou princípios que buscassem a transparência dos processos, o respeito à centralidade dos atingidos e à auto-organização dos povos em seus territórios” (FIGUEIREDO, 2022, p. 1)

Por fim, foi celebrado o Termo de Ajustamento de Conduta-Governança (TAC-GOV). Como o nome sugere, seu intuito é promover alterações na estrutura e na forma de atuação da Fundação Renova, por meio de mecanismos que promovessem maior participação das pessoas atingidas, bem como ampliar os dispositivos de fiscalização e de controle da Fundação (FIGUEIREDO, 2022). Ainda segundo Figueiredo, a partir dele os atingidos passaram a ter representação em instâncias importantes, como o Comitê Interfederativo (CIF), o Conselho dos Curadores da Renova e o Fórum de Observadores, além disso, também foi ampliada a participação de representantes do poder público nesses espaços, especialmente a dos defensores públicos. Para Campos e Sobral (2018), foi o TAC-GOV que legitimou a participação das pessoas atingidas no processo decisório, ainda que com muita limitação.

Sob a égide desses instrumentos e sob fortes críticas, a Renova se consolidou nos territórios atingidos, passando a executar os 42 programas previstos no TTAC. Dentre os 42

programas, três deles interessam para as discussões posteriores: o cadastramento dos “impactados”, o Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), e o Programa de Indenização Mediada (PIM). Ao fim e ao cabo, são três programas interligados, que se desenvolvem no seio do mesmo processo de reconhecimento das pessoas “impactadas” e a consequente elegibilidade aos programas destinados à reparação dos danos.

O reconhecimento como “impactado” implica objetivamente na inclusão das pessoas atingidas nos programas instituídos para a reparação, legitimando-as para os outros 41 programas. Como enfatizam Campos e Sobral (2018, p. 153): “[...] A partir deles, os atingidos, submetidos a critérios estabelecidos pela Fundação Renova, têm a sua condição avaliada, que decide, unilateralmente, se farão jus ou não ao auxílio financeiro, indenização ou quaisquer outro programa”.

Do ponto de vista processual, a realização do cadastro envolvia 11 etapas até a sua conclusão, a saber: I) Requerimento do cadastro pela pessoa atingida; II) Avaliação da elegibilidade do cadastro; III) Indexação; IV) Mobilização; V) Fase 1; VI) Fase II; VII) Análise de consistência; VIII) Validação pelo entrevistado; IX) Aprovação Comitê Interfederativo; X) Elaboração do Parecer de Avaliação de Impactos; XI) Devolutiva ao entrevistado do processo de cadastramento (FGV, 2019, p. 23).

Portanto, são essas questões estruturais do processo de gestão do desastre que passaram a influenciar de várias formas a vida das pessoas atingidas nos territórios. “Acordos” que surgem a partir da perspectiva da mediação dos conflitos, visando dar celeridade ao processo de reparação em alternativa à judicialização, mas que instituem uma série de normativas que modificam de forma acentuada a rotina e a vida das pessoas atingidas. Como será evidenciado a seguir, um processo que institui burocracias que, durante sua execução, aprofundam o sofrimento das vítimas que são obrigadas a transitar por esses caminhos.

4.2 Os ilheiros e as controvérsias em torno do reconhecimento

Ao passo em que sofriam os efeitos socioambientais provocados pelo desastre, as pessoas atingidas entraram forçadamente numa nova dinâmica política, numa nova gramática, com diferentes linguagens e atores, na busca pelos direitos que lhes são devidos pelas empresas causadoras do desastre. Nesse contexto, são poucos os espaços encontrados por essas pessoas para conduzirem a própria rotina, pois quase todas ações que envolvem a relação com o território passaram a ser reguladas por um conjunto de normativas, a partir de institucionalidades que determinam as novas condições materiais de vida.

Assim, não basta para as pessoas atingidas a elaboração de estratégias visando à continuidade da vida no território, é necessário que consigam expressar o sofrimento nessa nova gramática para que sejam reconhecidas como “impactadas”, nos termos utilizados pelas empresas e, assim, vislumbrem algum tipo de reparação dentro do processo de gestão do desastre. Existe, inicialmente, a necessidade de serem reconhecidas por outros a partir das burocracias instituídas.

Teixeira (2018, p. 85) aponta que a linguagem adotada pelas empresas no processo de cadastramento, especialmente as categorias de “evento” e “impactado”, utilizadas para a caracterização do desastre e das vítimas, são importantes nesse contexto político, pois são noções aplicadas para produzir “simultaneamente a visibilidade, a espacialidade e a temporalidade dos danos, culminando no que o referido programa chama de “critérios de elegibilidade” dos atingidos”. Tais critérios, pouco transparentes e calcados na ideia de que as afetações ocorrem aos bens e aos patrimônios, se apresentam como elementos restritivos para o cadastramento de sujeitos e de coletividades. Além disso, a ideia de evento produz o sentido de um marco temporal para a delimitação dos danos ocorridos, restringindo a ideia do prolongamento e do desdobramento espaço-temporais dos mesmos. Diante disso, não se pode olvidar que, como essa identificação se desenvolve no seio de relações comerciais entre agentes econômicos, os levantamentos dos danos, longe de significarem uma apreensão holística da realidade para fins de reparação justa, se desenvolvem sob o princípio da redução dos custos para o contratante dos serviços, ocasionando uma série de exclusões de pessoas elegíveis ao cadastro (ZHOURI et al., 2016).

O reconhecimento das pessoas atingidas ainda é tema de disputa por envolver diferentes concepções, métodos e critérios para definição de quem é elegível e, portanto, postulante aos programas de reparação. Ainda há uma indefinição no marco temporal adotado para fins de limitação do cadastro¹⁶. Embora esse imbróglio jurídico não seja objeto de análise, tais informações são necessárias para se compreender que há uma indefinição na própria extensão territorial, social e econômica dos danos, interferindo diretamente na quantidade de pessoas, grupos e municípios considerados atingidos. Portanto, há um lento processo em curso para a definição de quais os territórios e as pessoas atingidas. Até dezembro de 2020, em Galileia existiam 884 pessoas reconhecidas pela Renova como “impactadas”, o que representa 13% da

¹⁶FECHAMENTO de cadastro não é condição para pagamento de indenizações pela Fundação RENOVA. **Século Diário**, 26 fev. 2020. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/fechamento-de-cadastro-nao-e-condicao-para-pagamento-de-indenizacoes-pela-renova>. Acesso em: 3 nov. 2020.

população do município. Não foram encontradas fontes que permitissem maior detalhamento do público cadastrado.

Neste sentido, a emergência dos ilheiros na cena política, com suas particularidades de vida e trabalho, é permeada por incompreensões, especialmente no que tange aos processos instituídos no âmbito da gestão do desastre para o reconhecimento desses sujeitos enquanto “atingidos” e o acesso aos programas instituídos. Passados mais de cinco anos desde o rompimento, são poucos os relatos dos atingidos que receberam indenizações e que participam de ações concretas de restabelecimento das condições socioculturais e econômicas no âmbito do processo de reparação.

O processo de reconhecimento e de acesso à indenização ocorre no seio de uma burocracia pouco transparente, moroso e incompreendido pelas pessoas em seus territórios. Esse processo, que parte de questionários e categorizações pré-estabelecidas, bem como da exigência de documentos específicos para uma população que possui outras formas de ocupação e posse do território, gera uma série de constrangimentos durante esse percurso de comprovação de atingimento e, conseqüentemente, de vítima do desastre, que faz proliferar os sentimentos de revolta e indignação entre essas pessoas. São recorrentes as queixas dos habitantes, nos espaços privados e públicos, sobre a falta de reconhecimento oficial daquelas pessoas potencialmente elegíveis aos programas. É possível afirmar que, para Galileia, há um subdimensionamento no reconhecimento das pessoas atingidas, conforme demonstrado pela FGV (2019).

Durante o percurso para o reconhecimento e acesso à programas reparatórios, três etapas objetivas são lembradas por eles: a solicitação do cadastro pelas pessoas atingidas, a visita técnica que deveria ser realizada pelas empresas para comprovação dos danos *in loco* e elaboração de laudo técnico (Fase I e Fase II), que se somam à apresentação de documentações probatórias por parte das pessoas atingidas, em etapa seguinte para fins de comprovação dos danos de indenização. Portanto, para os ilheiros, o imbróglio em torno da política de reparação é enovelado por três questões que atravessam e são centrais nesse percurso: o tempo de espera, tanto da visita (Fase II) quanto para respostas sobre o cadastro; a legitimidade das informações contidas no laudo da empresa; e a dificuldade de comprovação da ilha como “propriedade” para fins de indenização. Nesse trajeto, a realidade empírica reforça o argumento de Teixeira (2018), para a qual, em sentido oposto à linearidade da narrativa apresentada pelas empresas, de evento-impacto-medidas mitigadoras e reparadoras, nos territórios os efeitos se acumulam, prologam e se sobrepõem.

No que tange a temporalidade desse percurso de cadastramento, o período compreendido entre a solicitação do cadastro pelas vítimas e as visitas das empresas, é causador de muita angústia entre essas pessoas. São recorrentes as afirmações de “falta de respostas” ou de “estar esperando a resposta da Renova”, como relatado por Afonso, ao narrar o caso do seu vizinho de ilha: “o camarada ligou pra lá e ficou demorando... Então, rapaz, o pessoal lá tirando o pobre de jeito, tirando de jeito...”. Essa morosidade é fator que afeta, inclusive, outras pessoas que deveriam buscar a elegibilidade. Desencoraja pessoas que se reconhecem enquanto atingidas mas não se sentem dispostas a enfrentar a burocracia. Essa dependência dos comandos e dos tempos da empresa gera sentimento de incapacidade e insuficiência nas pessoas atingidas, pois são processos que fogem à governabilidade delas. Evidencia também como os tempos das vítimas são completamente distintos do tempo dos processos instituídos. As necessidades materiais impostas para as vítimas tendem a agravar o sentimento de lentidão em relação ao processo burocrático, ainda mais quando essas pessoas não compreendem como essas etapas ocorrem e se complementam. Esses descompassos temporal e informacional são grandes causadores de sofrimento para essas pessoas.

[...] Eu liguei pra lá, aí eles me pediram, o número do CPF, identidade, o nome dos meninos, e tudo mais. E já me cadastrou. Só que levou um ano e seis meses pra eles me visitar, pra eles vir aqui, pra poder conversar comigo. Aí veio um camarada aqui, com aquele negócio de carro, GPS né? Aí no outro dia, veio dois carros, veio seis pessoas. Aí na hora ele puxou a foto da minha ilha. Aí falei, vamos lá? Se quiser ir a gente vai. Na outra semana veio outras duas pessoas, e aí foram lá, tiraram foto, aí foram embora pra Valadares. Aí com 6 meses depois, 7 meses, veio a caixa, com os formulários. [...] Ihh, meu filho, nunca recebi nada. Eles já falou que eu tinha direito, mas não tô recebendo nada. Vou deixar quieto do jeito que tá (OSVALDO).

Por outro lado, para os atingidos que receberam a visita da empresa responsável pelo levantamento das informações em campo, as próprias informações contidas no cadastro são questionadas, indicando o não reconhecimento de algumas dessas informações por parte das pessoas atingidas. Consequentemente, evidencia a falta de legitimidade de algumas das informações contidas nos laudos elaborados pela empresa. É comum a afirmação de que as informações coletadas, que subsidiarão a elegibilidade e possíveis futuras indenizações, não representam com exatidão a realidade anterior ao desastre. As informações cadastradas, por vezes, não são compatíveis com as verbalizadas e mostradas pelas pessoas atingidas. Como exemplo do descompasso entre as informações fornecidas pelas pessoas atingidas e as cadastradas pela empresa, Antônio relata que consta em seu cadastro uma renda mensal de R\$ 150,00, quando, segundo ele, o valor informado foi de R\$ 1.500,00 mensal, em função da renda gerada através da pesca no rio e do cultivo nas ilhas. A ausência de legitimidade diante dessa

informação, gera angústia e revolta, pois, o entendimento de Antônio é que o valor registrado no laudo influenciará no cálculo de uma possível futura indenização. E, embora tenha procurado a empresa para que houvesse a retificação do cadastro, preponderam as informações técnicas da empresa frente aos seus argumentos. Diante disso, Antônio indica o caminho que entende necessário: “Tem que refazer o cadastro, tem que colocar as nossas informações”.

Ainda nesse percurso, após a visita e posterior elaboração do laudo, ainda é preciso que essas pessoas comprovem, por meios documentais, a condição de atingido, especialmente a propriedade dos bens “impactados”. É importante destacar que, por vezes, nem mesmo o laudo técnico da própria empresa é suficiente para que o sujeito seja reconhecido como *impactado*. Campos e Sobral (2018) narram o caso emblemático de uma pessoa atingida na região litorânea do Espírito Santo, que após ter tido uma série de danos reconhecidos no laudo da empresa, teve seu cadastro negado por não conseguir comprovar os danos por meio dos documentos exigidos. Neste sentido, os autores afirmam que os critérios restritivos utilizados e a própria ausência de critérios afetavam de forma constante as pessoas atingidas em situação de vulnerabilidade. E aí se expressam contradições de um processo que desfavorece a entrada de pessoas que não possuem os documentos exigidos, as consideradas “informalidades” pelas empresas, e que há tempos sofrem com os efeitos do desastre. Pessoas que, agora, passam a ser vítimas de um modelo de gestão que se mostra bem distante da realidade das pessoas atingidas e de seus territórios.

Em fundamento a tal afirmação, em entrevista concedida para um veículo de comunicação, um defensor público afirma “a inexistência de políticas indenizatórias para grupos vulneráveis, como o artesanato, os carroceiros, os ilheiros, as lavadeiras” (FECHAMENTO..., 2020, [s.p.]). Essa ausência é percebida e experimentada pelos ilheiros em seus territórios. Para reivindicarem o direito e terem a possibilidade de serem ressarcidas pelos danos, as pessoas atingidas precisam apresentar documentos que comprovem o vínculo de propriedade. Para os ilheiros, a comprovação da posse do território é singularmente emblemática, visto que as ilhas, por lei, são propriedades do Estado Brasileiro, mas que também são territórios de vida e de trabalho, dos quais as pessoas tomam posse e fazem o uso. Trata-se de uma forma de uso e de ocupação que se difere das regras formais de demarcação de propriedade e, por isso, considerada “informal”. O dualismo terra pública versus terra privada não reflete a realidade do território, pois é confrontado por outra forma de gestão das terras.

Algumas pessoas possuem documentos de posse registrados em cartório, especialmente aquelas que compraram a ilha em tempos mais recentes, em contraponto à maioria que não possui tal documentação. Nesse contexto, em um dos casos narrados por Ricardo, ele afirma

que, quando tentou fazer o cadastro como ilheiro, quando a fase de cadastramento foi iniciada, foi orientado a solicitar um documento de posse no cartório municipal, pelo fato de que, até aquela data, ele não possuía o documento para comprovação. Houve a orientação de que o documento poderia servir de base para a comprovação da “propriedade” da terra. Porém, após a feitura do documento e posterior apresentação à empresa, Ricardo relata que ele não foi aceito, por ter sido expedido após a data de deflagração do desastre, indicando que, suspostamente, ele não estaria naquele local na data do rompimento da barragem. Nesse caso, o fato de tentar enquadrar seu modo de vida nas legalidades exigidas pela empresa culminou na negação de direitos, em função da adoção do marco temporal adotado para a caracterização do sujeito atingido pelo desastre.

Porém, a experiência de Ricardo evidencia outro elemento importante, a possibilidade de acessar direitos a partir de uma lógica própria de ocupação e de gestão do território. Antes de ter o seu pedido negado, Ricardo afirma que houve o questionamento sobre a “propriedade” da terra e de sua motivação para reivindicar direitos, visto que o que ele possuía era “apenas” o documento de posse e que a terra pertencia ao Estado brasileiro:

[...] Se me pergunta, eu falo o que aconteceu e o que tá acontecendo. Levei os documentos, tudo certinho... [...] Mas aí eles falavam: Ahh, mas isso aqui é uma posse [...] Aí eu falei, então por que é de posse eu não tenho meus direitos? [...] Então, os índios também não têm direito não? Porque isso aqui foi feito em cartório, se ele não valer [...] Eles falam isso, mas posse é posse, depois que toma posse você passa a gastar. O tanto que eu já gastei ali [...] (Ricardo)

O fato dos ilheiros não serem reconhecidos como os donos “legais” da terra causa constrangimentos ao torná-los inelegíveis ao programa de indenização. A narrativa de Ricardo lança luz sobre as possibilidades de grupos marginalizados, distantes das formas tradicionais de comprovação de propriedade da terra, acessarem direitos dentro das burocracias instituídas. Essas dimensões estão atreladas a outras indefinições maiores, como a própria invisibilização desses grupos vulneráveis diante dos critérios criados para a caracterização das pessoas e comunidades atingidas. Ao analisar documentos do Conselho Consultivo da Renova, percebe-se que a condição de posse da terra pelos ilheiros era de conhecimento da empresa, inclusive, houve a indicação do Conselho para que tal condição fosse observada e considerada nos processos de reconhecimento. A análise dessas recomendações é importante, pois o Conselho se apresenta como o espaço de observação das políticas de reparação dentro da própria Renova e diz muito sobre as consequências das tomadas de decisões na vida das pessoas atingidas. Consta em ata da reunião ocorrida no dia 22 de março de 2018, a seguinte recomendação:

“Reavaliar os critérios e processos adotados para o reconhecimento dos ilheiros para fins de indenização, de forma a preservar seus direitos, mesmo que difusos e informais [...]” (RENOVA, 2019, p. 3).

O documento que trata das demandas colocadas pelos atingidos para os conselheiros apresenta duas reivindicações feitas por ilheiros de outras cidades, evidenciando que essa situação não se restringe à cidade de Galileia. Na primeira, uma pessoa atingida enfatiza que “a falta de assistência aos ilheiros provoca aumento da vulnerabilidade social em que esse grupo se encontra”(RENOVA, 2019, p. 63) . Neste mesmo documento, a reivindicação de outra ilheira é posta, em especial a “divergência nas tratativas e reconhecimento de ilheiros (ainda que se tenha documentação de pagamento de impostos, a Renova argumenta que as ilhas são da Marinha. Já para outros ilheiros, estão em curso pagamentos de indenizações)”. Nas respostas emitidas pela Fundação Renova, a empresa argumenta o encaminhamento estratégico de alguns casos e que outros já foram atendidos pelos “critérios” adotados para o programa de indenização. Nessas respostas, são trazidas para o debate as possibilidades de pagamento de indenização para os ilheiros, desde que a indenização se enquadre em determinado valor, pois, assim, não se faria necessária a apresentação e a análise de documentos, conforme observado nos trechos abaixo:

Alguns casos de dano à ilha ainda estão em análise devido dificuldade de comprovação por parte dos impactados. Casos específicos têm sido encaminhados estrategicamente para busca de possíveis soluções. Outros casos de ilheiros já foram atendidos conforme critérios do Programa de Indenização (RENOVA, 2019, p. 63).

Somente os ilheiros com indenização inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) passaram pelo processo de indenização, pois conforme critério estabelecido pela Renova, até este valor, não se exige comprovação documental (RENOVA, 2019, p. 64).

Por fim, em 19 de abril de 2018, a Renova detalha e fundamenta a prática adotada diante dos casos apresentados e reforça essa dimensão da indenização oferecida para os ilheiros:

As ilhas são patrimônios da União, por esta razão, eventuais impactos permanentes em ilhas não podem ser indenizados àqueles que ocupam esses territórios. No entanto, a partir do uso do solo, aqueles que se valiam dessas terras para seu sustento e renda são indenizados por lucro cessante. Importante destacar que o Programa de Indenização Mediada emitiu uma orientação interna à equipe em 27 de dezembro de 2017 no sentido de dispensar a comprovação de posse da terra nas ilhas cujo laudo não exceda R\$20.000,00, compreendendo a condição de informalidade em que estas pessoas se encontravam quando do rompimento da barragem. Nesse procedimento, comprovações mínimas são solicitadas, como residência e exercício da atividade produtiva (não necessariamente do dano a ser indenizado) (RENOVA, 2019, p. 123–124).

Destaca-se que, em 21 de setembro de 2018, o Conselho concluiu que a recomendação inicial, de que os Ilheiros fossem reconhecidos como atingidos para fins de indenização, não foi atendida. Portanto, os fatos evidenciados, a partir da perspectiva da própria Fundação, indicam questões estruturais importantes que atravessam a condição dos ilheiros. Primeiro, que a condição de ocupação das ilhas é, de fato, um empecilho para acesso ao reconhecimento dessas pessoas como atingidas e para uma possível indenização. Dificuldade que se origina por ter como ponto de partida uma perspectiva patrimonialista, calcada na “propriedade” da terra. Indica também uma enorme dificuldade de lidar com questões de sujeitos e coletividades que apresentam formas de ocupação e de uso territorial que são considerados como informais. Por outro lado, essa situação também indica a criação de critérios, desconhecidos pelas pessoas atingidas, para que algumas outras possam ser indenizadas, desde que não exceda o valor de 20 mil reais e por lucro cessante. Foi estabelecido um critério pouco transparente e excludente para lidar com uma condição complexa para uma população em extrema vulnerabilidade.

Portanto, as dimensões discutidas dentro do próprio Conselho expressam as controvérsias presentes no território, onde as pessoas tendem a conviver com um cenário onde pessoas com realidades semelhantes são indenizadas e outras não, onde documentos de posse são aceitos em alguns casos e em outros não. As narrativas dos ilheiros indicam que, até o momento da realização desta pesquisa, somente uma única pessoa atingida conseguiu receber a indenização em função da sua particularidade de uso das ilhas. Os outros ainda esperavam por uma resposta ou tiveram os pedidos indeferidos pela empresa. E esse assunto gera indignação entre as pessoas que tiveram o acesso negado, especialmente por que não sabem se, em algum, dia serão ressarcidos. Ainda circula entre eles a notícia de que um outro ilheiro foi indenizado, reforçando essa diferença nas tratativas com cada pessoa atingida. Ao ser entrevistado, o ilheiro indenizado reconhece que conseguiu a indenização, ainda que injusta, e que aceitou o valor que ofereceram diante da precarização e da necessidade financeira ocorrida após o desastre. Para ele “era necessário aceitar o que eles ofereciam” (AFONSO), pois não existia outro parâmetro técnico para contrastar com a narrativa da empresa, as pessoas não tinham parâmetro para comparações, e imperava o poderio técnico da Renova.

Esse cenário lança luz sobre o Dissenso erigido em torno da “propriedade” das ilhas, sobre o real significado desse termo para as partes envolvidas na cena política. Para Ranciére (2018), o Dissenso é caracterizado como uma condição segundo a qual duas pessoas dizem a mesma palavra, o mesmo argumento, mas não entendem a mesma coisa a partir dessa palavra, desse conceito ou desse argumento. São situações em que os significados dessas palavras são antagônicos. Não diz respeito a questões cognitivas, as incompreensões são consequências de

condições objetivas, não se trata de ignorância. Refere-se às situações em que, de fato, o conteúdo dessas palavras, o que as forjam, são essencialmente diferentes.

No caso plasmado, Ricardo afirma que não importa que seja uma posse, mas que ele é um sujeito de direito, baseado na temporalidade de uso dessas terras, pelo trabalho exercido durante longa data nesse território. O fato de apropriar e usufruir dessas terras lhe garante uma condição de “propriedade”, ainda que ela não seja reconhecida pela empresa. Por outro lado, tem-se o posicionamento da Renova que, ancorada em aspectos jurídicos que se baseiam na propriedade, nega o reconhecimento dessas pessoas como os donos “legais” da terra. O termo “propriedade” suscita importante dissenso sobre o seu real significado e conteúdo, o que agrava o sofrimento dessas pessoas, aumenta a vulnerabilidade desse grupo em função da impossibilidade de reconhecimento e demonstra a insuficiência da burocracia para lidar com questões complexas. Além disso, evidencia o manuseio de uma legalidade seletiva que, ao fim e ao cabo, se torna conveniente para a empresa, ao acionar uma condição de “informalidade” que dificulta o acesso a direitos por uma população historicamente e socialmente vulnerabilizada.

Ainda segundo Rancière (2018), o dissenso na cena política não diz respeito somente às palavras, também diz muito sobre os sujeitos, sobre a condição dos sujeitos enunciantes, a situação dos que falam. E, neste cenário, tem-se dois sujeitos em cena que apresentam condições de poder e capitais políticos que são diametralmente opostos. A Renova, com todo seu aparato técnico-burocrático, com condições de definir unilateralmente quem tem ou não direitos e, de outro lado, as vítimas do desastre que recorrem à burocracia, objetivam o sofrimento, mas não possuem condições objetivas para lutar em iguais condições diante de uma situação compreendida como injusta.

A falta de informações incorre no aprofundamento das relações desiguais de poder das empresas em relação ao atingidos. Os ilheiros continuam com a dúvida sobre ter ou não ter direito, pois essa é uma questão em que não existe transparência, as pessoas não conseguem acessar essas informações. Enquanto isso, a insegurança impera entre as pessoas, especialmente por existir essa série de contradições que elas vivenciam no território. Esses casos evidenciam que o próprio entendimento das burocracias instituídas é limitado e insuficiente para que essas pessoas se reconheçam nos processos de gestão do desastre. As pessoas atingidas pouco conhecem os trâmites, os critérios e os fundamentos de cada negativa, de cada decisão tomada pela empresa responsável. Essa condição de incertezas faz com que a insegurança, o medo e a revolta sejam sentimentos presentes no cotidiano das pessoas, afinal, já se passaram mais de

cinco anos desde o dia da tragédia. Longos anos de espera, de indefinições e sem resultados concretos para essas pessoas.

4.3 Para além dos aspectos formais da burocracia: quando o modo de vida excede os enquadramentos

As análises apresentadas anteriormente mostram como a visão patrimonialista é um importante entrave para o reconhecimento da condição dos ilheiros, para a comprovação da propriedade da terra e dos danos ocorridos para essa coletividade. Conforme apresentado pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), além dessa visão patrimonialista, o questionário utilizado ainda na fase de cadastramento também impede a compreensão das “estratégias de vida” das famílias rurais, que abrangem formas particulares de rotinas, de trabalho, de territorialidade e de relações sociais e ecológicas que não são consideradas e dificilmente captadas pela simples aplicação de questionários (GESTA, 2016).

A dificuldade de apreensão dos modos de vida é um ponto relativamente sensível no que tange o enquadramento dos ilheiros e se desdobra em profundos constrangimentos para essas pessoas que mantinham um modo de vida específico, especialmente para aquelas em que a relação do trabalho ocorria pelo complemento das atividades da pesca e da produção nas ilhas. O caso dos ilheiros indica um problema profundo, alicerçado na própria incompreensão por parte desses sujeitos, dos enquadramentos que lhes são atribuídos dentro da política instituída. Há dificuldade dessas pessoas de se reconhecerem nas categorias criadas para o enquadramento dos seus modos de vida. Portanto, o Dissenso mencionado na seção anterior, em torno da propriedade da terra, toma novos contornos, se estendendo para o próprio enquadramento dos ilheiros dentro da política de reparação.

Como mencionado, Afonso relata que recebeu uma indenização, ainda que injusta, pelo fato de habitar e fazer uso das ilhas. Todavia, e aqui enfatiza-se essa dimensão, também lutava para que fosse indenizado pelos prejuízos gerados à atividade da pesca. Somente o reconhecimento de um de seus ofícios, a de lavrador/agricultor, não lhe parecia justo, posto que o seu modo de vida abrangia outra importante atividade produtiva. Atividade que, além de dar sentido ao seu cotidiano, à vida, complementa-se a outras em termos de renda e de abastecimento do núcleo familiar.

[...] Da pesca eu tô lutando, eu ligo toda semana, eles falam que tá em [...] Como que é? Em análise! Pra ver se pode ser aprovado. Outro dia até respondi a uma menina mal: mas, minha filha, como você vai ver se eu posso ser aprovado? Eu tenho filho que vai fazer 40 anos que é pescador, filho com 34 anos que é pescador, recebe como pescador, será que esses meninos aprendeu pescar foi com outro qualquer aí?! (AFONSO)

O relato de Afonso revela que, embora injusta, a parte que lhe coube por ser ilheiro foi reconhecida e indenizada pela empresa, mas que, por outro lado existe outro processo em curso, uma “luta” para que ele também seja reconhecido e tenha os direitos garantidos em função da sua ligação com a atividade pesqueira, recorrendo, inclusive, à transmissão do saber para os filhos como argumento para validação da sua condição. Aprofundando um pouco mais nessa dimensão, observa-se que essa também é a realidade de Ricardo. Em seu caso, embora tenha sido reconhecido como pescador, espera ser reconhecido como ilheiro. Sobre a sua situação cadastral, Ricardo afirma: “como ilheiro eu fiz sim, só não fiz como pescador, mas não chegaram a fazer nenhuma proposta de indenização [...] Eles não falaram nada mais não”.

Essas narrativas concorrem no seio da dificuldade do reconhecimento da forma como um modo de vida complexo é reconhecido pela política de reparação, evidenciando um importante desencontro entre as categorias criadas *a priori* e o modo de vida das pessoas atingidas. Dito de outra forma, os enquadramentos instituídos parecem não comportar a complexidade do modo de vida dos ilheiros. Em ambos os casos, a compreensão dessas pessoas atingidas é de que os seus direitos não se encerram dentro dos limites de uma única categoria, pois a sua vida prática excede tais limites e, e, por isso, se faz necessário recorrer a dois tipos de enquadramentos distintos para garantir os direitos que lhes parecem justos, mesmo sob o risco de não ter suas especificidades de modo de vida reconhecidos.

Portanto, mais do que a falta de clareza sobre o quê lhes cabem em termos de direitos, esses casos apontam a dificuldade do processo político de reparação em reconhecer os limites das categorias criadas para a apreensão e o enquadramento do modo de vida dessa coletividade. As pessoas atingidas não se sentem atendidas, recorrendo à duplicidade de cadastros para que sua condição seja contemplada, o que expõe uma construção técnico-burocrática que, partindo de concepções anteriores, determinou categorias nas quais as pessoas deveriam se enquadrar, e não se adaptou à realidade dos territórios e de seus sujeitos, evidenciando a insuficiência dessas institucionalidades.

Diante da inexistência de uma categoria abrangente que compreenda seu modo de vida, a possibilidade encontrada, para quem se arrisca, são os cadastramentos duplos de danos, como agricultores e pescadores, quando possível. Algumas pessoas atingidas conseguiram cadastrar

danos em duas categorias diferentes, ao mesmo tempo em que outras só conseguiram cadastrar danos de uma única categoria. Entre os sujeitos que ainda esperam o reconhecimento em outra categoria há o receio de que essas duplicidades nos cadastros sejam utilizadas, futuramente, para algum tipo de criminalização, o que gera medo em função de, no futuro, a duplicidade ser considerada ilegal, e revolta pela existência do risco de não terem seus direitos amplamente garantidos.

Essa situação suscita a necessidade de evidenciar como essas pessoas reconhecem a si em suas rotinas e interações sociais, visto que essas formas de autorreconhecimento se conflitam com as categorias atribuídas por outros nessa arena política instituída com a política de reparação. Como detalhado em seções anteriores, os ilheiros mantêm uma forma de ocupar e de manter seu território de vida e de trabalho que se diferencia de outros grupos presentes na paisagem cultural do rio Doce. Para os ilheiros, alguns elementos objetivos que os distinguem são os espaços ocupados e as formas que fazem uso, especialmente os blocos de terra firme que se formam em diversas partes do rio em função do seu movimento de cheia e de esvaziamento, em complementariedade com outra atividade produtiva, majoritariamente a pesca. E aí reside a motivação para a busca por dois cadastros que contemplem essa realidade de trabalho. Portanto, os ilheiros possuem uma territorialidade singular, com rotinas e práticas sociais específicas, como demonstrado em seções anteriores. As narrativas dos interlocutores evidenciam essa importante dependência com a sua base física, a terra e o rio, para a reprodução social, econômica e cultural. O fator “ocupação das ilhas”, nessa realidade empírica, se torna elemento de diferenciação em relação aos outros grupos territoriais.

Com raras exceções, os ocupantes dessas faixas de terras não mobilizam seus repertórios culturais em torno da categoria específica “ilheiro”. Antes do rompimento, a depender dos contextos em que estavam inseridos, esses indivíduos mobilizavam outras categorias para se relacionarem com os “de fora” do ambiente de vida e de trabalho. Nesse sentido, o autorreconhecimento desses atores não se dava por meio de uma categoria fixa, rígida e imutável, pelo contrário, apresentava variabilidades que se expressavam de acordo com os encontros que eram estabelecidos:

[...] “É como pescador e ilheiro ao mesmo tempo [...] porque no caso, aí pra chegar no banco e falar que é ilheiro, ele não vai falar, ele vai falar que é produtor rural, produtor rural. Aí vai falar, produtor rural, aí ele produz o quê, leite, milho, arroz, feijão [...] plantação né? (RICARDO).

[...] “Eu falo que sou pescadora, mas que tenho ilha, mas como eu disse, a ilha não atrapalha em nada, é pequena” (MARINÊS).

O contexto experimentado em cada encontro faz com que os indivíduos acionem determinadas categorias no intuito de estabelecerem essa diferenciação em relação a determinados grupos e reforçar a igualdade perante outros. Em síntese, há categorias que são utilizadas fora do território e aquelas que são utilizadas nas relações cotidianas e nas interações sociais, uma condição de apropriações e de acionamentos políticos em torno dessa dimensão do reconhecimento. Quando ocorre a necessidade de interagir com atores em ambientes externos, são acionadas recorrentemente as categorias de “agricultor familiar”, “produtor rural” e “pescador”, especialmente em situações em que prevalece a necessidade de identificação como trabalhadores formais, reconhecidos e legitimados pelo Estado. Entre os indivíduos em interação cotidiana, a categoria “ilheiro” ocorria de forma menos recorrente, e mais para os sujeitos que não tinham outra atividade laboral em que o tempo de trabalho destinado fosse maior que o empregado nas ilhas.

Portanto, essa realidade evidencia a apropriação, por essas pessoas atingidas, das formas como são identificadas e reconhecidas por terceiros, e as acionam politicamente para fins de acesso e de reivindicação de direitos. Essa situação reforça a dimensão da adoção política dos elementos distintivos de uma “cultura” associada à categoria “ilheira”, evidenciando como ela se constitui como uma categoria instrumentalizada politicamente (CUNHA, 2017). A partir da emergência desses sujeitos na cena política, a categoria “ilheiro”, que até então pouco se configurava como categoria de distinção entre os próprios grupos, passou a ser acionada e instrumentalizada politicamente para a reivindicação de direitos dentro do processo de reparação, expressando as particularidades dessa forma de apropriação e de habitação de um território devastado, e em função da inexistência de formas de reconhecimento que comportem as suas particularidades de vida e trabalho. Portanto, essa diferenciação dos ilheiros é evidenciada pela defesa política dessa categoria nos autos dos processos de reparação indenizatória. Passou-se a ser acionada pelos atingidos como uma forma de exigência de compensações financeiras, diante dos danos ocasionados ao seu território de referência.

Como reflexo dessa dimensão política perante a inexistência da categoria “ilheiro” pela política de reconhecimento das pessoas atingidas, em decisão proferida pela Justiça Federal de Minas Gerais, em 24 de maio de 2021, após mobilizações políticas envolvendo as pessoas atingidas nos territórios, houve o reconhecimento de algumas categorias de atingidos que, até então, postulavam a indenização e a inserção nos programas de reparação que lhes são de direito, algumas não reconhecidas pela Renova e que se somaram a outras reconhecidas (BRASIL, 2021). Nesta decisão, pode-se perceber a diversidade das categorias agora reconhecidas como atingidas, a saber: pescadores (subsistência, fato/armador, profissionais e

protocolados), revendedores de pescado/comerciantes, artesãos, areeiros, carroceiros, agricultores, produtores rurais, ilheiros, lavadeiras e associações em geral, conforme trecho extraído da sentença:

Cuida-se de pretensão deduzida pela COMISSÃO DE ATINGIDOS DE GALILEIA/MG, devidamente qualificada nos autos, em que requer a este juízo federal providências no sentido de se implementar, com urgência, o pagamento integral das Indenizações, Lucros Cessantes e Auxílios Financeiros Emergenciais das seguintes categorias: FAISCADORES/GARIMPEIROS/ARTESANAIS, LAVADEIRAS, ARTESÃOS, AREIRO/CARROCEIRO/EXTRATOR MINERAL, PESCADORES (de subsistência, informais/artesanais/de fato, profissionais e protocolados), ATIVIDADES LIGADAS À CADEIA PRODUTIVA DA PESCA, REVENDEDORES DE PESCADO, PROPRIETÁRIOS DE LAVRAS DE EXPLORAÇÃO MINERAL DE AREIA E CASCALHO, ATIVIDADES LIGADAS À CADEIA PRODUTIVA DE EXPLORAÇÃO DOS AREAIS, REVENDEDORES DE OURO, COMERCIANTES DE AREIA E ARGILA, SETOR DE TURISMO, HOTÉIS/POUSADAS/BARES E RESTAURANTES, COMERCIANTES FORMAIS DE PETRECHOS DE PESCA, ASSOCIAÇÕES EM GERAL, AGRICULTORES/PRODUTORES RURAIS/ILHEIROS (para consumo próprio, comercialização informal e em grande porte) E AMBULANTES EM GERAL/CAMELÔS/BARRAQUEIROS/FEIRANTES/PEQUENOS COMERCIANTES INFORMAIS (BRASIL, 2021, p. 5).

Ainda que a sentença careça de reflexão crítica, em função das nuances políticas envolvendo a construção do Novo Sistema Indenizatório¹⁷, ela traz à baila um conjunto diverso de agrupamentos sociais que expressam formas de vida e de trabalho, cada qual com suas especificidades, que mantinham relação singular com as condições ecológicas locais, ou vínculos diretos com esses recursos naturais e que foram sujeitados à ruptura dessas relações devido a chegada dos rejeitos em seus territórios. Todas essas categorias passaram, então, a vislumbrar o acesso à indenização, cada qual com sua particularidade em termos de formas de comprovação e de valores pré-estabelecidos.

Portanto, todos esses fatos relacionados ao dissenso em torno do “enquadramento” desses sujeitos, revelam também como o processo de reparação produz a emergência de “novos” sujeitos e grupos na cena política, coletivos que até então não se faziam presentes nos debates e/ou eram invisibilizados pela política das afetações instituída. Evidencia como essa política desenvolve outros processos políticos, ao possibilitar a emergência de novos sujeitos com todas as suas complexidades e subjetividades, a partir do processo de subjetivação política, numa evidente politização do processo de reparação.

¹⁷ Importante matéria foi veiculada pelo Observatório da Mineração (ANGELO, 2022), onde mostra o processo de construção do sistema e o importante favorecimento de grupos de advogados ao longo da bacia do rio Doce, movimentando milhões de reais em honorários advocatícios.

4.4 De “beneficiários” à “proveitadores”: o estigma após o reconhecimento e recebimento do “cartão da Samarco”

Nas seções anteriores, evidenciou-se alguns aspectos institucionais da gestão do desastre que fazem que a racionalidade linear e corporativa, utilizada para o enquadramento das vítimas, seja confrontada com a realidade desses sujeitos em seus territórios, forjando dissensos em torno no enquadramento das pessoas. Todavia, após os diversos imbrólios institucionais presentes na etapa de reconhecimento e de indenização, como as visitas da empresa e a apresentação de documentação comprobatória, quando reconhecidas pela Renova, algumas pessoas passaram a ser consideradas elegíveis ao recebimento do AFE, programa socioeconômico que garante o pagamento de um auxílio financeiro mensal. Ainda que os ilheiros não tenham a sua complexidade de modo de vida enquadrada em uma única categoria para fins de indenização, alguns sujeitos foram reconhecidos como “impactados” e, por isso, passaram a ter acesso ao auxílio financeiro. Essa mudança de lugar, de não reconhecido para o receptor do “auxílio” os insere num novo contexto, numa nova posição dentro do contexto social local, que, como veremos, é permeada por uma série de constrangimentos. Para os ilheiros de Galileia, chama atenção o processo de interferência nas relações intersubjetivas e o controle expressivo sobre a apresentação de si (TEIXEIRA, 2018), especialmente os processos de estigmatização experimentados por essas pessoas.

De saída, é mister reforçar a resignificação ocorrida para o AFE pelas pessoas atingidas, quando passou a ser chamado de “Cartão da Samarco”, em função do entendimento das pessoas de que o dinheiro vem da mineradora, e pelos próprios símbolos envolvidos, como o cartão nominal que deve ser vinculado a uma conta específica. Vale lembrar também que o auxílio tinha o objetivo de garantir as condições financeiras mínimas para que essas pessoas pudessem ter condições de sobrevivência no território, enquanto se desenrolasse o processo de reparação dos danos impetrados para essas pessoas.

A contradição presente no território inicia com o próprio termo utilizado pelas empresas para veicular notícias sobre o auxílio, como “benefício” e “beneficiários”. Sutileza escondida nas narrativas, expressa por meio da linguagem escrita e falada, que objetiva redirecionar a forma da relação que deve ser estabelecida entre a empresa e os atingidos. Da forma como veiculadas, as notícias apresentam de um lado os “beneficiados” e, do outro, a benfeitora. Essa sutileza envolvida na forma de identificação das vítimas merece destaque, pois é uma visão que se estende para além dos limites institucionais e se espalha entre os sujeitos em suas comunidades. As pessoas que recebem o auxílio passam a ser, de fato, vistas como beneficiadas,

que agora têm uma boa vida em função do recebimento do valor mensal. É uma linguagem que reforça os conflitos sociais no território.

O impacto do AFE nas relações comunitárias é elevado. A sua instituição de forma pouco transparente e desigual favorece o esfacelamento de laços sociais que se desenvolve para relações conflituosas, estabelecidas tanto entre as próprias pessoas atingidas que recebem o “cartão” e as que tiveram o pedido negado, como entre aquelas que recebem o “cartão” e os outros sujeitos do território que não recebem. A realidade evidencia quantitativo elevado de pessoas que se sentem e se reconhecem como atingidos, mas lhes são negados direitos devido à ausência de documentos comprobatórios ou outras questões que nem sempre são claras para as pessoas. Assim, especificamente sobre o “cartão da Samarco” algumas pessoas passaram a receber e outras com realidades semelhantes tiveram o direito negado ou ainda aguardam algum tipo de resposta. Essa situação impõe um conflito entre as pessoas atingidas. Pessoas que tiveram o acesso negado passam a comparar a sua realidade com a do vizinho, com a de outro profissional, ou mesmo com a de seus familiares, para justificar que uma outra pessoa que supostamente teria “menos direito” teve acesso ao cartão e ela não. Esse conflito está presente nas narrativas individuais e também nos espaços coletivos, reuniões, onde pessoas nessas condições se encontram. O sentimento de injustiça acaba, por vezes, sendo direcionado para as pessoas que são, também, atingidas. Evidentemente a condição de vulnerabilidade financeira vivida pelos indivíduos instituída como decorrência do desastre é o cerne desses conflitos sociais.

Nesse sentido, para as pessoas que recebem o auxílio, a condição de dependência é constantemente apresentada nas narrativas, tanto por essa ser a única fonte de renda para a maioria das famílias, quanto por ser insuficiente para custear as despesas mensais. Assim, impera o sentimento de que a vida que agora levam é de privação, principalmente pelo fato de o município não dispor de uma robusta diversificação produtiva que ofereça possibilidade de integração ao comércio ou à indústria, de modificar as estratégias de sobrevivência e a diversificar a renda. Isso justifica as constantes queixas de que “Galileia não tem nada” “Que é preciso sair de Galileia”. Como mostram os dados do IBGE (2020a), a maior parte do PIB do município é proveniente da agropecuária e do setor de serviços, condições estruturais que não abarcam a oferta de mão de obra disponibilizada forçadamente após a instauração do desastre.

Essas informações são trazidas à baila posto que, o “cartão da Samarco”, nesse contexto de vulnerabilidade socioeconômica das famílias, impõe uma série de constrangimentos envolvendo aquelas pessoas que não se consideram ou não foram reconhecidas como atingidas e as que recebem. O recebimento desses valores mensais causa conflito nas relações sociais

estabelecidas, especialmente por imperar na cidade um senso comum de que as pessoas que recebem melhoraram de vida após o recebimento do auxílio. Como demonstrado em seções anteriores, é relativamente pequena a parcela da população do pequeno município de Galileia que é considerada atingida. E, embora todas as pessoas sofram os efeitos com a queda do turismo e do lazer, por exemplo, as pessoas que habitam a cidade, em sua maioria, não são elegíveis ao recebimento do cartão.

Em alguns encontros presenciados na “esquina na peroba”, importante ponto de encontro da pequena cidade, ocorrido entre moradores locais e os ilheiros, bem como nas reuniões e conversas locais, foi revelada uma representação sobre o desastre até então pouco presente nas falas das pessoas atingidas, o desastre como “evento positivo”, tanto para a economia do município como para os atingidos. Repetidas vezes eram feitas elocuições enfatizando que “essa lama foi a melhor coisa que aconteceu para Galiléia” e/ou que “a lama foi a melhor coisa que aconteceu para as famílias”. Percebe-se que essa ideia parte de uma apreensão estritamente econômica, baseada na percepção de que, depois do desastre, passou a circular mais cédulas, mais dinheiro no município, pois agora as famílias recebem um auxílio mensal, uma renda “fixa” que frequentemente é vista como algo positivo.

As diferentes representações e experiências com o desastre geram um conflito importante, pois essa representação do desastre como acontecimento positivo reflete na forma como as pessoas não reconhecidas como atingidas percebem os atingidos que recebem o “cartão da Samarco”. Essas pessoas que acreditam que o desastre foi algo bom para o município também representam os “beneficiários” do cartão a partir de julgamentos morais depreciativos, caracterizando-as como pessoas “proveitadoras”. Portanto, além de se tornarem vítimas de um processo violento, as pessoas que recebem o cartão passaram a carregar o estigma de “proveitadoras”.

Entende-se o estigma a partir da concepção enunciada por Goffman (1988). Para o autor, as sociedades criam categorias e atributos que devem ser considerados comuns entre as pessoas que as compõem. E, na interação entre essas categorias, vários atributos dos indivíduos possibilitam compreender a “identidade social” que ele carrega. O estigma então surge na identificação de atributos dos indivíduos que diferem daqueles que os grupos imaginam ser necessários para compor determinadas categorias, considerando-os como pessoas diminuídas. O estigma é uma categoria associada ao descrédito, nas palavras do autor, “um atributo profundamente depreciativo (GOFFMAN, 1988, p. 13).

Nesse sentido, receber o “cartão da Samarco”, para “os normais” no sentido colocado por Goffman (1988), é um atributo que torna as pessoas fracas, dependentes de outros para

garantirem a sobrevivência. Todavia, é possível perceber algumas sensibilidades nessa estigmatização, pois, parte dos sujeitos que desejam, em certa medida, fazer parte dessa categoria dos indivíduos estigmatizados por estar associada ao recebimento de algum recurso financeiro. Outra sensibilidade importante é que alguns indivíduos são tomados com mais frequência para serem referenciados e suas condições servem para generalização do grupo. Em outras palavras, alguns indivíduos estigmatizados são referenciados pelos “normais” como exemplos desse atributo de “aproveitador”, pois, segundo eles, são pessoas que “nunca trabalharam na vida” e que passaram a receber o cartão. Essa apreensão, então, se estende para o coletivo, para as pessoas atingidas que recebem o cartão e se expressa mais nos momentos de intimidade e menos nos momentos de interação, no momento em que ocorre a mesma “situação social”.

Além disso, os estigmas são reforçados diante das situações onde essas pessoas, que agora recebem o cartão, não se sujeitam a serviços precários, que antes eram necessários e faziam parte do cotidiano dessas famílias. Em diálogo com um indivíduo da construção civil, ele afirma, em tom pouco amistoso, que “a Samarco acabou com Galiléia. Hoje a gente não encontra trabalhador mais, ninguém quer trabalhar. Não se acha mais um servente [...] Mas, um dia esse dinheiro acaba”. Expressa-se também na fala de uma comerciante local, ao afirmar que “a Samarco pagou para um tanto de gente que nunca trabalhou e isso acabou com a cidade”. Esse fato, de certa forma, é influenciado e reforçado pela própria Renova, que exerce uma contrapropaganda, acionando discursos de que há um grande número de pessoas que recebe o auxílio de forma indevida, com objetivo de mobilizar a opinião pública no sentido contrário das reivindicações das pessoas e suas comunidades (CAMPOS; SOBRAL, 2018). Essa realidade evidencia que, para algumas pessoas da cidade, o fato de circular mais dinheiro e as pessoas atingidas terem acesso a uma renda mensal em função do desastre, significa, inclusive, que estão usufruindo de forma indevida do patrimônio da empresa. Uma questão moral que tende a responsabilizar as pessoas atingidas por receberem um valor que, em seu julgamento, não seria justo.

Porém, o argumento baseado nessa visão econômica torna-se ilidível quando confrontado com as narrativas dos ilheiros que recebem o cartão. Para eles, de fato, agora circula mais dinheiro, porém o valor recebido agora “tem que dar pra tudo”, tem que comprar tudo, não sendo suficiente para custear as necessidades básicas. Não há relação direta entre o dinheiro recebido e a melhoria na qualidade de vida, pelo contrário. A vida, antes de fatura, agora está presente apenas no imaginário e nos registros fotográficos. Em todas as entrevistas,

era comum o recolhimento de imagens nos celulares ou impressas, que revelavam a vida antes do desastre, mostradas com elevado saudosismo e tristeza.

Para as pessoas atingidas, a quantia recebida não é suficiente para dar conta das despesas da família. Várias despesas, antes inexistentes, passaram a fazer parte do orçamento, especialmente os gastos com alimentação, posto que a maior parte dos alimentos consumidos agora precisa ser comprado. Se antes o que era produzido nas ilhas, ou pescado no rio, por vezes não fazia circular dinheiro na mão das pessoas, o fato de ter que comprar, além de gerar indignação pelo simples fato de ter que exercer a ação da compra, também consome parte do dinheiro recebido como “auxílio” e, assim, “a conta não bate, é preciso comprar tudo” (MARINÊS). Além disso, a compra de remédios e consultas médicas são custos que se tornaram frequentes após o desastre.

[...] A renda do rio era melhor do que eles pagam. Eu chegava a tirar 300, 400 por mês. Eu não pescava a semana toda, pegava três vezes na semana armando rede, os outros dias ia lá bater tarrafa, mas pescar mesmo, de rede, era três vezes na semana. O congelador vivia cheio, ela era pequeno. [...] Esse dinheiro que eles pagam nós, é preciso esperar o mês. Se fosse esperar pra comprar uma coisa de comer que faltava dentro de casa, você não tinha, tem que esperar o dinheiro cair. Na pesca não, todo dia você vendia, o povo chegava e perguntava “você tem peixe?” Deixava 100, 120... aí dava pra comprar uma carne, um arroz, um feijão [...] O peixe não ficava dentro de casa, não parava no congelador. A gente não ficava endividado. Todo dia eu tinha uns 100 reais, peixe vendia demais (ARNALDO).

O cenário atual é de completa dependência do “cartão da Samarco”. É necessário esperar que a empresa deposite o dinheiro mensalmente para que as contas sejam pagas e os mantimentos comprados. Além disso, o fato de Galiléia ser uma cidade pequena, com poucos comércios, obriga as pessoas atingidas a se deslocarem para as cidades vizinhas e realizarem as compras mensais e, assim, “fazer o dinheiro render”, comprando produtos a custos menores, visto que “em Galileia é tudo mais caro, é o triplo do preço”, como afirmado por Antônio.

Portanto, percebe-se que essa visão, o senso comum entre os moradores de Galileia, do desastre como evento positivo, apresenta uma falsa impressão de que o real aumento de circulação de cédulas favoreça às pessoas atingidas. A economia invisível, existente anteriormente, favorecia as condições de vida das famílias, possibilitava autonomia, produção e reprodução dos meios de subsistência, favorecia a continuidade dos sonhos, dos projetos de vida, a criação de laços comunitários e familiares, condições que não possuem valor material e são de difícil mensuração.

Afonso lembra que, no fim do dia de trabalho, sempre retornava “com um peixe, um cacho de banana”, que eram utilizados na alimentação da família, outras vezes, o pescado e a colheita eram vendidos antes da chegada na residência para outros pescadores ou para a

população urbana, mas hoje nada disso existe mais. Essas nuances econômicas tornam-se mais profundas quando pensadas de modo mais abrangente, dentro do modo de vida dessa coletividade, para os quais o rio exercia uma função central:

Aqui não era fácil tirar um salário, mas a gente vivia. Quando cansado do trabalho, dava um mergulho no rio e voltava a capinar. No fim do dia, voltava com um peixinho e com verduras pra casa, [...] a vida que era massa (ANTÔNIO).

Essas narrativas evidenciam condições de vida e de trabalho que uma apreensão exclusivamente monetária não consegue captar. Um conflito que se expressa pela contradição entre os “de fora”, que entendem que agora há maior circulação de dinheiro, e os “de dentro” que indicam mais fartura na época da economia invisível e uma vida melhor no tempo em que o rio Doce era vivo. Diante desse cenário, percebe-se uma completa desestruturação da vida social, o aumento das tensões e das suspeitas, aumento do sofrimento social, além de diversas restrições de ordem econômica e alimentar, um conjunto de danos erigidos em decorrência da completa destruição do território, tomado como a base de reprodução social, cultural e econômica. Portanto, o cenário em torno das questões financeiras conforma um contexto de conflito entre as pessoas atingidas, e tais conflitos ajudam a compreender como a gestão do desastre instituída aprofunda o sofrimento das pessoas e revitimiza os sujeitos que foram obrigados a conviver com essa nova realidade.

Por outro lado, todos esses conflitos em torno das questões financeiras, que se desdobram em conflitos sociais e sofrimento para os ilheiros, apontam para importante questão que envolve a dimensão da reparação financeira frente aos danos ocasionados na vida dessas pessoas: receber valor mensal ou mesmo uma indenização não substitui o que essas pessoas entendem como verdadeira reparação, que é o reestabelecimento das condições de vida destruídas pelo desastre, onde o rio exercia função central. O rio é que dava sentido à vida dessas pessoas e era elemento fundante da composição do modo de vida.

[...] Eu cheguei a receber ainda todo mês o salário do mês, esse negócio. Aí pessoal falava comigo, tá reclamando de quê? Você tá parado [...] E eu falo pra qualquer um, rapaz, eu preferia era ficar no rio Doce, do que ficar parado, no rio Doce você tinha água, subia, descia, tem mais nada disso, acabou com a diversão do rio, acabou com tudo, já era [...] Antigamente, o rio Doce era bom demais. [...] Passou um ano e meio, me visitaram de novo [...] chegou na minha casa e me perguntaram se tava bom, se eu tava gostando [...] falei: ah, isso aqui é uma ajuda. Bom mesmo é se o rio Doce tivesse bom. Isso aqui pra mim né nada não, o rio Doce era melhor pra nós [...] O que eu quero, eles não vão me dar, que é o rio Doce de novo. Falo com todo mundo, para o rio voltar o que era antes, pode colocar anos (ARNALDO).

As perdas e os danos ocasionados na vida não são facilmente objetivadas e passíveis de transformação em números. A vida das pessoas girava em torno do rio, das dimensões materiais e imateriais que o território oferecia. Essas dimensões contrapõem a racionalidade técnico-objetiva, que se chocam diante da objetivação instituída pela política das afetações e que emergem em função das lógicas e significados atribuídos ao território. Estudos de longa data mostram como os camponeses mantêm relação com a terra a partir da lógica de pertencimento, de trabalho e de uso (GARCIA JUNIOR, 1983; HEREDIA, 1979; WOORTMANN, 2009; WOORTMANN; WOORTMANN, 1997). Essa lógica se mostra incompatível e diametralmente oposta à lógica da terra como valor de troca ou monetariamente compensada. A lógica camponesa situa a materialidade numa lógica de reciprocidade entre indivíduo, natureza e elementos cosmológicos, e não numa lógica de mercantilização, do valor de troca, a partir de uma completa desvinculação entre os indivíduos e seu território.

Diante disso, e com base nas narrativas dos interlocutores, retomamos o status conceitual que Marisol de La Cadena (2018) atribui à expressão “não apenas”, uma condição de relação onde a materialidade, ou a não humanidade, não significa apenas isso, em termos de redução e simplificação de significado. Sujeitos e natureza são fabricados relacionalmente, “estão juntas em complexidade de materialidade e vivacidade, enquanto fabricam em conjunto o local e são fabricados” (CADENA, 2018, p. 108). E, diante disso, percebe-se que o rio, para os ilheiros, não se apresenta como um simples recurso a ser explorado. Falar de ilheiro é falar de rio. O rio não é apenas um rio, é território, é vida. Por isso, as narrativas indicam o que de fato representaria uma verdadeira reparação para os ilheiros: a volta do rio Doce.

4.5 A desinformação como a regra e o conflito em latência

Ao analisar o contexto político envolvendo os programas socioeconômicos executados pela Renova, Campos e Sobral (2018) afirmam que eram constantes os pedidos recebidos pela Defensoria Pública para que fossem obtidas informações da Renova sobre o “cartão da Samarco” e a demora no deferimento do AFE. Os autores ainda acrescentam que esse tema foi pauta de diversas mobilizações e protestos ao longo da Bacia do rio Doce.

À Defensoria Pública chegava constantemente notícias de violações de direitos humanos, em sua maioria relacionadas à falta de informação a respeito das atividades desempenhadas pela Fundação Renova e empresas terceirizadas responsáveis pelos trabalhos de campo e cadastramento da população atingida (CAMPOS; SOBRAL, 2018, p. 155).

E, de fato, tomando como exemplo a população estudada, as dúvidas e desconhecimentos sobre o programa são diversos, e esse é um tema controverso que causa indignação entre as pessoas atingidas de Galiléia. A realidade empírica mostra como a falta de informações se apresenta como uma forma de violência que se desenvolve no seio do processo de “reparação”. Tal cenário demonstra o alto grau de vulnerabilidade e de submissão que atingem esses indivíduos, sem informações claras, objetivas, sem a participação efetiva em programas para a recomposição dos modos de vida. Para as pessoas atingidas que ainda não conseguiram se tornar elegíveis ao AFE, a situação toma contornos dramáticos, visto que são poucas as possibilidades de reativação econômica existentes no município, como mencionado. Efetivamente, a ausência de qualquer outra fonte de renda se apresenta como um importante vetor de injustiça para essas pessoas atingidas, e são essas pessoas que se arriscam com o retorno à pesca no rio, a lidar com os riscos e se aventurarem pelas águas do rio Doce.

Essa é a realidade que se apresenta para todos os programas existentes no bojo da reparação. Impera entre os ilheiros grande dúvida em relação à possibilidade de uso ou não das águas do rio Doce, não se sabe se pode ou não voltar a pescar. As poucas notícias que chegam são através de comunicados nos noticiários e outras fornecidas pela Renova. Diante disso, impera o medo entre as pessoas que recebem o auxílio financeiro de fazerem qualquer uso do rio, ainda mais no contexto de insegurança em relação ao AFE. Medo que, em certa medida, é alimentado pelas próprias empresas que propagandeiam em horário nobre e em suas redes (FUNDAÇÃO RENOVA, 2020b), um “retorno à normalidade”, prática tão comum em contextos de desastres, como evidenciado por Valencio (2016). Há um elevado receio, por quem recebe o auxílio, de exercer qualquer prática, como pesca e cultivo, sob o risco de ser “flagrado” pelas empresas e terem seus auxílios cortados. Impera a sensação de monitoramento e vigilância, e os que se arriscam é por pura necessidade.

As pessoas estão, na verdade, diante de um quadro de falta de informações que eleva o seu sofrimento social. Campos e Sobral (2018) afirmam que a falta de acesso à informação impera como um fator importante na desmobilização das pessoas atingidas ao longo da bacia, se desdobrando em uma série de problemas. Fenômeno que é corroborado pelos ilheiros na porção média do rio Doce, onde a ausência de informações acaba gerando um conjunto de violações e sentimentos de injustiças. A falta de apoio técnico e, conseqüentemente, de informações claras, faz que as pessoas atingidas não consigam estabelecer diálogo em iguais condições com os diversos atores envolvidos na gestão do desastre. Durante esse processo, as pessoas passaram a se relacionar com os mais diversos atores políticos, com interesses e subordinações diversas, situação jamais experimentada por esses sujeitos. É comum as pessoas

atingidas não se lembrarem dos nomes das empresas, se recusarem a conceder entrevistas e não aceitarem facilmente visitas de pessoas envolvidas com o desastre. A desconfiança é o sentimento que permeia os diálogos e as relações com atores externos, e está relacionada à insegurança de ser ou não reconhecido como atingido, de não ter os direitos garantidos pelas empresas responsáveis pela condução do processo de reparação ou, até mesmo, de ter o auxílio cortado. A falta de informação impede que as pessoas possam contrapor as informações ou mesmo as propostas de indenizações que não julgam coerentes ou justas.

Durante a caminhada na ilha de Antônio, após uma breve pausa, ele avista, por detrás da moita de bambú, o trem da empresa Vale descendo os trilhos da linha férrea no sentido do litoral, carregado de minério. Ele reflete sobre o valor financeiro carregado por cada vagão daquele trem, mas se perde em meio a quantidade de vagões. Ao fazer um paralelo entre a quantidade de dinheiro carregado a cada descida do trem, ele pondera: “Não gastam nada com nós, e é muito dinheiro que eles ganham”. É difícil para ele compreender a razão de tanta dificuldade em receber os valores devidos, quando todo dia são descidas toneladas e toneladas de minério pelos trilhos da linha férrea.

A falta de informações objetivas que os auxiliem na compreensão da própria condição e dos tempos dos processos, que são alheios aos seu tempo, se estendem para todos os programas e, de forma ampla, para todo o processo de reparação. A desinformação é o cerne das angústias dessas pessoas, causando danos individuais e coletivos, como afirmam Campos e Sobral (2018, p. 159):

[...] a ausência de informações claras e transparentes acerca da execução dos programas socioeconômicos tem desfeito a malha social de diversas comunidades, provocado instabilidade, tensão e desorganização social, bem como fragmentação de comunidades tradicionais e o aumento dos conflitos sociais.

Nessa perspectiva, o conjunto de violações observados, agravado pela falta de informações, indicam uma possível desmobilização política dos atingidos de Galiléia. Uma situação diferente daquela narrada por Campos e Sobral (2018) de outras cidades ao longo do trajeto do rio. Em Galiléia, de fato, são poucas as mobilizações para reivindicações de direitos. Mas, por outro lado, entre os sujeitos atingidos são comuns as afirmações de que “o povo não se une” ou que “só vão se unir quando a Samarco cortar o cartão”, ou que o “povo de Tumiritinga é mais unido”, como crítica à passividade diante dos descasos vivenciados e em comparação com o município vizinho. A única mobilização lembrada por poucos atingidos ocorreu em 2017. Na ocasião, a linha férrea que liga Galiléia a Conselheiro Pena foi

interditada¹⁸ como o objetivo de reivindicar o abastecimento de água, um problema que afeta de forma desordenada a população do município.

Destaca-se que a constante comparação entre os dois municípios se dá pela impressão de que em Tumiritinga as pessoas fazem mais manifestações. A partir dos noticiários e dos relatos das pessoas, percebe-se, que de fato, há maior mobilização social e ação coletiva em Tumiritinga, município que se destaca na região pela presença de grupos e de movimentos ligados à luta pela terra que habitam as margens do rio Doce. Percebe-se que a presença de pessoas engajadas na luta por direitos se reflete diretamente na construção da ação coletiva e, no caso em tela, na capacidade de incisão perante à burocracia instituída para a gestão do desastre.

Portanto, impera em Galiléia, um comportamento resignado, posto que poucas mobilizações são feitas pelas pessoas atingidas. E, quando observadas as minúcias, percebe-se a insatisfação e a desconfiança das pessoas das notícias que chegam, principalmente aquelas que não chegam, até eles, especialmente as relacionadas aos trâmites da indenização, uso do território, retorno das atividades produtivas e, principalmente, o controverso acesso ao “cartão da Samarco”. A cada nova notícia, a indignação reacende. Uma dessas notícias foi veiculada em janeiro de 2019, quando o Juiz responsável pelo caso, no apagar das luzes de 2018, autorizou a dedução dos valores recebidos como “auxílio emergencial” nos valores da indenização¹⁹. Todavia, esse caso não foi vetor de grandes mobilizações. Somente quando o ato se tornou efetivo, com o recebimento de documentos oficiais enviados pela Fundação Renova, em 2020, houve uma intensa mobilização no município, facilmente desmontada pelas forças de repressão policial.

Sublinha-se que essa condição de falta de perspectiva se soma ao sentimento de insegurança, pois constantemente essas pessoas são ameaçadas pelo corte do recebimento do auxílio. O AFE é um tema que movimenta os tribunais, especialmente pela vontade das mineradoras causadoras do desastre de diminuírem os custos da reparação, por meio do corte do auxílio, da redução do valor, ou da dedução dos valores recebidos em indenizações futuras. E isso incorre no sentimento de sujeição, de subjugação. Antônio afirma que “se sente um capacho. E um mal capacho porque a gente nem sabe quando e se vai receber [...]”.

¹⁸MANIFESTANTES bloqueiam estrada de ferro em Tumiritinga para reivindicar abastecimento de água. **G1 Vales de Minas Gerais**, 23 jul. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/manifestantes-bloqueiam-estrada-de-ferro-em-tumiritinga-para-reivindicar-abastecimento-de-agua.ghtml>. Acesso em: 6 nov.2020.

¹⁹TAJRA, A. Durante recesso, juiz atende Samarco e prejudica pescadores do Rio Doce. **Uol**, 10 jan. 2019. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/01/10/em-meio-ao-recesso-juiz-atende-samarco-e-prejudica-pescadores-do-rio-doce.htm>. Acesso em: 9 nov. 2020.

A experiência anterior com a desmobilização em torno da reivindicação de direitos fez com que algumas pessoas tivessem receio de tornar a fazê-la, especialmente pela compreensão de desigualdade de poder em relação à mineradora. A compreensão é que a “lei” protege a Vale em detrimento das pessoas atingidas que estão em busca de direitos. Antônio reflete sobre essa dimensão, afirmando que “pior é que a Vale tem essa lei aí, que a gente não pode nem protestar, eles têm a forma de protesto deles e a gente tem a nossa, mas a nossa a gente não pode fazer”. Essa reflexão de Antônio apresenta um fundamento, baseado nas experiências anteriores, nas vezes em que houve alguma tentativa de mobilização e as pessoas atingidas foram retiradas da linha férrea por meio de instrumentos jurídicos que favoreceram a empresa.

Todos esses fatos evidenciam que no território existe um conflito latente, ainda não irrompido publicamente, que não se converteu em grande mobilização social e ação coletiva, em fortes movimentos de contestação. Porém, as incertezas, indefinições e insatisfações continuam a elevar a indignação das pessoas atingidas, mesmo depois de cinco anos do evento deflagrador do desastre. Portanto, é evidente que a “normalidade” no território, no sentido de ausência de grandes mobilizações, aponta para o silenciamento dos críticos, especialmente das pessoas atingidas, lideranças, que ousam participar de atos que estejam vinculados às reivindicações das comunidades, das injustiças que são percebidas cotidianamente. São efeitos daquilo que Gudynas (2009) caracteriza como “efeitos de derrame” do Neoextrativismo, que são processos desencadeados para além daqueles efeitos locais imediatos, pois se espriam nas mais diversas esferas e níveis da sociedade, mas não estão ligados aos processos políticos de favorecimento dos projetos neoextrativistas. Portanto, são dilemas que os sujeitos continuarão vivenciando enquanto o processo de “reparação” continuar vigente nos territórios.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das últimas duas décadas, o Neoextrativismo minerário alcançou índices em termos de extração e de exportação de minérios jamais vistos na história da extração mineral brasileira. Extração de minério incentivada pela demanda de economias altamente dependentes de recurso e de energia e de modos de vida que exigem que quantidades cada vez maiores sejam extraídas. Modelo de desenvolvimento que possibilitou a inserção econômica brasileira no mercado mundial, mas, por outro lado, provocou efeitos deletérios nos diversos territórios atingidos pelas consequências negativas dessa expansão desordenada, baseada no crescimento a qualquer custo. Consequências que exigem que se coloque em questionamento essa forma de desenvolvimento adotada pelos governos nacionais, especialmente os governos latino-americanos atraídos pelo status de fornecedores de bens primários.

Os rompimentos de barragens de rejeitos de minérios se apresentam como a face destrutiva dessa forma predatória de desenvolvimento. Reflexos de um emaranhado de fatos que se enovelam diante da alta demanda por minério, com a complacência dos órgãos governamentais, a flexibilização das normas de segurança e das legislações, a ausência de controle efetivo sobre as empresas e as medidas de segurança necessárias. Dimensões políticas impostas pela necessidade de acelerar e de produzir minérios em quantidade, deixando à margem formas menos degradantes de extração, principalmente, olvidando os riscos para as populações que vivem na rota desses empreendimentos.

O desastre ocasionado na bacia do rio Doce revela as consequências desse modelo neoextrativista de desenvolvimento para os pequenos municípios atingidos pela lama de rejeitos. Economias devastadas; baixa de arrecadação; população adoecida e forçadamente desocupada; sobrecarga dos equipamentos públicos; dependência financeira dos novos agentes envolvidos no processo de reparação são alguns dos efeitos provocados. A maior parte dos territórios atingidos é composta por pequenos municípios, com população inferior a 20 mil, onde as pessoas tinham no rio o vetor do desenvolvimento endógeno. Eram as águas do rio Doce que proporcionavam o estabelecimento de projetos políticos, projetos de vida, alimentavam os sonhos dessas pessoas. O que o desastre evidencia é que, enquanto as populações de outros países usufruem da boa vida proporcionada pelos minérios extraídos do território brasileiro, enquanto o Estado, acriticamente, arrecada para crescimento do PIB, resta para a população da bacia do rio Doce a destruição, o sofrimento, as incertezas e todas as mazelas que emergem no âmbito de um grande desastre para uma população historicamente

vulnerabilizada. O desastre acende um alerta para os governantes e estabelece um chamado para que novas agendas possam ser pensadas, propostas que privilegiem formas de desenvolvimento menos degradante. O Antropoceno demonstra que é preciso radicalidade e atenção para os modelos de desenvolvimento endógenos que emergem dos territórios. A América Latina tem apresentado bons exemplos.

O desastre evidencia com mais profundidade os efeitos devastadores para as populações que dependem dos recursos naturais para produzirem formas de reprodução social, econômica e cultural, como os pescadores/lavradores que utilizavam as ilhas e águas do rio Doce. A realidade evidencia as várias formas de apropriação, uso, controle e significação desses lugares, que os tornam únicos e conformam uma territorialidade singular, que se diferencia das outras variadas formas de apropriação presentes ao longo da bacia do rio Doce. As análises mostram formas de apropriação material totalmente sintonizadas com o movimento do rio e seus elementos. O trabalho nas ilhas se torna, assim, totalmente dependente dos próprios movimentos de cheias e de esvaziamento do rio que criam condições em unidades produtivas distintas, exigindo técnicas e conhecimentos específicos para manejo dessas áreas. Por outro lado, o trabalho no rio exige práticas e conhecimentos específicos sobre as águas, peixes e pesca, que se complementam e são forjados nessa relação de experiência entre as águas. Além disso, o rio, cujo significado extrapola o a ideia de um recurso onde se estabelece o uso instrumental, era lugar de lazer, de sociabilidades, repleto de significações.

Portanto, a chegada dos rejeitos no território ilheiro deixa clarividente como um desastre sociotécnico de rompimento de barragem, dessa magnitude, afeta as dimensões materiais e simbólicas dessas populações. A chegada dos rejeitos instituiu uma nova condição material que causou modificações abruptas na rotina, no trabalho e na vida desses sujeitos. Os rejeitos acumulados nas ilhas impediram o desenvolvimento das práticas historicamente utilizadas para manejo da terra. A água contaminada impossibilitou a reprodução dos pescados e, conseqüentemente, inviabilizou a prática da pesca. Essas atividades são fundamentais na composição da renda e no modo de vida ilheiro. A falta de condições para a continuidade do trabalho instituiu uma nova condição de vulnerabilidade econômica e insegurança alimentar, obrigando as pessoas atingidas a recorrerem a outras formas de trabalho, geralmente a submissão a trabalhos que fogem da autonomia e da liberdade anteriormente existentes, para garantir as condições materiais de sobrevivência.

Os resultados também evidenciam como o desastre fez emergir novos sujeitos na cena política, agora na condição de sujeitos atingidos, que precisam se reconhecer e serem reconhecidos pelas burocracias instituídas para a o processo de reparação. No caso estudado,

por meio de acordos extrajudiciais, instituiu-se a Fundação Renova como empresa responsável para a condução dos programas socioeconômicos que conformam os processos de reparação. E os dilemas sociopolíticos em torno desse processo são variados, que culminam no aprofundamento do sofrimento das vítimas causado pela insuficiência das institucionalidades criadas. A demora, a falta de legitimidade e a dificuldade de reconhecimento por meio de critérios pré-estabelecidos e desconhecidos pelas pessoas atingidas são os principais fatores, percebidos e experimentados pelos ilheiros, responsáveis por agravar o sentimento de incapacidade e força perante o processo. Além disso, a falta de uma categoria específica para abarcar o modo de vida dos ilheiros se apresenta como ponto sensível dessa governança, que reposiciona esses sujeitos numa condição de medo e de insegurança, por não se reconhecerem nas estruturas e não terem experiências prévias para lidarem com elas.

Ainda no bojo da política das afetações, o reconhecimento de alguns sujeitos e negativas de outros criam um novo cenário nas redes de relações comunitárias, onde o processo de interação social passa a ser regulado por constrangimentos entre as pessoas. Após o enquadramento e recebimento do Auxílio Financeiro Emergencial, os ilheiros passaram a ser estigmatizados como “proveitadores”, por dependerem do pagamento de um valor mensal para conseguirem manter as condições materiais para sua sobrevivência no território. Novas dinâmicas sociais que aumentam o sentimento de revolta, visto que essa situação não mantém verossimilhança com a realidade das pessoas atingidas, pois mesmo com o recebimento de um valor mensal, a nova condição é de restrições e de privações, principalmente quando consideradas as condições materiais e imateriais anteriormente existentes.

Todas essas nuances que atravessam as vidas das pessoas atingidas permitem concluir que os desastres, embora sejam produzidos a partir das escolhas e processos sociopolíticos mais amplos, tendem a provocar danos irreversíveis para as populações mais vulnerabilizadas socioeconomicamente. A distribuição dos efeitos provocados ocorre de forma desigual. A realidade pós-desastre dos ilheiros do rio Doce evidencia a instauração de uma nova temporalidade, marcada pelo distanciamento do rio, das atividades laborais historicamente construídas e das rupturas das redes de sociabilidades, bem como a dizimação dos planos e projetos de vida e aumento das tensões comunitárias. Dimensões dificilmente reconstituídas por programas de reparação. Além disso, os efeitos percebidos e experimentados pelos ilheiros também reforçam a impossibilidade de se compensar as afetações por meios estritamente econômicos. As pessoas anseiam pela vida tranquila antes existente, as relações sociais, o lazer, a autonomia, o livre acesso. Nesse sentido, o rio em condições de apropriação é o elemento central. E essa se apresenta como uma real forma de reparação dos danos. As racionalidades

desses sujeitos, a partir de uma relação de reciprocidade com o rio e com as ilhas, fazem com que o valor atribuído extrapole a dimensão econômica e se ajuste a uma condição de reciprocidade e de dependência com esse recurso. Ilheiros, rio e ilha emergem juntos nesse local, de forma interdependente.

Ademais, sublinha-se, nessas linhas finais, algumas lacunas apresentadas neste trabalho, que servem de apontamentos e chamados para pesquisas futuras. Urge aprofundar as análises sobre as afetações a partir de uma perspectiva de gênero. As entrevistas com as mulheres evidenciam como o sofrimento causado pelas perdas materiais e, de igual valor, pelas políticas de gestão, tendem a ser maiores e bem mais profundas entre as mulheres. Essas dimensões são ainda mais graves quando essas mulheres também são engajadas nas lutas, na disputa política instituída pelo próprio processo de reparação. Os danos psicológicos se apresentam de forma muito mais nítida entre as mulheres vítimas dos desastres.

Ao mesmo tempo, carece de análises mais aprofundadas, a importância que essa forma de reparação, baseada nos acordos extrajudiciais, para o aumento do poder das empresas nos territórios atingidos. A predominância de empresas contratadas a serviço das mineradoras gera impactos importantes na vida das pessoas atingidas, que precisam conviver com esses novos atores sem compreenderem os papéis, as funções, os prazos e as responsáveis. É preciso entender as vantagens proporcionadas por esse tipo de processo de reparação.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **La maldición de la abundancia**. Quito, Ecuador: Abya-Yala : Comité Ecuménico de Proyectos, 2009.
- ANGELO, M. Sistema indenizatório que já pagou R\$ 600 milhões a advogados na bacia do Rio Doce pelo desastre de Mariana sofre revés no TRF1. **Observatório da Mineração**, 23 jun. 2022. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/sistema-indenizatorio-que-ja-pagou-r-600-milhoes-a-advogados-na-bacia-do-rio-doce-pelo-desastre-de-mariana-sofre-reves-no-trf1/>. Acesso em: 02 jul. 2022.
- ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. Em: ALIMONDA, H. (Ed.). **La Naturaleza colonizada: ecología política y minería en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2011. p. 21–60.
- ALMEIDA, R. de. Estudo de caso: foco temático e diversidade metodológica. In: ABDAL, A. et al. (Orgs.). **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: bloco qualitativo**. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016. p. 60–72.
- ANUÁRIO Mineral Brasileiro: Principais Substâncias Metálicas. Brasília, DF: Agência Nacional de Mineração, 2020
- ARÁOZ, H. M. **Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade**. Tradução de João Peres. São Paulo: Elefante, 2020.
- AZAM, S.; LI, Q. Tailings Dam Failures: a Review of the Last One Hundred Years. **Geotechnical News**, n. 28, p. 50–53, 2010.
- BARRIOS, R. E. What Does Catastrophe Reveal for Whom? The Anthropology of Crises and Disasters at the Onset of the Anthropocene. **Annual Review of Anthropology**, v. 46, n. 1, p. 151–166, 2017.
- BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo, SP: Hucitec, 1997.
- BOFF, L. **A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana**. São Paulo: Vozes, 1997.
- BOWKER, L. N.; CHAMBERS, D. M. The Risk, Public Liability & Economics of Tailings Storage Facility Failures. **TSF Study**, n. 24, p. 1-56, 2015. Disponível em: https://earthworks.org/cms/assets/uploads/archive/files/pubs-others/BowkerChambers-RiskPublicLiability_EconomicsOfTailingsStorageFacility%20Failures-23Jul15.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.
- BRANDÃO, C. R. Introdução. In: SOUZA, A. F. G. de; BRANDÃO, C. R. (Eds.). **Viver em Ilhas**. Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 220.
- BRASIL. Agência Nacional de Mineração - ANM. **Sumário Mineral**. Brasília: ANM, 1997.
- BRASIL. Agência Nacional de Mineração - ANM. **Sumário Mineral**. Brasília: ANM, 2001.
- BRASIL. Agência Nacional de Mineração - ANM. **Sumário Mineral**. Brasília: ANM, 2005.

- BRASIL. Agência Nacional de Mineração - ANM. **Sumário Mineral**. Brasília: ANM, 2009.
- BRASIL. Agência Nacional de Mineração - ANM. **Sumário Mineral**. Brasília: ANM, 2012.
- BRASIL. Agência Nacional de Mineração - ANM. **Sumário Mineral**. Brasília: ANM, 2014.
- BRASIL. Agência Nacional de Mineração - ANM. **Sumário Mineral**. Brasília: ANM, 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 set. 2020.
- BRASIL. Justiça Federal. Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais. Sentença atingidos de Baixo Guandu/ES: matriz de danos. Juiz Federal: Mário de Paula Franco Júnior, 1 jul. 2020. **Justiça Federal da 1ª região**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/decisao-indenizacao-mariana.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- BRASIL. Justiça Federal. Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais. Sentença atingidos de galileia/mg: sistema indenizatório simplificado. Matriz de danos. Juiz Federal: Mário de Paula Fanco Júnior, 24 maio 2021. **Justiça Federal da 1ª região**.
- CADENA, M. D. LA. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p. 95, 2018.
- CALDEIRA, V. A.; AMARAL, M. Rio Doce: mais que um patrimônio, um ser ancestral. **Emblemas**, v. 17, n. 2, p. 57–69, 2020.
- CAMPOS, R. M. P.; SOBRAL, M. A. O acordo sai caro, e muito caro! Percepções iniciais da Defensoria Pública acerca dos processos indenizatórios da Bacia do Rio Doce. In: LOSEKANN, C.; MAYORGA, C. (Eds.). **Desastre na Bacia do Rio Doce: desafios para a universidade e para instituições estatais**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2018. p. 147–170.
- CARVALHO, N. F. de. **A mediação na reparação de danos provocados pelo rompimento da barragem de Fundão aos faiscadores e pescadores artesanais da região de Rio Doce/MG**. 2019. 200f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Univerdidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- CELLARD, A. A análise documental. Em: POUPART, J. et al. (Eds.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução: Ana Crístina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 295–316.
- CHAKRABARTY, D. Anthropocene time. **History and Theory**, v. 57, n. 1, p. 5–32, 2018.
- COELHO, M. C. N. et al. Regiões econômicas mínero-metalúrgicas e os riscos de desastres ambientais das barragens de rejeito no brasil. **Revista da Anpege**, v. 13, n. 20, p. 83–108, 2017.
- COHEN, K. M. et al. **The ICS International chronostratigraphic Chart**. [s.l.: s.n.].
- CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. The “Anthropocene”. **Global Change News Letter**, v. 41, p. 17, 2000.

CUNHA, M. C. da. **Cultura com aspas**. São Paulo: Ubu, 2017.

DANOWSKI, D.; CASTRO, E. V. de. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Desterro: Cultura e Barbárie, 2015.

DESCOLA, P. ¿Humano, demasiado humano? **Desacatos**, n. 54, p. 16–27, 2017.

DESLAURIERS, J.-P.; KÉRISIT, M. O delineamento em pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. (Eds.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução: Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 127–153.

DORNELAS, R. S. et al. Ações Cíveis Públicas e Termos de Ajustamento de Conduta no caso do desastre ambiental da Samarco: considerações a partir do observatório de Ações Judiciais. In: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Eds.). **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. p. 339–372.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra : nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Medellín: Universidad Autónoma Latinoamericana UNAULA, 2014.

FAMÍLIAS de Ouro Preto e Itabirito, vizinhas a barragens da Vale, são obrigadas a deixar suas casas após ampliação de área de risco. **G1 Minas Gerais**, 30 jun. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/06/30/familias-de-ouro-preto-e-itabirito-vizinhas-a-barragens-da-vale-sao-obrigadas-a-deixar-suas-casas-apos-ampliacao-de-area-de-risco.ghtml>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

FASSIN, D. The Humanitarian Politics of Testimony: Subjectification through Trauma in the Israeli: Palestinian Conflict. **Cultural Anthropology**, v. 23, n. 3, p. 531–558, 2008.

FAVRET-SAADA, J. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de clittleampo**, v. 13, n. 13, p. 155, 2005.

FECHAMENTO de cadastro não é condição para pagamento de indenizações pela Renova. **Século Diário**, 26 fev. 2020, atualizado 9 mar. 2020. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/fechamento-de-cadastro-nao-e-condicao-para-pagamento-de-indenizacoes-pela-renova>. Acesso em: 03 nov. 2020.

FIGUEIREDO, A. L. O que é o TTAC e cada um dos demais acordos firmados no caso do Rio Doce? **Homa**, 2022 .

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. **Análise do cadastro socioeconômico**. Rio de Janeiro; São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2019.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Nas águas do rio Doce: dois anos de trabalho e aprendizado navegando pelas águas turvas da tragédia de Fundão**. [s.l.]: Fundação Renova, 2019. . Acesso em: 18 mar. 2022. Caderno 2.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Portal Transparência**, 15 dez. 2020a. Disponível em: <https://transparencia.fundacaoFUNDAÇÃO RENOVA.org/programas/pg1/destaques>. Acesso em: 15 de dez. 2020.

FUNDAÇÃO RENOVA. Fundação Renova informa: auxílio financeiro emergencial. 2020b. Disponível em: <https://www.fundacaoFUNDACÃO RENOVA.org/noticia/FUNDAÇÃO RENOVA-informa-auxilio-financeiro-emergencial/>. Acesso em: 06 nov. 2020.

FUNDO BRASIL - FBDH. **Programa rio Doce**, [s.l], [20-?]. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/apoio-a-sociedade-civil/programa-rio-doce/>. Acessado em: 14 ago. 2020.

GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 1980.

GARCIA JUNIOR, A. R. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCÍA-ACOSTA, V. Anthropologists studying disasters in Latin America: why, when, how? In: GARCÍA-ACOSTA, V. (Ed.). **The Anthropology of Disasters in Latin America: State of the Art**. London: Routledge, 2020. p. 1–21.

GODOI, E. P. de. Territorialidade: trajetória e usos do conceito. **Raízes**, v. 34, n. 2, 2014a.

GODOI, E. P. de. Territorialidade. In: SANSONE, L.; FURTADO, C. A. (Eds.). **Dicionário crítico das Ciências Sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014b. p. 443–452.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 1988.

GRUPO DE ESTUDOS EM TEMÁTICAS AMBIENTAIS - GESTA. **Parecer sobre o Cadastro Integrado do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI) elaborado pelas empresas Samarco e Synergia Consultoria Ambiental**. Belo Horizonte: GESTA, 2016.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: SCHULDT, J. et al. (Eds.). **Extractivismo, política y sociedad**. Quito, Equador: CAAP; CLAES, 2009. p. 187–225.

GUDYNAS, E. **Extractivismos: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza**. Cochabamba, Bolivia: CEDIB, Centro de Documentación e Información Bolivia, 2015.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAMILTON, C.; BONNEUIL, C.; GEMENNE, F. Thinking the Anthropocene. In: HAMILTON, C.; BONNEUIL, C.; GEMENNE, F. (Eds.). **The anthropocene and the global environmental crisis**. London; New York: Routledge, 2015. p. 1–14.

HAMILTON, P. Welcome to the Anthropocene. In: DALBOTTEN, D.; ROEHRIG, G.; HAMILTON, P. (Eds.). **Geophysical Monograph Series**. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, Inc., 2014. p. 1–7.

HARAWAY, D. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin. **Environmental Humanities**, v. 6, n. 1, p. 159–165, 2015.

HEREDIA, B. M. A. DE. **A morada da vida:** trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Brasil.** Minas Gerais. Galiléia. Panorama. 2020a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/galileia/panorama>. Acesso em: 10 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Brasil.** Minas Gerais. Galiléia. História & fotos. 2020b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/galileia/historico>. Acesso em: 10 abr. 2020.

INÁCIO, B. Relatório aponta 25 barragens em alerta em Minas, sendo quatro com risco iminente de rompimento. **Hoje em Dia**, 19 nov. 2019. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/cidades/relat%C3%B3rio-aponta-25-barragens-em-alerta-em-minas-sendo-quatro-com-risco-iminente-de-rompimento-1.757639>. Acesso em: 19 ago. 2020.

INSTITUTOS LACTEC. **Relatório Parcial de Valoração Econômica dos Danos Socioambientais:** diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão na bacia do rio Doce. Curitiba: Institutos Lactec, 2020.

JACCOUD, M.; MAYER, R. A observação direta e a pesquisa qualitativa. Em: POUPART, J. et al. (Eds.). **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução: Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 255–292.

KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. Introduction. In: KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. (Eds.). **Social Suffering.** Berkeley, Los Angeles, London: University Of California Press, 1997. p. IX–XXVII.

LANG, M. Introdução: alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, G.; LANG, M.; FILHO, J. P. (Eds.). **Descolonizar o imaginário:** debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Tradução de Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

LATOUR, B. Anthropology at the Time of the Anthropocene: A Personal View of What Is to Be Studied. In: BRIGHTMAN, M.; LEWIS, J. (Eds.). **The Anthropology of Sustainability.** New York: Palgrave Macmillan US, 2017. p. 35–49.

LE GOFF, J. **História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP: Unicamp, 1990.

LEFEBRVE, H. **A produção do espaço.** Tradução de Doralice Barros Pereira; Sérgio Martins. [s.l.: s.n.], 2000.

LIMA, M. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: ABDAL, A. et al. (Orgs). **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais:** bloco qualitativo. São Paulo, SP: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016. p. 24–41.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil:** por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UnB, 2002. Série Antropologia, n. 322.

MACHADO, I. F.; FIGUEIRÔA, S. F. DE M. 500 years of mining in Brazil: a brief review. **Resources Policy**, v. 27, n. 1, p. 9–24, 2001.

MALM, A.; HORNBERG, A. The geology of mankind? A critique of the Anthropocene narrative. **The Anthropocene Review**, v. 1, n. 1, p. 62–69, 2014.

MANSUR, M. S. et al. Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (Eds.). **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. A Questão Mineral no Brasil**. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2016. v. 2. p. 17–50.

MARKET INDEX, 2020. Disponível em: <https://www.marketindex.com.au/iron-ore?src=search-all>. Acesso em: 22 set. 2020.

MARSHALL, J. Rompimentos de barragens de rejeitos no Brasil e no Canadá: uma análise do comportamento corporativo. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v. 5, n. 1, p. 27, dez. 2017.

MARTINEZ-ALIER, J.; WALTER, M. Metabolismo social e conflitos extrativos. Em: CASTRO, F. DE; HOGENBOOM, B.; BAUD, M. (Eds.). **Governança ambiental na América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires; Amsterdam: CLACSO; Engov, 2015. p. 73–104.

MATTEDI, M. A.; BUTZKE, I. C. A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres. **Ambiente & Sociedade**, n. 9, p. 93–114, 2001.

MCNEILL, J. R.; ENGELKE, P. **The great acceleration: an environmental history of the anthropocene since 1945**. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

MILANEZ, B. Mineração e impactos socioambientais: as dores de um país mega-minerador. In: WEISS, J. S. **Movimentos socioambientais: lutas - avanços - conquistas - retrocessos - esperanças**. Formosa, GO: Xapuri Socioambiental, 2019. p. 383–417.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. dos. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS - ANPOCS, 37, 2013, Águas de Lindóia, SP. Águas de Lindóia, SP: ANPOCS, 2013. [**Anais eletrônicos...**].

MINERAL Commodity Summaries. **U.S. Geological Survey**, 1931. Disponível em: <https://www.usgs.gov/centers/national-minerals-information-center/mineral-commodity-summaries>. Acesso em: 18 set. 2020.

MINERAL Commodity Summaries. **U.S. Geological Survey**, 1941. Disponível em: <https://www.usgs.gov/centers/national-minerals-information-center/mineral-commodity-summaries>. Acesso em: 18 set. 2020.

MINERAL Commodity Summaries. **U.S. Geological Survey**, 1951. Disponível em: <https://www.usgs.gov/centers/national-minerals-information-center/mineral-commodity-summaries>. Acesso em: 18 set. 2020.

MINERAL Commodity Summaries. **U.S. Geological Survey**, 1961. Disponível em: <https://www.usgs.gov/centers/national-minerals-information-center/mineral-commodity-summaries>. Acesso em: 18 set. 2020.

MINERAL Commodity Summaries. **U.S. Geological Survey**, 1971. Disponível em: <https://www.usgs.gov/centers/national-minerals-information-center/mineral-commodity-summaries>. Acesso em: 18 set. 2020.

MINERAL Commodity Summaries. **U.S. Geological Survey**, 1981. Disponível em: <https://www.usgs.gov/centers/national-minerals-information-center/mineral-commodity-summaries>. Acesso em: 18 set. 2020.

MINERAL Commodity Summaries. **U.S. Geological Survey**, 1991. Disponível em: <https://www.usgs.gov/centers/national-minerals-information-center/mineral-commodity-summaries>. Acesso em: 18 set. 2020.

MINERAL Commodity Summaries. **U.S. Geological Survey**, 2001. Disponível em: <https://www.usgs.gov/centers/national-minerals-information-center/mineral-commodity-summaries>. Acesso em: 18 set. 2020.

MINERAL Commodity Summaries. **U.S. Geological Survey**, 2011. Disponível em: <https://www.usgs.gov/centers/national-minerals-information-center/mineral-commodity-summaries>. Acesso em: 18 set. 2020.

MINERAL Commodity Summaries. **U.S. Geological Survey**, 2020. Disponível em: <https://www.usgs.gov/centers/national-minerals-information-center/mineral-commodity-summaries>. Acesso em: 18 set. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF. **Caso Samarco**, [201-?]. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>. Acessado em: 18 de julho de 2020.

MOLINA, M. G. DE; TOLEDO, V. M. **The Social Metabolism**. Switzerland: Springer International Publishing, 2014. v. 3

MOORE, J. W. El auge de la ecología-mundo capitalista (I): las fronteras mercantiles en el auge y decadencia de la apropiación máxima. **Laberinto**, n. 38, p. 9–26, 2013.

MOORE, J. W. **Anthropocene or capitalocene?** Nature, history, and the crisis of capitalism. Oakland, CA: PM Press, 2016.

MOORE, J. W. The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis. **The Journal of Peasant Studies**, v. 44, n. 3, p. 594–630, 2017.

NADER, L. Harmonia coerciva: a economia política dos modelos jurídicos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 9, n. 26, 1994.

OBSERVATÓRIO COVID-19. Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia. **Fundação Oswaldo Cruz**, [202?]. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>. Acesso em: 20 maio 2022.

- OLIVER-SMITH, A. Anthropological Research on Hazards and Disasters. **Annual Review of Anthropology**, v. 25, n. 1, p. 303–328, 1996.
- OLIVER-SMITH, A. et al. A construção social do risco de desastres: buscando as causas de fundo. In: MARCHEZINI, V. et al. (Eds.). **Reduction of Vulnerability to disasters: from knowledge to action**. São Carlos: RiMa Editora, 2017. p. 97–114.
- PÁDUA, J. A. Brazil in the history of the Anthropocene. In: ISSBERNER, L.-R.; LÉNA, P. (Eds.). **Brazil in the Anthropocene: Conflicts between predatory development and environmental policies**. New York: Routledge, 2017. p. 19–40.
- PORTO, M. F.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 6, p. 1983–1994, 2009.
- QUASE 43 mil que se sentiram atingidos pela lama não ganham auxílio no ES. **A Gazeta**, 5 nov. 2019. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/norte/quase-44-mil-que-se-sentiram-atingidos-pela-lama-nao-ganham-auxilio-no-es-1119>. Acesso em: 19 ago. 2020.
- RAMOS, G. C. D. Extractivismo, ecologia política y construcción de alternativas en América Latina. **Revista Alasru – Nueva Época, Territorio, conflicto y justicia ambiental**, n. 8, p. 17–45, 2014.
- RAMOS, G. C. D. **Diálogos sobre Ecología Política: concepciones, enfoques y tradiciones**. México, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bf0LeFsr8G0&t=7875s>>. Acesso em: 11 jun. 2020
- RANCIÈRE, J. **O desentendimento: política e filosofia**. Tradução de Ângela Leite Lopes. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.
- ROBERTSON, A. M. Mine Waste Management in the 21st Century Challenges & Solutions Beyond Incremental Changes. Key Note Address Tailings & Mine Waste. Vancouver B.C.: [Anais eletrônicos...], 2011. Disponível em: <http://www.infomine.com/library/publications/docs/Robertson2011c.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.
- RONAN, G. Barragem de Macacos: treinamento de retirada provoca apreensão entre moradores. **Estado de Minas, Gerais**, 5 ago. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/08/05/interna_gerais,1173416/barragem-de-macacos-treinamento-de-retirada-provoca-apreensao-entre-m.shtml. Acesso em: 19 ago. 2020.
- SAINT-HILAIRE, A. D. **Segunda viagem ao interior do Brasil: Espírito Santo**. Tradução de Carlos Madeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- SANTOS, R. S. P. dos; WANDERLEY, L. J. Dependência de barragem, alternativas tecnológicas e a inação do Estado: repercussões sobre o monitoramento de barragens e o licenciamento do Fundão. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (Eds.). **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. A Questão Mineral no Brasil**. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2016. v. 2 p. 87–137.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, A. F. G. de. Tempos, águas e lugares: vida e trabalho na Ilha das Pimentas, Pirapora-MG. In: SOUZA, A. F. G. de; BRANDÃO, C. R. (Eds.). **Viver em Ilhas**. Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 99–135.

STEFFEN, W. et al. The trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration. **The Anthropocene Review**, v. 2, n. 1, p. 81–98, 2015.

STEFFEN, W. et al. Stratigraphic and Earth System approaches to defining the Anthropocene. **Earth's Future**, v. 4, n. 8, p. 324–345, 2016.

STRAUCH, N. **A bacia do rio Doce**: estudo geográfico. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1955.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoeextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo, SP: Editora Elefante, 2019a.

SVAMPA, M. El Antropoceno como diagnóstico y paradigma. Lecturas globales desde el Sur. **Utopia Y Praxis Latinoamericana**, v. 24, n. 84, 2019b.

TEIXEIRA, R. O. S. A lama e suas marcas: neoeextrativismo e seus efeitos em um contexto de desastre. **Perfiles Económicos**, v. 5, p. 77–103, 2018.

TOIVANEN, T. et al. The many Anthropocenes: a transdisciplinary challenge for the Anthropocene research. **The Anthropocene Review**, v. 4, n. 3, p. 183–198, 2017.

TOLEDO, V. M. El metabolismo social: una nueva teoría socioecológica. **Relaciones. Estudios de historia y sociedad**, v. 34, n. 136, p. 41–71, 2013.

TRISCHLER, H. El Antropoceno, ¿un concepto geológico o cultural, o ambos? **Desacatos**, v. 54, p. 40–57, 2017.

TUAN, Y.-F. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

ULLOA, A. Dinámicas ambientales y extractivas en el siglo XXI: ¿es la época del Antropoceno o del Capitaloceno en Latinoamérica? **Desacatos**, n. 54, p. 58–73, 2017.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME - UNEP. **Global Resources Outlook 2019**: Natural Resources for the Future We Want. Nairobi, Kenya: United Nations Environment Programme, 2020. Disponível em: www.resourcepanel.org/reports/global-resources-outlook. Acesso em: 12 abr.2020.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD. **Unctad Handbook Of Statistics**. New York: United Nations Publication, 2019.

USINA Baguari. **Eletobras Furnas**, [2020]. Disponível em: <https://www.furnas.com.br/subsecao/116>. Acesso em: 18 dez. 2020.

VALENCIO, N. Elementos constitutivos de um desastre catastrófico: os problemas científicos por detrás dos contextos críticos. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 3, p. 41–45, 2016.

VALENCIO, N. F. L. da S. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 9, p. 3631–3644, 2014.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, p. 203–220, 2014.

WOORTMANN, E. F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. E. A. (Eds.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo; Brasília, DF: Editora UNESP; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 119–129.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília, DF: Editora UnB, 1997.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Ana Thorell. Porto Alegre, RS: Bookman, 2010.

ZALASIEWICZ, J. et al. The Working Group on the Anthropocene: Summary of evidence and interim recommendations. **Anthropocene**, v. 19, p. 55–60, set. 2017.

ZHOURI, A. et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 3, p. 36–40, 2016.

ZHOURI, A. et al. O desastre do rio doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. Em: ZHOURI, A. (Ed.). **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá, PA: iGuana; ABA, 2018. p. 29–66.

ZHOURI, A. A recorrência dos desastres da mineração no Brasil. v. 166, p. 54–57, 2020.

APÊNDICE A**ROTEIRO DE ENTREVISTA****A) INFORMAÇÕES PESSOAIS;**

(Nome, endereço, identificação profissional)

B) OS MARCADORES HISTÓRICOS DE OCUPAÇÃO DAS ILHAS;

(Quando chegaram, os motivos, em qual contexto)

C) OS ASPECTOS SOCIAIS DA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO;

(Como ocorre o acesso, o controle, as regras, formas de organização)

D) AS FORMAS DE APROPRIAÇÃO E USO DO TERRITÓRIO;

(Divisão do espaço, organização do território, usos desses espaços, saberes associados, fontes de renda)

E) AS TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS E SOCIOECONÔMICAS QUE OCORRERAM PÓS-ROMPIMENTO DA BARRAGEM;

(O que deixou de ser feito ou passou a ser realizado, utilização das áreas, permanência ou saída do campo, impactos econômicos e sociais)

F) AS FORMAS DE AFETAÇÕES E SEUS ENQUADRAMENTOS NOS PROGRAMAS DE REPARAÇÃO;

(Como se inserem nos programas de reparação, os dissensos, os tipos de programa, reconhecimento das particularidades do grupo)

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este é um convite para o Sr.(a) participar da pesquisa **“Entre águas e rejeitos: territorialidades e meios de vida dos ilheiros do rio Doce”**, que foi registrada na Universidade Federal de Viçosa (UFV) como uma pesquisa a ser realizada pelo estudante de doutorado, Filipe Fernandes de Sousa, sob orientação do professor Douglas Mansur da Silva. Sua participação é voluntária, isto quer dizer que o Sr.(a) poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem necessidade de justificativas, e sem lhe trazer nenhum prejuízo ou penalidades. Esta pesquisa tem o objetivo de analisar as transformações ambientais, sociais e econômicas que ocorreram para os ilheiros após a chegada dos rejeitos de mineração, em função do rompimento da barragem de Fundão, pertencente à mineradora Samarco, em novembro de 2015. Para compreender essas modificações serão realizadas entrevistas com as pessoas afetadas, observações e registros fotográficos dos ambientes alcançados pelos rejeitos, além de um mapeamento participativo e coletivo do território. O tempo médio estimado de duração da entrevista é de 1:30h (uma hora e trinta minutos) a qual deverá ser gravada, se autorizado pelo participante. Para o mapeamento, será realizada uma reunião com duração de 4h (quatro horas), para elaboração de um mapa, que deverá ser recolhido pelo pesquisador, caso autorizado pelos participantes. Em todas as etapas haverá o risco de exposição das condições sociais e econômicas do participante, por isso, as informações coletadas serão mantidas sob sigilo absoluto por parte do pesquisador. Também poderá ocorrer algum desconforto ou constrangimento nos atos da entrevista, da observação, do registro fotográfico e do mapeamento do território, pelo fato de abordar e enfatizar temas que podem trazer memórias, sensibilidades e fatos que não fazem mais parte da sua realidade ou que você julga não ser importante, como também pelo fato de estar sendo gravado ou em interação com outras pessoas. Portanto, você poderá encerrar ou abandonar a entrevista e a reunião a qualquer momento, bem como se negar a responder qualquer pergunta ou a realização dos registros, sem prejuízo algum para você, e dessa forma garantir a integralidade da sua privacidade. O principal benefício desta pesquisa é o registro dessa nova realidade vivida pelas famílias, para que esse registro possa servir como material de consulta tanto para pesquisas futuras quanto para a formulação e implementação de políticas públicas. Ela não oferece nenhuma vantagem material e financeira para os participantes. O material e os dados coletados serão incluídos em publicações científicas, em forma impressa e/ou disponível na internet, e ficarão sob a posse do pesquisador permanentemente. O pesquisador se compromete formalmente, quando da divulgação dos resultados da pesquisa, que todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento, com a preservação do anonimato na pesquisa. Isto compreende a não utilização de iniciais, números de registros em instituições ou outras maneiras de cadastros. O participante terá direito aos resultados da pesquisa (individuais ou coletivos). Caso o participante tenha algum dano decorrente desta pesquisa, ele terá direito à indenização. O Sr.(a) ficará com uma cópia deste Termo e toda a dúvida que tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para o pesquisador responsável.

Eu, _____, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, acredito estar suficientemente informado, ficando claro que minha participação na pesquisa **“Entre águas e rejeitos: territorialidades e meios de vida dos ilheiros do rio Doce”** é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto anuncio meu consentimento de espontânea vontade em participar deste estudo, e autorizo o uso desses registros e das imagens em trabalhos acadêmicos. Foi esclarecido que o presente documento será assinado em duas vias, pelo coordenador da pesquisa, pelo pesquisador responsável, e pelo participante conforme o item IV.5 da Resolução CNS 466/2012. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo coordenador da pesquisa, no município de Volta Redonda/RJ, por um período de 5 anos e a outra será fornecida ao participante. Os dados coletados pelo pesquisador também ficarão sobre a sua posse por tempo indeterminado. Mesmo redigido em conformidade com o que está preconizado pela Resolução CNS 466/2012, estou ciente que a qualquer momento poderei entrar com recurso ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV (CEP/UFV – endereço abaixo) para que os pesquisadores sejam localizados, com vistas a obtenção de esclarecimentos.

Coordenador da Pesquisa: Douglas Mansur da Silva

Endereço: Rua vinte, 130, Jardim Veneza, Volta Redonda/RJ

Telefone: 24 992776024

Email: Douglas.mansur@terra.com.br

Pesquisador Responsável: Filipe Fernandes de Sousa

Endereço: Rua Vereador H. Dornellas, 72, Lourdes, Governador Valadares/MG

Telefone: 31 992812291

Email: filipe_fernandes08@yahoo.com.br

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal de Viçosa

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário

Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31)3612-2316

Email: cep@ufv.br

www.cep.ufv.br

Viçosa, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Entrevistado

Filipe Fernandes de Sousa

Douglas Mansur da Silva

ANEXO A

REPRESENTAÇÃO TERRITORIAL DE ANTÔNIO

